



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS - DG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG

JÉSSICA CAMÊLO DE LIMA

**DO MERCADO VELHO À NOVA FEIRA: A REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA  
DO BAIRRO DA PRATA, CAMPINA GRANDE – PB**

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Doralice Sátyro Maia

**Co-orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliana Alda de Freitas Calado

JOÃO PESSOA - PB

2015

JÉSSICA CAMÊLO DE LIMA

**DO MERCADO VELHO À NOVA FEIRA: A REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA  
DO BAIRRO DA PRATA, CAMPINA GRANDE – PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Doralice Sátyro Maia

**Co-Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliana Alda de Freitas Calado

JOÃO PESSOA - PB

2015

L732d    Lima, Jéssica Camêlo de.  
Do mercado velho à nova feira: a reestruturação da feira do  
Bairro da Prata, Campina Grande-PB / Jéssica Camêlo de  
Lima.- João Pessoa, 2015.  
176f. : il.  
Orientadora: Doralice Sátyro Maia  
Coorientadora: Eliana Alda de Freitas Calado  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN  
1. Geografia urbana. 2. Feira da Prata - Campina Grande-  
PB. 3. Reestruturação. 4. Racionalidade.

UFPB/BC

CDU: 911.375(043)

**"Do Mercado Velho à Nova Feira: a reestruturação da feira do Bairro da Prata, Campina Grande - PB"**

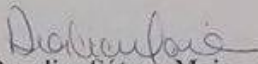
por

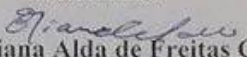
**Jéssica Camêlo de Lima**

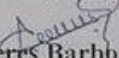
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

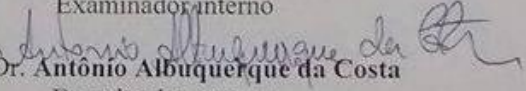
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Doralice Sátyro Maia**  
Orientadora

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Eliana Alda de Freitas Calado**  
Co-orientadora

  
Prof. Dr. **Anieres Barbosa da Silva**  
Examinador interno

  
Prof. Dr. **Antônio Albuquerque da Costa**  
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Exatas e da Natureza  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Curso de Mestrado em Geografia**

**Agosto/2015**

À minha família, pelos ensinamentos e momentos de compreensão,  
e aos feirantes, por compartilharem suas histórias com uma “desconhecida”.

## AGRADECIMENTOS

O momento de conclusão de um trabalho dissertativo constitui um retorno ao mundo exterior. Durante muitos meses ficamos reclusos e imersos em um mundo que é só nosso, diante do computador, do objeto de estudo da pesquisa, dos autores com quem “trocamos” ideias, mesmo que silenciosas, e de um trabalho que requer de nós tanto esforço e dedicação quanto fora exigido de Hércules para a realização dos seus “doze trabalhos”. Por diversas vezes pensamos em desistir frente às dificuldades encontradas e do nosso sentimento de “impotência”, uma vez que a academia não é um “espaço perfeito”, longe disso! E, mesmo com todo planejamento, a nossa vida toma rumos que estão fora das coordenadas previstas e segue por caminhos próprios que escapam ao controle racional e objetivo pretendido por aqueles que querem fazer “ciência”. No período do Mestrado, muitas pedras se colocaram no caminho, algumas relacionadas à pesquisa, como os prazos, o campo, as reflexões, e outras vinculadas ao “emocional”, mas uma a uma foram sendo superadas.

No entanto, apesar de aparentemente ser tão solitária, quando olhamos “para fora” desse mundo interno, percebemos que essa difícil, cansativa e desafiadora jornada não foi trilhada sozinha, muitas pessoas contribuíram para que o resultado fosse obtido e as “pedras” fossem retiradas. Sendo assim, muito mais do que um elemento formal necessário ao trabalho de dissertação no que diz respeito à sua estrutura, os agradecimentos exprimem o nosso sentimento de reconhecimento e gratidão diante daqueles que acreditaram no nosso potencial, às vezes mais do que nós mesmos, e nos ajudaram a subir mais esse degrau. Aqueles que aqui serão citados nos acompanharam “mais de perto”, porém deixamos claro que outras pessoas também foram importantes nessa conquista. Dessa forma, agradecemos:

Ao **meu pai**, Lídio, cujas palavras são insuficientes para descrever a importância na concretização de mais esta etapa em minha vida. Obrigada pelos ensinamentos de vida, ser exemplo de caráter, honra e honestidade, por sempre me incentivar a estudar e me transmitir o gosto de ler, por acordar toda terça-feira às 4h da manhã, mesmo diante de sua senilidade, para me levar até a rodoviária e me receber na rodoviária quando retornava das aulas, facilitando a logística entre João Pessoa e Campina Grande, compartilhar as histórias do meu avô na feira central e assim despertar em mim o interesse em entender um pouco mais sobre esse universo. Obrigada por me aconselhar e fazer com que eu siga sempre o caminho correto.

A **minha mãe**, Fátima, com quem compartilho o interesse pela literatura. Obrigada pelas ligações de preocupação que às vezes podem parecer “exageradas”, mas que representam o carinho que só uma mãe tem com uma filha. Obrigada por manter determinados aspectos da minha vida em “ordem” durante esse período. Obrigada pelas conversas, descontração e positividade diante das adversidades que me acalmaram em muitos momentos de “desespero”, pelo “freio” nas horas necessárias e também por demonstrar seu orgulho em relação a mim. A senhora e ao meu pai devo tudo que sou! E agradeço também aos **meus irmãos** que sei que torceram por mim.

Ao **meu marido**, Hezrom, companheiro de Mestrado e de estrada que me acompanha e incentiva desde o início da graduação e com quem dividi os desejos e as conquistas acadêmicas, as correrias para chegar a tempo na rodoviária e os momentos aparentemente “eternos” no retorno à Campina Grande, assim como as “frustrações” e as alegrias proporcionadas pelo Mestrado. Obrigada por ser meu maior crítico e me ajudar nas pesquisas de campo. Obrigada por colocar meus pés no chão no momento em que temos vontade de “jogar tudo para o alto”, ser meu apoio, porto seguro, confidente, amigo e muito mais do que pode ser expresso aqui. Agradeço por tudo e o parabênz por também realizar a mesma conquista em sua vida.

Agradeço a **minha orientadora**, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Doralice Maia, pelas leituras e correções do trabalho, bem como a **co-orientadora**, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliana Calado, pelas considerações e participações no seminário e na qualificação. Aos **membros da banca**, Prof. Dr. Antonio Albuquerque, cujas orientações tem me acompanhado desde o início da minha formação, ainda quando da graduação na Universidade Estadual da Paraíba e por quem possuo uma grande admiração. Obrigada, professor, pelas leituras e considerações realizadas desde a qualificação. Ao Prof. Dr. Anieres Barbosa, pelas observações empreendidas neste trabalho desde o seminário de dissertação, perpassando pela qualificação, e que sempre “puxou as orelhas” para o que era necessário sem, no entanto, perder o bom humor e a sensibilidade nas palavras.

Aproveito para agradecer também ao Prof. Arthur Valverde, orientador da graduação na UEPB que me incentivou a fazer o Mestrado e sempre confiou no meu potencial. Obrigada por todos os livros cedidos para que pudéssemos estudar, pelos grupos de estudo, pelos ensinamentos não somente acadêmicos, mas de vida. Agradeço ainda aos **colegas de mestrado**, pelos debates profícuos nas aulas que suscitaram reflexões importantes e pelos debates “entre aulas” não menos importantes.

Agradeço também a **equipe da Escola Estadual São Sebastião**. Obrigada por todos os “jeitinhos” no meu horário para que fosse possível conciliar o trabalho e os estudos. Agradeço aos professores do “Seba” que mesmo diante de toda dificuldade enfrentada no cotidiano da sala de aula, puderam abrir mão de algumas de suas conveniências e me ajudar. Agradeço ainda aos **meus alunos** por toda compreensão e ao mesmo tempo me desculpo pela impossibilidade de uma entrega total nas aulas durante esse período.

Agradeço **aos mestres** que lecionaram durante o Mestrado e contribuíram para o nosso amadurecimento intelectual, corrigindo as nossas “falhas”, sugerindo leituras, levantando questionamentos e reflexões sobre as nossas pesquisas e nos encaminhando para um aprofundamento no campo da Geografia. Agradeço também **aos mestres anteriores** por terem me ajudado a dar os primeiros passos na Geografia, “clareando” os caminhos e construindo os alicerces. Seus ensinamentos serão eternos!

Agradeço ao pessoal da **Administração de Feiras e Mercados de Campina Grande** por não colocarem impedimentos a nossa pesquisa e cederem todo material que fora solicitado, como também ao administrador da Feira da Prata que sempre demonstrou solicitude diante das nossas indagações. Agradeço também a **família do Sr. Raimundo Viana de Macedo** que tão gentilmente em meio a cafezinhos nos permitiram um retorno às memórias da Feira da Prata e nos concederam todo material que estava ao alcance.

Agradeço a todos os **entrevistados da pesquisa**, sobretudo aos **feirantes** da Feira da Prata, por me permitir entrar nesse universo e desvendar um pouco da complexidade que permeia o espaço da feira livre no período atual e disponibilizarem um “minutinho” do seu tempo, mesmo em horário de trabalho, para responder aos nossos questionamentos. Aqui especificamente reitero meu agradecimento ao feirante Assis Cabral Filho por abrir o seu “arquivo” e me conceder todo material referente ao período da reestruturação, produzido pela Associação dos Feirantes quando de sua gestão e a feirante Raissa dos Santos Leal por ajudar a (re)construir todas as espacialidades da feira, com sua memória de “fazer inveja”. A todos os feirantes a minha admiração e o meu respeito!

Por fim, agradeço aos demais familiares, amigos, colegas, companheiros de academia e mestres que de alguma forma contribuíram para a consecução desta pesquisa. Obrigada por toda ajuda e pela compreensão!

A todos(as) vocês registro o meu agradecimento.

“Na feira ninguém está só”  
(Fernand Braudel)

## RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo principal analisar o processo de reestruturação espacial realizado na Feira da Prata, localizada no bairro homônimo, na cidade de Campina Grande - PB, tendo como recorte temporal o período que compreende os anos 2005 a 2015. Nesse sentido, buscamos perceber como se processaram as políticas públicas direcionadas para esta feira com o intuito de adequar a sua estrutura física, bem como a sua forma de organização às demandas atuais de consumo e aos padrões de comercialização impostos pela sociedade contemporânea. Tentamos compreender também como os feirantes se apropriam e se organizam no espaço da feira, antes e depois da reestruturação, para realizar as suas práticas de sociabilidade, comercializar os seus produtos e estabelecer as suas relações de trabalho, percebendo os contrastes e conflitos decorrentes da produção de um “espaço concebido”, planejado tecnicamente por arquitetos e urbanistas, em oposição ao “espaço vivido”, construído pelos feirantes com base no seu “saber/fazer” cotidiano e, nessa conjuntura, inferir as principais “táticas” adotadas pelos feirantes para se estabelecer nesse “espaço concebido”. Buscamos investigar ainda quais as intencionalidades que estão subjacentes às ações do poder público no que concerne às políticas de continuidade dirigidas às feiras que, na maioria das vezes, estão vinculadas à necessidade de autopromoção política de determinados grupos hegemônicos e não necessariamente no entendimento do caráter histórico, tradicional e singular presente nessas instituições. No tocante aos procedimentos metodológicos, a pesquisa pautou-se, sobretudo, no trabalho de campo, com a aplicação de entrevistas, aliado à discussão teórica, tendo como pressupostos, principalmente, autores dos campos da Geografia e da História, uma vez que estudar feiras requer um olhar interdisciplinar. Desse modo, a partir de nossas investigações e reflexões depreendemos que a reestruturação, aos moldes em que foi concretizada, configurou-se como a imposição de uma racionalidade externa à própria racionalidade da feira, tendo por finalidade primeira à promoção de grupos políticos em âmbito municipal e estadual e não necessariamente a melhoria nas condições de trabalho dos feirantes.

**Palavras Chave:** Feira da Prata, Reestruturação, Racionalidade, Campina Grande - PB

## **ABSTRACT**

This current dissertation aimed to analyze the spatial restructuring process carried out in the Feira da Prata, located in the Prata's neighborhood in the city of Campina Grande, including the time frame between 2005 and 2015. In that sense, we seek to understand how being processed the public policies directed to this fair in order to suit their physical structure, as well as its form of organization to current consumer demands and marketing standards imposed by modern society. In addition, we try to understand how fair dealers take ownership and are organized within the trade fair space, before and after the restructuring process, to make their sociability practices, market their products and establish their working relationships, realizing the contrasts and conflicts arising from the production of a "mental space", the space of the philosophers and urban planners, as opposed to "real space", the physical and social spheres built by fair dealers based on their "knowing/doing" everyday and, at this juncture, infer the "tactics" adopted by fair dealers to establish in this "mental space". Still we try to investigate what the intentions underlying the government's actions with respect to continuity of policies aimed at fairs, most often, it is linked to the need for self-promotion policy certain hegemonic groups and not necessarily in understanding the historical character, traditional and unique present in these institutions. Regarding the methodological procedures, the research was characterized, above all, in the fieldwork, with interviews application, combined with the theoretical discussion, with the authors assumptions, mainly from the fields of Geography and History, since fairs study requires an interdisciplinary look. Thereby from our investigation and reflections inferred therefore, the restructuring, the manner in which it was achieved, configured as the imposition of an external rationality to the rationality of the fair, having a primary purpose the promotion of political groups in municipal and state levels and no improvement in their working conditions of the fair dealers.

**Keywords:** Feira da Prata, Reestruturation, Racionality, Campina Grande - PB

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 01 - Esboço das ruas de Campina Grande em 1864.....                                   | 26  |
| Figura 02 - Linhas de ocupação territorial na Paraíba.....                                   | 29  |
| Figura 03 - Rua Maciel Pinheiro em 1922.....                                                 | 35  |
| Figura 04 - Rua Maciel Pinheiro em 2012.....                                                 | 36  |
| Figura 05 - Bairros de Campina Grande.....                                                   | 43  |
| Figura 06 - Delimitação do Bairro da Prata.....                                              | 44  |
| Figura 07 - Centro de Formação Profissional Prof. Stênio Lopes - SENAI.....                  | 47  |
| Figura 08 - Igreja do Rosário em 1980.....                                                   | 48  |
| Figura 09 - Colégio Estadual da Prata em 1968 e 1987.....                                    | 50  |
| Figura 10 - Serviço Municipal de Saúde (Antiga Casa de Saúde).....                           | 51  |
| Figura 11 - Clínica Santa Clara em 1979.....                                                 | 52  |
| Figura 12 - Clínica Santa Clara em 2015.....                                                 | 53  |
| Figura 13 - Clínica Dr. Wanderley.....                                                       | 53  |
| Figura 14 - Verticalização do Bairro da Prata.....                                           | 54  |
| Figura 15 - Localização das clínicas do Bairro da Prata.....                                 | 60  |
| Figura 16 - Prédios com maior quantidade de pavimentos.....                                  | 61  |
| Figura 17 - Castelo da Prata.....                                                            | 62  |
| Figura 18 - Localização dos principais mercados e feiras de Campina Grande.....              | 71  |
| Figura 19 - Bairros limítrofes da Feira da Prata.....                                        | 72  |
| Figura 20 - Construção do Mercado da Prata em 1960.....                                      | 73  |
| Figura 21 - Croqui da Feira da Prata antes da reestruturação no ano de 2005.....             | 74  |
| Figura 22 - Pavimento superior da Feira da Prata durante a semana.....                       | 76  |
| Figura 23 - Pavimento inferior da Feira da Prata durante a semana.....                       | 77  |
| Figura 24 - Venda de materiais de construção usados na Feira da Prata (Janeiro de 2003)..... | 93  |
| Figura 25 - Comercialização de frutas na Feira da Prata antes da reestruturação.....         | 94  |
| Figura 26 - “Feira da Prata: Tradição Renovada”.....                                         | 106 |
| Figura 27 - Texto produzido pelos feirantes sobre a reestruturação.....                      | 111 |
| Figura 28 - Galpões do antigo Mercado da Prata no ano de 2005.....                           | 112 |
| Figura 29 - Localização provisória dos feirantes durante a reestruturação.....               | 113 |
| Figura 30 - Movimentação da Feira da Prata aos domingos.....                                 | 114 |

|                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 31 - (des)setorização da Feira da Prata.....                                   | 121 |
| Figura 32 - Croqui do pavimento inferior da Feira da Prata após a reestruturação..... | 122 |
| Figura 33 - Croqui do pavimento superior da Feira da Prata após a reestruturação..... | 122 |
| Figura 34 - Barracas e <i>Boxes</i> na Feira da Prata.....                            | 123 |
| Figura 35 - Cobertura da Feira da Prata após a reestruturação no ano de 2015.....     | 124 |
| Figura 36 - Comercialização de abacaxi no “chão” da feira.....                        | 131 |
| Figura 37 - Comercialização de bijuterias e roupas no “chão” da feira.....            | 131 |
| Figura 38 - Ilha originalmente construída na feira.....                               | 132 |
| Figura 39 - Ilha da Feira da Prata com alterações na estrutura.....                   | 133 |
| Figura 40 - “Táticas” de publicidade utilizadas pelos feirantes.....                  | 135 |
| Figura 41 - Inserção do ramo de confecções na feira.....                              | 136 |
| Figura 42 - Vendas de produtos “imitação” na feira.....                               | 137 |
| Figura 43 - Simbologias na Feira da Prata.....                                        | 143 |
| Figura 44 - Vista aérea da Feira da Prata.....                                        | 144 |

## **LISTA DE QUADROS E MAPAS**

|                                                                       |        |
|-----------------------------------------------------------------------|--------|
| Quadro 01 - Os núcleos secundários de comércio e serviços.....        | 57     |
| Quadro 02 - População do Bairro da Prata.....                         | 59     |
| Quadro 03 - Edificações no Bairro da Prata acima de 5 pavimentos..... | 60     |
| Quadro 04 - Caracterização dos Mercados e Feiras.....                 | 70     |
| Quadro 05- Composição morfológica da Feira da Prata.....              | 82     |
| <br>Mapa 01 - Metamorfose territorial do Bairro da Prata.....         | <br>46 |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|                                                            |    |
|------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 01 - Origem dos feirantes por bairro.....          | 83 |
| Gráfico 02 - Origem dos feirantes por municípios.....      | 83 |
| Gráfico 03 - Tipo de produto comercializado nos boxes..... | 84 |

## SUMÁRIO

|                                                                                               |                |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>RESUMO.....</b>                                                                            | <b>08</b>      |
| <b>ABSTRACT.....</b>                                                                          | <b>09</b>      |
| <b>LISTA DE FIGURAS.....</b>                                                                  | <b>10</b>      |
| <b>LISTA DE QUADROS E MAPAS.....</b>                                                          | <b>12</b>      |
| <b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>                                                                 | <b>13</b>      |
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                        | <b>16</b>      |
| <br><b>CAPÍTULO I</b>                                                                         |                |
| <b>1. O Bairro da Prata: Um percurso histórico.....</b>                                       | <b>23</b>      |
| 1.1. As metamorfoses do espaço campinense: os antecedentes à formação do Bairro da Prata..... | 24             |
| 1.2. As transformações espaciais do Bairro da Prata.....                                      | 39             |
| <br><b>CAPÍTULO II</b>                                                                        |                |
| <b>2. “Feira é assim mesmo, é tudo bagunça”.....</b>                                          | <b>64</b>      |
| 2.1. No “meio” do bairro há uma feira: Caracterizando a Feira da Prata.....                   | 65             |
| 2.2. A “velha e esquecida” Feira da Prata: O Mercado Velho e as suas problemáticas.....       | 87             |
| <br><b>CAPÍTULO III</b>                                                                       |                |
| <b>3. Os dilemas entre a Feira Real e a Feira Imaginada.....</b>                              | <b>101</b>     |
| 3.1. Entre o “Espaço Vivido” e o “Espaço Concebido”: Uma Nova Feira?.....                     | 102            |
| 3.2. Táticas, Estratégias e o fazer cotidiano do feirante.....                                | 127            |
| 3.3. A reestruturação como materialização do poder político.....                              | 140            |
| <br><b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                          | <br><b>151</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                       | <b>155</b>     |
| <b>Apêndices.....</b>                                                                         | <b>163</b>     |
| <b>Anexos.....</b>                                                                            | <b>169</b>     |

## INTRODUÇÃO

As feiras livres, denominadas na literatura como *marché* (feira), *periodic market* (mercado periódico) ou *market place* (praça de mercado), constituem irrefutável relevância na sociedade desde a origem dos primeiros aldeamentos até as atuais cidades modernas como fonte de abastecimento de produtos para muitas famílias. Inicialmente eram movidas a partir das trocas do excedente agrícola e sob o prisma do período técnico-científico-informacional, enquanto aprofundamento e extensão do modelo de produção capitalista, vêm passando por metamorfoses tanto no que se refere à sua estrutura, quanto nos tipos de produtos comercializados, com a inserção de mercadorias oriundas dos setores tecnológicos e industriais, direcionadas ao consumidor da cidade contemporânea.

No decorrer da história, diferentes períodos interferiram no funcionamento e no modo de organização das feiras, a exemplo da Idade Média, onde o comércio em geral ficou estagnado e apenas após as cruzadas e o Renascimento Urbano e Comercial as feiras tomaram força novamente. Contudo, foi no início do século XIX com as transformações socioespaciais impulsionadas pelo sistema capitalista, sobretudo, nos centros urbanos, que houve a necessidade de ampliação desses locais, tendo em vista à crescente demanda populacional.

Em muitas localidades, as feiras surgiram como um fenômeno espontâneo, destinando-se à realização de trocas comerciais, mas abrindo espaço também para os prazeres, festas, animações, exibicionismos, arruaças, excessos, novidades, enfim como um lugar para a coletividade. A feira constitui-se, portanto, para além de sua caracterização em uma forma de comércio, como uma dimensão espacial da vida cotidiana, sendo, muitas vezes, o único intermédio entre o mundo e o indivíduo.

Porém, sua importância não se resume às trocas de mercadorias e às práticas de sociabilidade, essas reuniões periódicas foram responsáveis, inclusive, pelo surgimento de várias cidades que se estruturaram em torno das praças de mercado, onde se concentravam os comerciantes, artesãos e a população de uma forma geral, no caso das feiras europeias, ou devido à sua localização em pontos de passagem de uma região para outra, no que diz respeito ao Nordeste brasileiro.

No Brasil configuram-se em heranças das tradicionais feiras medievais europeias importadas e “copiadas” pelos colonizadores europeus, mesmo que dotadas de novas significações, adaptadas à realidade e às necessidades locais. Nesse contexto, as

primeiras feiras brasileiras surgiram no interior das capitanias e províncias, estando associadas à atividade criadora, onde eram realizadas as trocas de gados e burros, utilizados como transporte e tração nas principais atividades produtivas do período colonial. No nordeste brasileiro, continuam desempenhando um importante papel no escoamento da produção agrícola regional, além de se configurar como uma alternativa de renda para inúmeras famílias que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho dito “formal” ou que permanecem comercializando nesses espaços com o objetivo de perpetuar esse tipo de atividade em suas famílias.

No entanto, apesar de sua inegável participação na sociedade, as feiras também se constituem como um *locus* de conflitos, uma vez que os feirantes disputam espaços limitados e apertados nos mercados sem infraestrutura que ainda hoje existem nas cidades ou se apropriam das ruas para expor e comercializar os seus produtos em bancas insalubres e sem higiene nos espaços destinados à passagem de pedestres e automóveis. Diante disto, as feiras tornam-se local de reivindicações de diferentes grupos, a exemplo dos feirantes em busca de melhores condições de trabalho, dos moradores dos bairros em que estas se localizam objetivando a desobstrução de vias e a “organização” desses espaços e do poder público no sentido de se empenhar em fiscalizar ou reordenar esses locais.

Mediante o exposto, nossa motivação inicial para a pesquisa, ora desenvolvida nesse trabalho de dissertação, partiu de vivências pessoais no espaço da feira. Ao frequentar estes locais passamos a nos deparar com uma realidade que nos chamou a atenção devido às diversas peculiaridades que estão presentes nessa forma tão antiga de comércio. As cores, os sons, o movimento, as territorialidades estabelecidas pelos feirantes, as suas práticas cotidianas, os conflitos que permeiam os “dias de feira”, assim como as relações entre fregueses e feirantes que aí se desenvolvem, começaram a despertar indagações e suscitaram, conseqüentemente, o interesse em realizar uma pesquisa que se concretizasse no campo acadêmico da Geografia, objetivando entender quais os fatores que estão subjacentes à permanência das feiras na cidade contemporânea, mesmo frente à efervescência de novos locais de consumo e como se processam (caso existam) as políticas de continuidade direcionadas para estes espaços, efetivadas quer seja pelos próprios feirantes, sociedade civil ou pelo Estado.

Assim, nos vimos diante da implementação de determinadas políticas públicas em Campina Grande que tinham como discurso e finalidade a preservação das feiras e, com isso, a preservação do patrimônio material e imaterial da cidade<sup>1</sup>, o que foi iniciado com a reestruturação da Feira da Prata. Todavia, observamos que tais ações possuíam muito mais uma conotação política no sentido de autopromoção de determinados grupos políticos do que necessariamente o reconhecimento e a valorização das feiras como partícipes na estruturação da cidade, no desenvolvimento da economia local, como reminiscências de tempos pretéritos e enquanto espaços de abastecimento para a população.

Por conseguinte, buscamos a partir de então tentar compreender como se configuram os processos de reestruturação das feiras livres realizados atualmente com o objetivo de adequar estes espaços às demandas contemporâneas, bem como as intencionalidades existentes nas formas de intervenção/gestão do poder público local com o intuito de promover alterações na forma de organização e na estrutura física dos mercados e feiras para atender às necessidades da sociedade moderna. Associado a isso, procuramos investigar as implicações destes processos no cotidiano dos feirantes, tendo em vista que mesmo se constituindo como espaços de intensa sociabilidade, as feiras continuam sendo para muitas famílias a única forma de reprodução da vida.

Nesse sentido, elencamos como objeto de estudo a Feira da Prata, localizada no bairro homônimo na cidade de Campina Grande - PB, traçando como objetivo geral para a pesquisa analisar o processo de reestruturação pelo qual esta feira passou entre os anos de 2007 a 2009. Para tanto, nosso recorte temporal compreende os anos de 2005 a 2015, uma vez que tentamos (re)construir a espacialidade da feira antes da reestruturação e, portanto, entender a dinâmica pré-existente neste espaço, além de investigar quais as consequências deste processo sobre os usuários da feira. Vale ressaltar que nosso contato com esta feira está relacionado à nossa vida cotidiana, sendo anterior ao período do Mestrado.

Nossa escala de análise situa-se, consequentemente, na dimensão intra-urbana do bairro, espaço revelador da vida cotidiana e das relações que estruturam a sociedade. Isto porque, entendemos que a Feira da Prata está inserida na dinâmica do Bairro da Prata de modo a lhe oferecer suporte enquanto local de abastecimento e espaço de sociabilidade, ao mesmo tempo em que procura se adequar às demandas do bairro e da

---

<sup>1</sup> Atualmente, em Campina Grande, a Feira Central está passando também por um processo de reestruturação, visando melhorar o fluxo na área do centro da cidade ocupada pela feira.

cidade. Somado a isso, o bairro configura-se como um local privilegiado para refletir sobre os embates que permeiam o espaço urbano.

Dentre os questionamentos que suscitaram a pesquisa, destacamos: Qual o papel da Feira da Prata na dinâmica local e sua importância no que diz respeito à Campina Grande e ao Bairro da Prata?; Partindo de suas peculiaridades e singularidades de que forma é possível caracterizar a Feira da Prata?; O que leva os clientes a frequentar a Feira da Prata e não a Feira Central? Frequentam ambas? Apenas uma? Por quê?; Tendo em vista que a Feira da Prata está localizada em um bairro nobre da cidade, qual o perfil da sua clientela? Atende a um público específico?; Qual o ideal que esteve subjacente ao processo de reestruturação?; Qual o papel desempenhado pelos comerciantes/feirantes na reestruturação? Como se organizaram? O que pensam disto, antes e depois?; Quais as “táticas” utilizadas pelos feirantes para se estabelecer nesse novo espaço?; Que modificações ocorreram na dinâmica interna e externa da Feira após a reforma?; Houve alterações nas relações entre feirantes e fregueses? E entre os feirantes?; Todas as propostas presentes no projeto inicial foram cumpridas?. Para responder tais questionamentos estruturamos a dissertação com base em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “O Bairro da Prata: Um percurso histórico”, contextualizamos o processo de formação da cidade de Campina Grande, apresentando os principais aspectos que marcaram a expansão e consolidação dessa cidade a partir de suas atividades produtivas e, nessa conjuntura, situamos o surgimento do Bairro da Prata, caracterizando-o e destacando alguns de seus principais “lugares de memória” (NORA, 2003). Além disso, explicamos como se processou a transformação do bairro enquanto local de moradia da elite campinense para área especializada no setor médico-hospitalar. No que concerne aos referenciais teóricos, o capítulo foi construído tendo por norte os pressupostos de Almeida (1978), Côrrea (1993; 2011a), Cavalcanti (2000), Villaça (2001), Aranha (2001; 2005), Lefebvre (2001), Seabra (2003), Costa (2003), Andrade (2005), Cabral Filho (2009), Maia et al (2013), entre outros.

No segundo capítulo, denominado de “Feira é assim mesmo, é tudo bagunça”, abordamos a espacialidade existente na feira antes do processo de reestruturação, elucidando o processo de formação do Mercado da Prata e, posteriormente, da Feira da Prata, bem como a sua relação com a Feira Central, uma vez que a Feira da Prata consolidou-se como local de escoamento das mercadorias não comercializadas na Feira Central. A partir dessa exposição trazemos à tona as problemáticas elencadas pelos feirantes e consumidores que estavam circunscritas ao espaço da Feira da Prata e que

justificavam a necessidade de uma reestruturação. Além disso, discutimos as concepções que existem em torno das feiras e que permeiam o imaginário da sociedade, geralmente associando-as a lugares de desordem, falta de higiene, insegurança e tumulto. O capítulo fundamenta-se, principalmente, em Mascarenhas (1991), Ferreti (2000), Mott (2000), Lefebvre (2000), Pintaui (2006), Pazera Júnior (2003), Santos (2008) e Araújo (2011).

O terceiro capítulo cujo título é “Os dilemas entre a Feira Real e a Feira Imaginada”, destina-se a analisar efetivamente o processo de reestruturação da Feira da Prata à luz dos agentes envolvidos no processo, feirantes e poder público, evidenciando os conflitos que estiveram subjacentes a esta intervenção, tanto entre os próprios feirantes quanto entre os feirantes e o poder público, assim como as alterações de caráter estrutural e organizacional decorrentes da tentativa de imposição de uma nova racionalidade ao espaço da feira. Além disso, traçamos algumas considerações sobre os aspectos simbólicos existentes na feira, entendendo esse processo como um artifício para a autopromoção e perpetuação de determinados grupos políticos no espaço, bem como quais as “táticas” utilizadas pelos feirantes para se estabelecer na “Nova Feira”. Teoricamente o capítulo está baseado em Santos (1985), Ferrara (1988; 2000), Salgueiro (1992), Bourdieu (2006; 2011), Côrrea (2007, 2011b), Valentim (2007) e Certeau (2009)..

Ressaltamos que para refletir acerca das feiras livres na contemporaneidade e, especificamente, sobre os processos de reestruturação, é necessário partir de uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo conhecimentos e metodologias de diversas áreas como Geografia, História, Antropologia, Economia, Sociologia, entre outros, posto que a feira, em contrapartida à sua aparente simplicidade, é um fenômeno extremamente complexo. Pensando nessa questão, congregamos, em nossas análises, estudiosos de diferentes campos do saber, propondo, contudo, um diálogo bastante próximo entre a História e a Geografia e lançando mão da historiografia local para compreender a cidade de Campina Grande e as feiras, sem, entretanto, perder o foco na perspectiva geográfica.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, à pesquisa está baseada nas investigações empíricas, essencial ao pesquisador na área da Geografia e em outros campos do saber, na medida em que proporciona um contato mais próximo com a realidade estudada, permitindo, neste caso, analisar não somente aspectos estruturais do fenômeno em estudo, mas também as relações que são estabelecidas no espaço da feira.

Dessa forma, o nosso trabalho de campo inicialmente teve como objetivo fazer o reconhecimento visual do espaço da feira, verificando como se configura a disposição das barracas e *boxes*, assim como o total destas, os principais tipos de produtos comercializados, os horários de trabalho dos feirantes e as diferenças existentes na comercialização e no fluxo de pessoas nos dias da semana e aos domingos, momento de ápice da Feira da Prata.

Após essa primeira incursão, buscamos encontrar fontes (jornais, trabalhos acadêmicos, artigos, revistas, entre outros) que nos evidenciasse como ocorreu o processo de formação da feira, seguindo os passos descritos por Mott (2000), o qual destaca que os estudos sobre feira devem começar pela reconstituição histórica desta instituição, levando-se em conta aspectos como sua origem, ou seja, quando iniciou, quem determinou sua instalação, quem são os compradores mais antigos e que podem informar como era a feira antigamente, assim como quais os documentos que existem e informam sobre seu espaço pretérito.

Nesse contexto, não localizamos nenhum trabalho que fizesse referência a tais aspectos e, portanto, decidimos por nos apropriar da metodologia da História Oral para obtenção de informações acerca da origem e expansão da feira. De acordo com Alberti (2011), a História Oral consiste em uma metodologia utilizada para a constituição de fontes para o estudo da história contemporânea. Tal metodologia se viabiliza através de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Para tanto, elencamos como sujeitos desta metodologia o feirante mais antigo, indicado a partir de algumas conversas informais na feira, como também um membro da família dos ex-proprietários do terreno onde funciona a feira e elaboramos um roteiro de entrevista (Apêndice 1) com questionamentos pré-estabelecidos de acordo com os nossos objetivos, mas deixando os sujeitos à vontade para acrescentar informações ou dados que julgassem ser pertinentes conforme a entrevista foi fluindo, como também se negar em responder qualquer das perguntas.

Posteriormente, começamos a entrevistar os feirantes (Apêndice 2). No primeiro momento sentimos algumas ressalvas destes diante da pesquisa por nos associar, muitas vezes, a representantes do poder público local ou algum tipo de “fiscal” que talvez lhes prejudicassem. Contudo, a partir de nossa frequência na feira e da “amizade” com outros feirantes já conhecidos, conseguimos nos aproximar e obter as informações necessárias às reflexões e a escrita da pesquisa. No total foram selecionados 20 feirantes

para responder ao instrumental qualitativo, dos quais 12 pertencentes aos *boxes* e 8 às barracas, escolhidos com base no seu envolvimento no período da reestruturação, ou seja, participação ativa nas reuniões e na associação dos feirantes, e do seu conhecimento sobre a dinâmica pretérita e atual da feira.

Além destes, foram entrevistadas também 3 consumidoras (Apêndice 3), selecionadas com base em sua frequência semanal na feira há no mínimo 10 anos, para compreender como opinaram e entenderam o processo de reestruturação. Associado à pesquisa na feira, fizemos algumas incursões também à Diretoria de Manutenção de Feiras e Mercados de Campina Grande, pertencente à Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente - SESUMA, onde pudemos ter acesso às fichas cadastrais de todos os feirantes e alguns dados referentes à reestruturação e visitamos também à Secretaria de Planejamento Urbano - SEPLAN, com vistas à obtenção de mapas e imagens da feira e dos bairros de Campina Grande.

Com base nas observações partimos do pressuposto de que as transformações ocorridas nas cidades, a partir da disseminação da ideia de “modernidade” e, sobretudo, aquelas vinculadas ao atual momento técnico-científico-informacional têm alterado a maneira como a população se relaciona com as feiras, assim como o modo com que estes locais são vistos e compreendidos pelo poder público. Nesse sentido, as feiras livres e, especificamente, a Feira da Prata, têm passado por processos de readaptação às formas de consumo atuais, através de mecanismos de reestruturação, com o objetivo de atender aos padrões de consumo impostos pela sociedade moderna.

## CAPÍTULO 1: O BAIRRO DA PRATA

---

### Um percurso histórico

O presente capítulo tem como objetivo principal situar o leitor acerca das características basilares inerentes à produção do espaço urbano de Campina Grande, enfatizando a dimensão da cidade como lugar privilegiado para as trocas e nesse sentido, contextualizar o processo de formação do Bairro da Prata e da Feira da Prata. Para tanto, partimos de uma reflexão histórica sobre a cidade, não necessariamente estabelecendo um “modelo conflitual de evolução da cidade”, como salienta Barros (2012, p15), mas colocando em evidência aqueles elementos que são importantes para a compreensão do nosso objeto de estudo, a Feira da Prata.

Dessa forma, no primeiro item, apresentamos algumas considerações sobre o processo de formação de Campina Grande, a partir das principais mudanças que marcaram a consolidação dessa cidade, com o intuito de perceber quais os fatores que confluíram para o surgimento do Bairro da Prata e, conseqüentemente, da Feira da Prata, entendendo, portanto, que a cidade vai superpondo temporalidades, as quais são indispensáveis à compreensão de qualquer materialidade.

No segundo item, discutimos a formação do Bairro da Prata, desde a sua gênese enquanto propriedade rural particular até a sua configuração atual, perpassando pelos seus principais “lugares de memória”, definidos por Nora (1993, p.8) como emblemas, festas, monumentos, comemorações, elogios, museus, entre outros, concebidos em um entrecruzamento histórico-cultural e simbólico-funcional, atuando como testemunhos de outros tempos. E, por fim, ressaltamos a modificação no que diz respeito à função do bairro, passando de moradia da elite local para uma área especializada no setor médico-hospitalar.

### 1.1. AS METAMORFOSES DO ESPAÇO CAMPINENSE: os antecedentes à formação do Bairro da Prata

O surgimento, bem como a expansão da cidade de Campina Grande, sempre estiveram vinculados às atividades de caráter comercial, as quais se articulavam às mudanças e aos processos que se situavam em âmbito nacional, decorrentes do movimento de expansão do capitalismo mundial. Localizada à Borda Oriental do Planalto da Borborema, a cidade teve sua importância estabelecida, inicialmente, a partir da sua privilegiada posição geográfica, enquanto local de passagem das regiões de pastoreio no Sertão, para as áreas de produção agrícola na Zona da Mata e do Brejo paraibano, funcionando como local de repouso para os viajantes e animais encarregados de transportar mercadorias.

Ao realizar uma síntese da história de Campina Grande, Maia et al (2013, p.38) explica que

No período quando os fluxos comerciais eram realizados com tropas de burros, a localização geográfica privilegiada da Vila Nova da Rainha, antigo nome da cidade de Campina Grande, era de fundamental importância (ponto *optimum*) para os viajantes, por oferecer um descanso ao esforço físico exigido para o transcurso entre as cidades do Sertão e as do Litoral Oriental. Campina Grande estabelece-se, originalmente, como um ponto nodal para o conjunto de fluxos que, por um lado, abasteciam o Sertão e, ao mesmo tempo, permitiam a saída dos produtos produzidos no interior com destino ao litoral.

Essa característica de entroncamento proporcionou o desenvolvimento de uma grande feira livre na cidade e, posteriormente, de uma feira de gado, levando Campina Grande a se tornar centro de comércio do gado e porta de entrada para o Sertão e para o Cariri paraibano (ANDRADE, 2005). Assim, a feira da cidade passava a ser um importante ponto de intercâmbio entre as frentes litorâneas e sertanejas, fato já discutido em ampla bibliografia<sup>2</sup>. Desse modo, o surgimento da feira, primeiro impulso econômico na urbe, acaba se confundindo com a própria história da cidade. Todavia, Costa (2003, p.27) ressalta que

[...] antes mesmo de Campina Grande ganhar destaque como feira de gado, foi a feira de farinha de mandioca, que atribuiu importância ao

---

<sup>2</sup> Podemos destacar como exemplos Almeida (1978), Maia (2000), Costa (2003), Andrade (2005), Araújo (2011), entre outros.

lugarejo. Esta feira surgiu no núcleo inicial da Rua das Barrocas e acompanhou a evolução do espaço urbano campinense. Embora apresentando alternância entre períodos de declínios e de prosperidade.

Durante muito tempo a comercialização da farinha apresentou-se como um elemento de fundamental importância na configuração econômica de Campina Grande, constituindo-se, inclusive, como um fator produtor de uma centralidade estabelecida pela região em relação às cidades circunvizinhas. Esse mercado impulsionou o crescimento econômico do povoado e, embora a feira de gado se constituísse como um importante entreposto e o maior da Paraíba, a feira de cereais permaneceu até o final do século XIX como a principal base da economia local. Sendo perceptível, portanto, a importância comercial que Campina Grande sempre demonstrou, estando relacionada, *a priori* à feira de farinha na Rua das Barrocas e, em seguida, à feira de gado, cuja relevância acompanhou o processo de expansão do espaço campinense.

Maia et al (2013, p. 37) ressalta, no entanto, que a gênese de Campina Grande não se dá sem articulação com a história mundial.

Para cumprir a lógica de expansão e alcançar os objetivos estabelecidos pela Coroa Portuguesa e pelas empresas comerciais de então, era necessário não apenas controlar os novos espaços, mas ao mesmo tempo, estabelecer com eles a possibilidade de manutenção de fluxos, com vistas à acumulação de riquezas no polo metropolitano-europeu. A origem de Campina Grande constitui, desse modo, parte de um esforço progressivo que buscava estabelecer um ordenamento espacial com objetivos definidos pela dinâmica de expansão europeia.

Dessa forma, a constituição de Campina Grande enquanto aldeamento no século XVII e, posteriormente, no século XVIII como vila, pode ser atribuída a dois fatores: a) a formação de fazendas de gado na região em consequência da política de concessão de sesmarias da Coroa Portuguesa<sup>3</sup>, como estratégia política para ocupação e domínio do território pelos lusitanos, o que possibilitou o surgimento da feira de gado e b) a conformação como entreposto comercial de gêneros alimentícios (MAIA et al, op.cit).

Com o crescimento do contingente populacional<sup>4</sup> e o aumento dos seus incrementos, a freguesia de Campina Grande ascende à categoria de vila em 6 de abril

<sup>3</sup> Para um aprofundamento acerca da política de sesmarias no Brasil, ver Guimarães (1968).

<sup>4</sup> Quando foi elevada à categoria de vila, a população de Campina Grande era estimada em 8.000 pessoas. Gurjão (2000, p. 21) explica que esse surto populacional verificado a partir da segunda metade do século XVIII não representou um acontecimento isolado, acompanhando a tendência que se processava em toda

de 1790, passando a chamar-se Vila Nova da Rainha, desde então a localidade passa a dispor de Câmara Municipal, Cartório e Pelourinho, “o marco que simbolizava o poder municipal, o sinal da existência da justiça e do governo eleito pelo povo” (ALMEIDA, 1978, p.48).

No entanto, o seu crescimento urbano ocorreu lentamente. Sua arquitetura era simples quando comparada a outras vilas como Areia, no Brejo, o que se deve, sobretudo, à grande presença de forasteiros no local e certo distanciamento das poucas famílias tradicionais em relação à população pobre residente na área, a fim de evitar contato com pessoas de menor prestígio social (COSTA, 2003). Diferentemente de outras vilas que logo vieram a se tornar cidade, Campina Grande permaneceu nessa posição durante 74 anos. Relata Almeida (1978, p.124):

Nesse longo período, apesar da situação topográfica privilegiada, (a cidade) permaneceu estática, tão lento e insensível foi o seu crescimento [...]. Enquanto permanecia Campina Grande nessa quase paralisação, outras vilas, surgidas posteriormente, evoluíam com rapidez, tomando-lhe a dianteira. Areia, ereta em vila em 1815, já em 1846 era cidade; Sousa, instalada em 1800, era cidade em 1854. Mamanguape e Pombal também se constituíram em cidade antes de Campina Grande. Foi ela a quinta na ordem cronológica, sem falar na capital, que já nasceu com essa prerrogativa.

O fato de Campina Grande ter permanecido em grande calmaria durante muito tempo é atribuído, de acordo com Irineu Jôfiily (*apud* ALMEIDA, 1978), a própria população da vila que não soube aproveitar as boas condições da localidade e aos proprietários rurais, criadores e agricultores que residiam em suas fazendas e só frequentavam a cidade nos dias de feira e nas festas que aconteciam durante o ano e, conseqüentemente, não investiam na construção de residências próprias, aboletando-se nas casas de parentes. Além disso, outro fator destacado pelo autor diz respeito também a pouca participação política da população na vida da província que se “conformava” em viver numa situação de inferioridade.

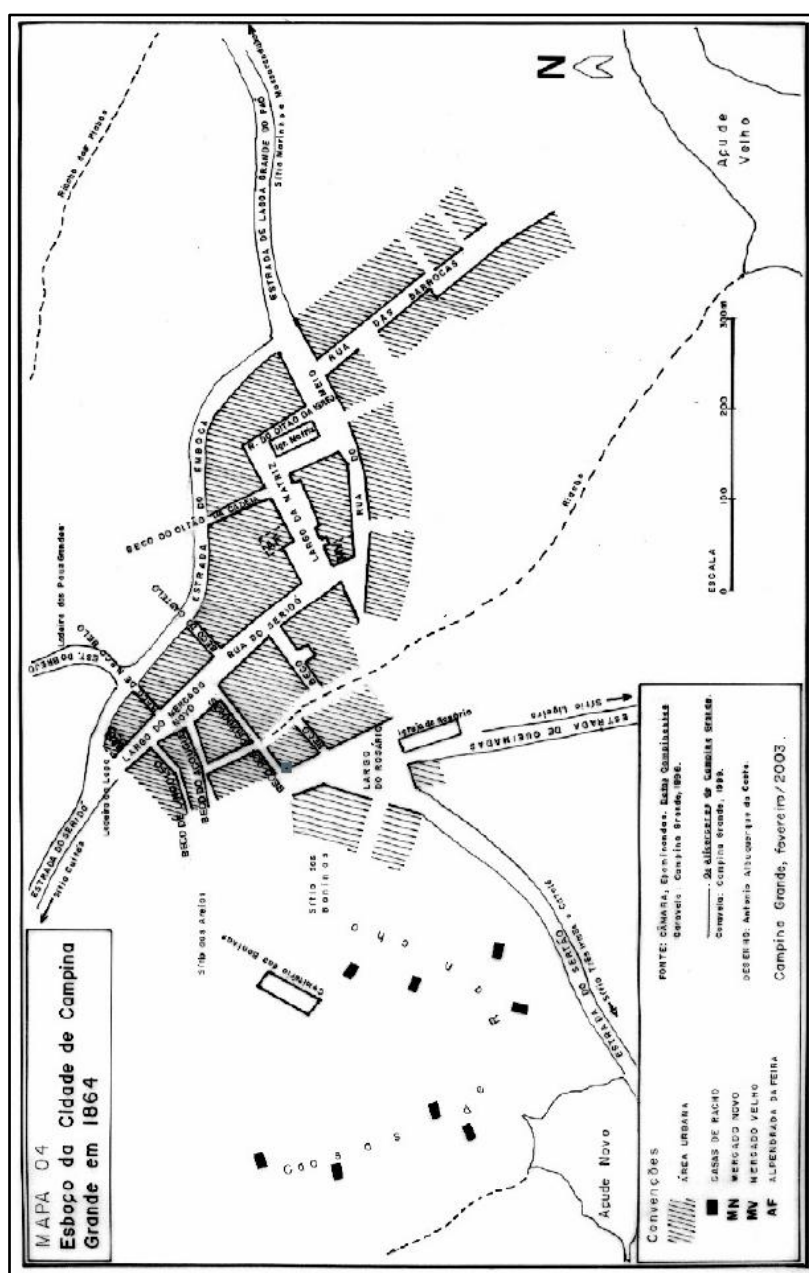
Assim, enquanto algumas vilas, a exemplo de Areia, possuíam residências permanentes de grandes senhores de engenho, Campina Grande, habitada essencialmente por comerciantes, só era movimentada em determinados dias do ano, estando as casas, na maior parte do tempo, fechadas (COSTA, 2003).

---

a Colônia, devido às transformações impostas pela Revolução Industrial no que diz respeito às relações políticas e econômicas da Europa e suas colônias.

Em 11 de outubro de 1864, Campina Grande foi elevada à categoria de cidade, pelo então Presidente da Província do Norte, Sinval Odorico de Moura. Nesse período a localidade contava, apenas, com duas igrejas católicas, dois açudes, duas casas de mercado, um cemitério, uma casa de cadeia, a casa da Câmara, três largos, quatro ruas, oito becos e cerca de trezentas casas (CÂMARA, 1999). Todas essas edificações distribuíam-se por cinco ruas principais: A Rua da Matriz (atual Avenida Floriano Peixoto), Rua do Meio (Afonso Campos), Rua Grande (Maciel Pinheiro), Rua do Seridó (Barão do Abiaí) e Rua do Emboca (Peregrino de Carvalho), conforme pode ser visto na figura 01.

**Figura 01:** Esboço das ruas de Campina Grande em 1864



Fonte: COSTA (2003, p.28).

Ao abordar as distinções entre “vila” e “cidade”, Abreu (2014) explica que a diferença entre estas categorias era apenas de caráter jurisdicional, não hierárquico. As vilas resultaram da decisão de donatários e governadores que tinham o poder de criá-las, ou de ordem real para que se elevasse algum arraial, contudo, as cidades foram sempre um atributo exclusivo da Coroa. O *status* de vila não diminuía, portanto, a importância de um assentamento urbano.

Gurjão (2000, p.25) explica que na fase de transição de vila a cidade, o espaço campinense estava direcionado ao mercado interno, caracterizando-se como ponto de convergência da área agropecuária de subsistência articulada à Zona Canavieira, voltada ao mercado externo e conquanto a cidade viesse se destacando no setor comercial, o seu aspecto urbano não se modificava em quase nada.

Porém, no início do século XX, outra atividade passa a comandar o processo de urbanização de Campina Grande e a promover uma nova configuração na cidade, tanto no aspecto morfológico quanto social, trata-se da comercialização do algodão. Esta atividade econômica rompeu de certo modo com a dominação da atividade canavieira desenvolvida até então e marco principal do modelo colonizador europeu, impulsionando a interligação entre a dinâmica produtiva local e as atividades desenvolvidas em âmbito mundial. O cultivo de algodão atraiu comerciantes de todas as regiões da Paraíba e do Nordeste, levando a cidade a se destacar como centro regional.

Cavalcanti (2000, p.69) elucida que nesse momento Campina Grande torna-se “empório comercial do algodão” e

[...] assume como praça algodoeira, ampla influência no espaço regional, abrangendo, além de todo o Cariri e o Sertão Paraibanos, o Seridó Norte-Rio-Grandense e o sul do Ceará, chegando o seu raio de atuação aos Estados do Piauí e Maranhão. Nas três primeiras décadas é intensificado esse comércio, só arrefecendo na década de 40 com a proliferação das estradas de rodagem e, conseqüentemente, dos caminhões.

O algodão propiciou uma verdadeira transformação no Agreste Nordestino, sendo a única produção que conseguiu se equiparar ou mesmo superar a produção açucareira, desenvolvida na Zona da Mata, no que diz respeito à demanda por terras e mão de obra. Andrade (2005, p. 158) explica também que “favorecia o avanço algodoeiro a estagnação que dominava o parque açucareiro, tanto com baixa produtividade agrícola da cana “crioula”, como da baixa produtividade industrial dos engenhos a tração animal”.

A cultura do algodão era realizada não apenas por grandes proprietários que a praticavam utilizando-se de mão de obra escrava e assalariada, mas também por pequenos proprietários, foreiros e moradores em cultura associada ao milho e ao feijão, produzindo assim no mesmo roçado a cultura de subsistência e o produto da venda (ANDRADE, 2005). Além disso, o cultivo do algodão dava-se associado à pecuária, visto que nos períodos mais secos do ano a “rama” do algodoeiro servia de alimento ao gado, sendo outro fator que despertou em diversos produtores latifundiários o interesse em aderir ao produto. Portanto, foi nos sertões nordestinos que a cotonicultura encontrou a “simbiose” perfeita com a prática da pecuária.

No entanto, muito mais do que o algodão, foi o fato de Campina Grande permanecer como “ponta de trilhos” entre os anos de 1907 a 1957 que alavancou o seu crescimento. A partir de 1907, com a instalação da ferrovia *Great Western of Brazil Railway*, na gestão do prefeito Cristiano Lauritzen, o setor comercial campinense se dinamiza, já que o transporte de produtos, como o algodão, passou a ser facilitado. A respeito da importância da ferrovia para a transformação do espaço, Santos e Silveira (2005, p.37) afirmam que

[...] a construção de estradas de ferro e as novas formas de participação do país na fase industrial do modo de produção capitalista permitiram às cidades beneficiárias aumentar seu comando sobre o espaço regional [...] Rompia-se, desse modo, a regência do tempo “natural” para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora.

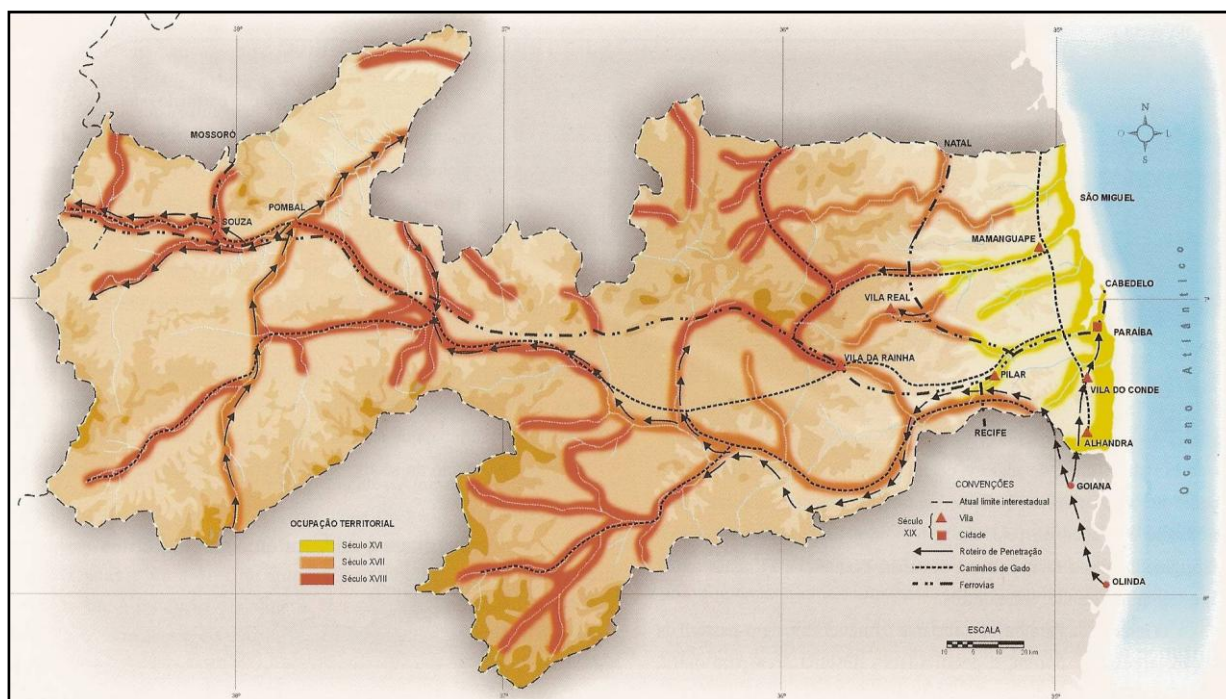
A partir desse momento a cidade passou a se inserir em um meio técnico, subjacente à emergência de um “espaço mecanizado”. Todavia, Costa (2003) ressalta que a existência de um meio técnico, promovido por esse equipamento urbano, não aniquilou um meio pré-técnico, uma vez que o componente material do espaço é formado do “natural” e do “artificial”, passando, então a coexistir dois meios. Santos (2009, p. 236) salienta que “[...] os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos ao mesmo tempo” e complementa afirmando que “os objetos técnicos, maquínicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos”. Nesse sentido, os lugares passam a se diferenciar em função da densidade e da extensão de tais objetos.

O trem configurou-se como um símbolo moderno do desenvolvimento técnico campinense. Entretanto, sua importância vai muito mais além, verificando-se que, de acordo com Santos (1985, p. 40)

[...] graças ao desenvolvimento dos transportes [ferroviário], boa parte desse comércio [algodoeiro] pode ser feito diretamente, em direção às grandes cidades [portos da capital paraibana e de Pernambuco], mas, em segundo caso, a atividade produtiva tem uma demanda importante de assessoramento industrial, financeira, jurídico, etc., que dota as cidades de um novo conteúdo.

Funcionando como “porta de entrada” para o Sertão e como “ponta de trilhos”, Campina Grande passou a ser um centro difusor de produtos e serviços. Na figura 02 é possível visualizar o itinerário da ferrovia, como também a expansão da ocupação territorial na Paraíba.

**Figura 02:** Linhas de ocupação territorial na Paraíba



**Fonte:** Melo (2004, p.74).

A movimentação promovida pela ferrovia não se restringia ao aspecto econômico, perpassando também pelo campo cultural, na medida em que a ligação com outras localidades promovia um intercâmbio cultural, alterando o cotidiano da população. As estações constituíram espaços para onde convergiam todos os interesses

da coletividade, configurando-se em locais de intensa sociabilidade. Gaudêncio (2012, p. 42) evidencia que

Atentos às transformações que estavam ocorrendo lentamente na cidade e a ascensão capitalista de uma elite econômica com novos hábitos provenientes de um modelo europeu, possibilitados graças à comercialização do algodão, - clubes, associações, cafés, confeitarias e bares vão sendo criados, com diferentes grupos sociais que passavam a frequentar em busca de entretenimento, mas também de certa formação cultural e de relaxamento [...].

Esse “signo da modernidade” promoveu, portanto, uma redefinição na concepção espaço-tempo da sociedade, possibilitando a partir de então novas experiências, conforme assinalado por Aranha (2001, p.56)

Se do ponto de vista econômico, o novo meio de transporte projeta, por um lado, determinadas comunidades em detrimento de outras e, por outro, beneficia um número reduzido de indivíduos poderosos, geralmente vinculados a grupos de interesses, colocando esses interesses privados acima do interesse público, o mesmo não ocorre quando a questão é focalizada sob o aspecto cultural. [...] o trem contribuiu, indistintamente, para mudanças no ritmo de vida [...] envolvendo, de uma forma ou de outra, todas as classes ou indivíduos a elas pertencentes, cuja vida cotidiana é marcada por mudanças de hábitos ou comportamentos e por uma redefinição das noções de espaço-tempo.

Maia et al (2013) explica que a inserção desses elementos técnicos e a transferência de recursos financeiros para os países fornecedores de matérias-primas, relacionou-se aos interesses dos capitais europeus, com o objetivo de promover a ordenação do território e levou o Brasil a ocupar um papel de relevância na divisão internacional do trabalho, entre o final do século XIX e o início do século XX. Sendo assim, os investimentos e a introdução de equipamentos em território nacional repercutiram também sobre o papel desempenhado por Campina Grande no espaço nordestino. Consequentemente, a cidade passou de entreposto comercial subordinado às atividades litorâneas a um núcleo de centralização e escoamento da produção algodoeira, o que propiciou uma acumulação de capital, como também um novo estímulo ao crescimento e a expansão urbana.

Entre as décadas de 1920 e 1950, várias empresas<sup>5</sup> vão se instalar na cidade e todo esse crescimento “salta aos olhos” daqueles que sonhavam em enriquecer,

---

<sup>5</sup> Nesse momento várias empresas de compra, beneficiamento e exportação de algodão, bem como fábricas de óleo e sabão se instalam na cidade. Além disso, tem-se a fundação do Banco do Comércio e a

melhorar de vida ou simplesmente sobreviver, levando Campina Grande a se tornar a “Canaã dos forasteiros” (CAVALCANTI, 2000), em função do seu crescimento comercial e industrial, clima ameno e oportunidades de boa formação educacional. Cavalcanti (op.cit., p. 69) explica que

[...] a urbe passa a exercer um poder de sedução, constituindo-se em esperança de vida para retirantes da seca, meeiros, posseiros expulsos de suas terras, pequenos proprietários que haviam perdido suas terras e, ao mesmo tempo, crescia o contingente de grandes produtores e comerciantes de algodão. Essa grande leva de migrantes, levou a proliferação de cortiços, casas de pau-a-pique, transformação de armazéns em casas de cômodo, tanto na área urbana quanto suburbana da cidade.

Essa desarmonia urbana, anti-estética e anti-higiênica não condizia com a tentativa de criar uma imagem de “cidade moderna”. Em consequência disto, nas décadas de 1930-1940, o então prefeito Vergniaud Wanderley, objetivando adequar o espaço campinense ao ideário de modernidade deu início à primeira reforma urbanística<sup>6</sup> na cidade, realizada pelo arquiteto e urbanista Nestor de Figueiredo, convidado pelo interventor Gratuliano de Brito e pelo Secretário do Interior e Segurança Pública Argemiro de Figueiredo.

Buscando um embelezamento da urbe e, além de tudo, ampliar a capacidade dos fluxos de veículos, algo que vinha se tornando essencial ao crescimento de Campina Grande, a reforma se deu de modo autoritário e eivado de violência. A partir dos ideais de modernidade que vinham se estabelecendo no Brasil desde o início do século XX e atingindo diversas cidades, a reforma urbanística se transformou em sinônimo de prosperidade e entrada para o futuro.

Valentim (2007) explica que com o surgimento do Movimento Moderno nas primeiras décadas do século XX, os processos de transformação urbanística adquiriram maior dinâmica, quando o comércio e as indústrias promoveram crescente aglomeração do homem nas cidades. Nesse momento, as ações de reformas urbanísticas tornam-se

---

abertura de uma agência do Banco do Brasil, refletindo a intensidade do crescimento da urbe (CAVALCANTI, 2000; COSTA, 2003; MAIA et al, 2013).

<sup>6</sup> No presente trabalho optamos pela utilização da expressão “reforma urbanística” no lugar de “reforma urbana”, por concordarmos com Souza (2003), ao explicar que a “reforma urbana” não se circunscreve a uma remodelação do espaço físico. Ela se configura como uma reforma social estrutural, com grande evidência na dimensão espacial, tendo por objetivo principal melhorar a qualidade de vida da população, especificamente de sua parcela mais pobre e elevar o nível de justiça social. Já a “reforma urbanística” perpassa por um entendimento simplificado do que seja “desenvolvimento urbano”, sendo, portanto, autoritária e acontecendo em função de imperativos econômicos, políticos e ideológicos, não com o objetivo de tornar a cidade mais justa.

mais intensas, com tendência à negação da cidade existente e à construção de um novo modelo voltado ao atendimento das necessidades de um homem idealizado e, portanto, abstrato.

Embora houvesse a percepção de Campina Grande enquanto cidade progressista, as práticas costumeiras da criação de animais em ruas, becos e vielas esburacadas e segregadas, os banhos, pesca, lavagem de roupas e automóveis nos dois principais açudes da cidade, açude Velho e Novo, as moradias de taipa e cortiços continuavam fazendo parte do cotidiano campinense. Cabral Filho (2009) explica que

Em Campina Grande, o que poderíamos denominar de processo de modernização ocorre obedecendo a ritmos outros [...]. Nesta cidade, as mudanças ocorreram e foram plenamente percebidas e vivenciadas; percebem-se claramente a emergência da transformação da paisagem urbana não apenas pelas modificações fisionômicas que Campina Grande ia experimentando, mas também pela presença de outros símbolos deste processo, no qual, por exemplo, caminhões e automóveis passam a disputar o espaço das ruas da cidade com animais de carga e com pedestres. Essa mescla remete a uma cadência diferenciada, mais lenta.

A partir da propagação das políticas higienistas ocorridas em algumas cidades brasileiras da época, a exemplo do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, nas quais alguns campinenses cursavam faculdade de direito ou medicina, teve-se o estímulo do discurso, bem como a mobilização por melhorias da urbe (SOUSA, 2001). Sobre isto, Pesavento (1999, p.93) ressalta que

[...] a legitimidade de tais intervenções não se dão apenas em torno de exigências científicas, mas também de uma lógica econômica e financeira do capitalismo triunfante. Demolir, construir, desenvolver as comunicações e otimizar a prestação de serviços públicos configuram-se como oportunidades lucrativas para o investimento dos capitais. Portanto, a idéia do lucro se conjuga e reforça os imperativos da estética, da higiene e da técnica.

Aranha (2005, p. 81) destaca, porém, que a noção de “modernização”, em relação a este espaço-tempo, não pode ser associada à ideia de “vida agitada” e/ou “ritmo frenético” das metrópoles de então, devendo ser pensada, portanto, com base no impacto provocado por certas conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno, ou seja, a partir da introdução de determinados equipamentos urbanos, de uso coletivo, que se configuram como “novidades”, a exemplo dos sistemas telegráfico, telefônico, ferroviário, na adoção de equipamentos de

higiene e conforto, como sistema de água encanada e iluminação pública e na construção de logradouros públicos destinados ao lazer.

O grande exemplo de reforma urbanística da época, que se tornou emblema no país, certamente, foi a reforma de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, especialmente entre os anos de 1903 a 1906. Esta mostrou a possibilidade de ampliação de ruas e demolição de prédios que passaram a ser vistos como entraves espaciais, um mal que necessitava ser destruído em nome do progresso. Nesta reforma os grandes prejudicados foram os pobres e antigos moradores dos casarões demolidos (AZEVEDO, 2003). Acerca disto, comenta Benchimol (1998, p. 599)

Pela primeira vez o Rio de Janeiro foi objeto de uma política urbana formulada num plano sistemático, abrangendo um amplo leque de iniciativas que repercutiram como um terremoto nas condições de vida de sua população. Milhares de prédios foram demolidos, deixando ao desabrigo um número incalculável de pessoas. A secular estrutura material herdada da colônia - mas já transfigurada em sua função desde a desagregação do escravismo - foi posta abaixo, criando-se uma nova paisagem que tentava dar ao Rio de Janeiro o aspecto imponente das metrópoles do Velho Mundo, e uma nova estrutura mais compatível com as atividades econômicas e as relações sociais radicadas no espaço urbano.

Nesse contexto, as diretrizes que nortearam a reforma urbanística em Campina Grande basearam-se no que de mais novo havia “em termos de plasticidade e estética modernas, fundamentada em preceitos burgueses e acompanhando muitas das prescrições efetivadas nas capitais mais modernas” (CAVALCANTI, 2000, p.70). Para a execução desses ideais, foram abertas diversas avenidas e demolidos inúmeros casarões, atingindo não somente a camada mais pobre, como também a elite campinense. Contudo, promover uma reforma através da demolição dos casarões, cuja arquitetura revelava os traços de uma elite agrária que remontava ao período imperial, significava destruir toda uma conjuntura social e ideológica. Diante disto, Cabral Filho (2009, p.49) explica que “nem todos ficaram à vontade com a ideia de ruptura de práticas de convivência social enraizadas. A força da tradição e as dificuldades sociais e econômicas impediam que a modernidade tivesse a excitação e a velocidade das capitais europeias”.

Entre os espaços que passariam por estas reformas urbanísticas e que mais marcariam o imaginário social<sup>7</sup> coletivo da época estava a Rua Maciel Pinheiro, a qual se apresentou como uma área de intensos conflitos, tendo em vista que grande parte dos políticos e comerciantes da cidade residia nesta rua e era também o local onde se encontravam os principais espaços de sociabilidade, como a feira, os cinemas (*Apolo* e *Fox*), teatros, clubes sociais, retretas e celebrações religiosas. Em função disto, criaram-se grandes desavenças entre os residentes e os frequentadores da rua com o então prefeito.

Mas nada impediu que tais reformas fossem adiante, modificando totalmente a paisagem urbana da pacata cidade de Campina Grande, uma vez que na concepção do então prefeito Vergniaud Wanderley a modernidade estava à espera e como gestor do poder público cabia a ele investir em um novo reordenamento do espaço urbano, sobretudo no que diz respeito a sua área central. Cabral Filho (2009, p. 53) salienta que

Para administradores como Vergniaud Wanderley, os meios pareciam justificar os fins. Como defensor e fiador de um ideal modernizador que esposava e no qual jogava todas as suas cartas, era-lhe indiferente se a metodologia usada para concretizar os seus projetos estivesse balizada em práticas autoritárias. Para dar visibilidade aos seus objetivos, não se constrangeu em adotar medidas conservadoras, eivadas de violência e imposição do medo, apesar de considerar tais medidas baseadas nas disposições legais então em vigor.

Em meio a estas mudanças adotou-se na arquitetura um ordenamento de técnicas que servissem para a representação das transformações em curso. Para isto, tomou-se por base “[...] uma linguagem estética que tentou espelhar o frescor, a higiene, os ritmos frenéticos, a lógica produtiva, o progresso, o apelo consumista e os avanços técnico-científicos do mundo moderno” (QUEIROZ, 2011, p. 113).

O estilo arquitetônico implantado foi o *Art Déco*, seguindo uma tendência francesa que dialogava com a vida cotidiana e o desenvolvimento industrial. Sua estrutura de racionalização geométrica, somada aos artifícios da indústria de construção permitiu o avanço de prédios de maiores estaturas, com estruturas mais simplistas, sem muitos ornamentos para não acumular poeira, enfatizando a política higienista.

---

<sup>7</sup> De acordo com Serbena (2003) o “imaginário social” pode ser entendido como uma instância por onde circulam os mitos, as crenças, os símbolos, as ideologias e todas as ideias e concepções que se relacionam ao modo de viver de uma coletividade. Relacionam-se a isto não somente as regras e condutas reguladoras das práticas sociais, mas também os aspectos afetivos e estéticos que agem como fator de coesão social.

**Figura 03:** Rua Maciel Pinheiro em 1922



**Fonte:** Museu Histórico Geográfico de Campina Grande (2012).

Na figura 03 é possível observar a Rua Maciel Pinheiro no ano de 1922. As formas existentes na rua explicitavam a estrutura social da época. Composta de casarões e sobrados, os prédios evidenciavam o predomínio das oligarquias rurais que ali se localizavam. Nesse espaço eram promovidos os eventos que atraíam a população local, como os carnavais, desfiles cívicos, passeatas políticas e procissões religiosas (CUNHA, 1994). Centro econômico e cultural, a rua fazia parte da construção da identidade da cidade, não era apenas comercial, já que a sua significação passou a representar algo muito maior. Nela talvez fosse concebido o orgulho de fazer parte de uma cidade que crescia de forma altissonante. Pesavento (1999, p.98) destaca que

A identidade [...] - enquanto padrão de referência, sensação de pertencimento e fator de coesão social - é uma categoria socialmente construída. A identidade urbana, no caso, representa um referencial simbólico de identificação que remete às imagens concretas da urbe mas que a extrapolam, integrando-se a todo um imaginário social construído sobre a cidade.

Ao término da reforma, há uma total modificação das atividades ali existentes. Se antes obedecia a uma lógica residencial e de entretenimento, religiosa e parcialmente comercial, sua dinâmica modifica-se com a execução da reforma urbanística do prefeito Vergniaund Wanderley, tornando-se uma rua permanentemente comercial e retratada como um símbolo de modernidade e da própria gestão política. Côrrea (2011a, p. 124) explica que a concentração de atividades na área central, sobretudo o comércio varejista em expansão, ponto final do processo de distribuição da crescente produção industrial e os novos serviços cuja área de mercado era todo o espaço urbano ou a hinterlândia da cidade, “representam a maximização de externalidades, seja de acessibilidade, seja de aglomeração”.

Deste modo, ao observarmos a paisagem atual da rua, encontramos formas repletas de significações, dotadas de sentidos históricos, os quais se remetem, inclusive, à própria formação histórica da cidade como um todo e cujas “rugosidades”<sup>8</sup> (SANTOS, 2009), ou seja, as formas em *art déco* que ainda persistem na paisagem, orientam para análises que vão além da simples aparência, incluindo, também, as relações sociais e políticas que marcaram o período, como pode ser visto na figura 04.

**Figura 04:** Rua Maciel Pinheiro em 2012



**Fonte:** Pesquisa de Campo (2012)  
**Foto:** David Luiz Rodrigues Almeida

<sup>8</sup> Segundo Santos (2009, p.140) rugosidade é o “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos”.

Estas mudanças estruturais e paisagísticas nas ruas centrais caracterizaram a reforma urbanística na cidade durante este período. A partir deste momento, a cidade tem sua face remodelada e suas imperfeições escondidas, sejam físicas, morais ou estéticas. Observa-se desde então uma Campina “com ares modernos e muito atraente, pronta pra receber seus admiradores e amantes, enriquecidos e civilizados homens do comércio de exportação do algodão” (CAVALCANTI, 2000, p.72).

Nesse sentido, acreditamos que é de fundamental importância perceber as conjunturas históricas e sociais em que se situaram as transformações ocorridas na cidade mediante a reforma empreendida pelo prefeito Vergniaund Wanderley, a qual permaneceu na memória coletiva dos moradores de Campina Grande como um fato marcante da história da mesma e vista como um passo inegável em direção à modernidade.

No entanto, entre as realidades e as ilusões que permearam a reforma urbanística em Campina Grande em prol da construção de uma urbe moderna, desenvolvida, rica, progressista e civilizada o que podemos observar é uma centralização e concentração de um centro comercial que, desde as reformas urbanísticas de Vergniaund Wanderley, privilegiou um setor mercantil e instalações voltadas à reprodução do capital.

## 1.2. AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS DO BAIRRO DA PRATA

A reforma urbanística ocorrida em Campina Grande na gestão do então prefeito Vergniaud Wanderley teve como alvo, sobretudo, o centro da cidade, onde foram observados, de acordo com os “anseios modernizadores” da época, diversos problemas relacionados a questões estéticas e higiênicas. Por essa ocasião, a população pertencente à camada mais pobre da população que residia na área central<sup>9</sup> foi deslocada para bairros periféricos, deixando o centro livre para atividades de comércio, serviços e lazer. No entanto, aquelas que residiam nas ruas principais e possuíam maiores recursos não foram para a periferia, permanecendo em residências de alta renda. Ao abordar questões referentes à reforma urbanística em Campina Grande, Maia et al (2013, p.43) explica que

É fato que essa reforma se deu principalmente na atual área central da cidade, onde ocorreu um grande número de demolições, de desapropriações, de construções e reconstruções. As ruas e edificações do que se pode denominar de Cidade histórica ou Tradicional<sup>10</sup> foram profundamente alteradas, alinhadas e reconstruídas, uma vez que vias estreitas e tortuosas simbolizavam o período colonial, o atraso ou o anti-moderno.

De acordo com Cardoso (1963), a expansão do espaço urbano de Campina Grande passa a ser mais evidente a partir de 1940, coincidindo com o período de abertura de algumas rodovias, obras de saneamento e inauguração dos serviços de abastecimento d'água. Então, já no ano de 1948, foram iniciados os planos de loteamento. Nesse momento, muitas áreas na cidade passaram a ser preenchidas, dando origem a diversos bairros, alguns destinados à classe mais pobre, formado por uma população de proletários, como a Liberdade, Monte Santo, Jeremias, José Pinheiro, entre outros; alguns destinados à classe média, como Alto Branco, Palmeira e São José e outros para a classe de maior poder aquisitivo como Prata, Lauritzen e Tavares.

Observamos, portanto, o estabelecimento de um processo de segregação em que os bairros foram se constituindo a partir do poder aquisitivo da população. Sobre essa questão, Côrrea (2011a, p.131) explica que

<sup>9</sup> Cardoso (1963) explica que embora com a chegada do trem a cidade tivesse crescido, até 1937 o seu núcleo ainda compreendia o entorno das ruas Vila Nova da Rainha, João Pessoa, Maciel Pinheiro e imediações da Igreja Catedral.

<sup>10</sup> Maia et al (2013) explica que a Cidade Histórica ou Tradicional caracteriza-se pela sua área central bem delimitada, constituída pelo espaço da praça central, do mercado/feira e da igreja e onde a vida urbana dava-se de forma mais integrada.

Estas áreas segregadas tendem a apresentar estruturas sociais que podem ser marcadas pela uniformidade da população em termos de renda, *status*<sup>11</sup> ocupacional - operários, empregados de escritórios, profissionais liberais, diretores de firmas - instrução, etnia, fase do ciclo de vida - casais com crianças, casais idosos, solteiros - e migração, podendo-se falar em áreas sociais caracterizadas, por exemplo, por bairros operários com residências unifamiliares modestas, por bairros de classe média com apartamentos, de baixa classe média ou pobres em prédios deteriorados ou em favelas etc.

Dessa forma, as pessoas que detinham maiores recursos passaram a residir próximas ao centro, “onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época” (VILLAÇA, 2001, p.141) e aquelas detentoras de um menor poder aquisitivo passaram a residir em bairros mais afastados dessa área central, promovendo uma nova estruturação<sup>12</sup> no espaço urbano, baseada a partir de então na “homogeneidade social” e com forte “disparidade social” entre elas. Corrêa (1993, p.28) esclarece que

Através de política conjugada de renovação urbana - abertura de modernas vias de tráfego - o Estado capitalista viabiliza simultaneamente vários interesses. [...] via expulsão dos pobres residentes em cortiços junto ao centro da cidade, redireciona a segregação residencial e viabiliza o capital imobiliário que tem oportunidade de realizar bons negócios em áreas onde o preço da terra é, pela proximidade do centro, bastante elevado [...].

Villaça (2011), entretanto, propõe uma abordagem diferente acerca desta questão do preço da terra. O referido autor afirma que a maioria das análises sobre segregação partem de um “espaço urbano dado” em termos de atrativos e que, por isso, tornam-se locais de moradia dos mais ricos e, no caso em que não há atributos naturais especiais, limitam-se a correlacionar a classe social que ocupa determinada região com os equipamentos urbanos de que a mesma é dotada. Entretanto, o autor inverte a situação ao propor que os preços do solo é que são fruto da segregação.

Tal distribuição de residências no espaço, de acordo com sua diferenciação social e poder aquisitivo, pode ser vista como um processo de “segregação

---

<sup>11</sup>O *status* pode ser definido como o lugar ocupado pelos indivíduos durante o processo de interação social. O *status* depende do nível de formação, da situação do emprego e da posição no mundo do trabalho. Assim, se um indivíduo deseja morar em determinado bairro e, conseqüentemente, compartilhar relações com determinado grupo social, ele deve se inserir nesse *status*, ou seja, “a consecução do *status* pode exigir que tenhamos certa experiência, e satisfaçamos certos padrões de conduta e desempenho” (STRAUSS, 1999, p.109).

<sup>12</sup> Sobre os conceitos de “reestruturação” e “estruturação” Sposito (2007) esclarece que a “estruturação” ou “reestruturação urbana” corresponde às dinâmicas e aos processos atinentes aos espaços regionais e/ou ocorridos no âmbito das redes urbanas, e a “estruturação” ou “reestruturação da cidade”, compreende as dinâmicas e processos que ocorrem na escala intra-urbana.

socioespacial”, entendida por Villaça (op.cit, p.142) como um “processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros*” (Grifo do autor), sendo, deste modo, um “processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros”. Castells (1983, p. 148) chama a atenção ainda para o fato de que

[...] a distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e há uma *estratificação urbana* correspondente a um sistema de estratificação social e, no caso em que a distância social tem uma forte expressão espacial, ocorre a segregação urbana. Em um primeiro sentido se entenderá por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia (Grifo do autor).

Sendo assim, a segregação possui um sentido político<sup>13</sup>, uma vez que se objetiva afastar os pobres do centro e, ao mesmo tempo, propõe-se a negação do convívio e do encontro entre os “diferentes”<sup>14</sup>, destituindo a cidade enquanto lugar de sociabilidade. Lefebvre (2001, p. 94) explica que a segregação deve ser vista com base em três aspectos, os quais não se excluem: “espontânea”, no caso da segregação proveniente das rendas e das ideologias; “voluntária”, estabelecendo espaços separados; e “programada”, quando acontece sob o pretexto de arrumação e plano. Apesar disso, Lefebvre (2001, p. 94) adverte que

Não se pode afirmar que a segregação dos grupos, das etnias, dos estratos e classes sociais provém de uma estratégia de poderes constante e uniforme, nem que se deve ver nela a projeção eficaz das instituições, a vontade dos dirigentes. Mais ainda, das vontades, das ações preparadas que tentam combatê-la.

Nesse processo, a habitação passa a se constituir no sistema capitalista como uma mercadoria e a diferenciação residencial, com base no poder aquisitivo, interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista. Essas distinções no padrão da moradia no que diz respeito ao conforto e

<sup>13</sup> Lefebvre (2001, p. 95) aponta que “as segregações que destroem morfologicamente a cidade e que ameaçam a vida urbana não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais”, sendo, portanto, dotadas de uma dimensão política, onde o Estado age “por cima” e a Empresa age “por baixo”.

<sup>14</sup> A “vida urbana” pressupõe justamente, segundo Lefebvre (2001, p. 15) “encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade”.

qualidade associadas à localização e ao valor do terreno se fundem dando origem a uma tendência à homogeneização do conteúdo social dos bairros (CORRÊA, 2011a), ou seja, pessoas que apresentam o mesmo poder aquisitivo passam a residir nos mesmos bairros. Assim, ao abordar a questão da homogeneidade social interna e das condições que levam as pessoas a residirem em determinados locais em detrimento de outros, recorreremos invariavelmente a uma unidade espacial no interior da qual ocorre essa homogeneidade e que é dotada de um conteúdo social próprio, o bairro.

Seabra (2003) explica que as adequações que vão se formulando nas formas espaciais e nas formas de uso do espaço em decorrência das exigências da modernização capitalista da cidade ou em função de outras demandas sociais tornam-se mais evidentes na dimensão do bairro, na medida em que estes ao serem enredados na urbanização capitalista correspondem a uma certa espacialização do processo social da modernidade. Logo, é nesse nível de prática social que os dramas e os conflitos sociais que estão subjacentes à reprodução social e às transformações da morfologia urbana adquirem maior visibilidade.

Corrêa (1993) propõe que o bairro pode ser definido como uma unidade territorial e social, onde se desdobram os processos de reprodução social. Nesse contexto, Seabra (2003) escreve que, muito mais do que uma partição da cidade, porção do território criada com fins administrativos ou simplesmente uma pequena povoação, o bairro está relacionado à própria identidade dos indivíduos, configurando-se como uma extensão da vida dos sujeitos, conseqüentemente, está associado à vivência e ao cotidiano das pessoas, relacionando-se ao âmbito da vida imediata, constituindo-se como o local onde tudo acontece, ou seja, o espaço da representação da vida, podendo-se falar, inclusive, de uma “vida de bairro”.

Deste modo, o bairro não pode ser visto como um dado “*a priori*”, mas como resultado de relações que se estabelecem na produção do espaço urbano e como um *locus* capaz de revelar as nuances presentes na forma como os cidadãos se apropriam da cidade. A individualidade de um bairro dá-se, portanto, a partir de certa coesão social e pela abrangência das relações que são desenvolvidas nesse espaço particular. Lefebvre (1978, p.201) salienta inclusive que “*el barrio, en una ciudad que crece, puede transformarse en núcleo de vida social*”, devido a ideologia comunitária que está circunscrita nesta unidade espacial.

Ao analisar o bairro enquanto unidade política, Souza (1989, p. 146) afirma que este pode ser considerado como “palco do cotidiano, arena de lutas imediatas e deve ser

visto como referencial organizador do espaço” e acrescenta ainda que a noção de pertencimento a um determinado bairro é construída e reconhecida em relação ao “não-morador”, portanto, o bairro “pertence àquela categoria de *pedaços da realidade social* que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo”, possuindo “uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores de outros bairros da cidade” (Grifo do autor).

A partir do exposto, podemos entender que o bairro está integrado como parte e como produto de todos os processos gerais que envolvem o espaço da cidade e que gradativamente alteram o modo de vida urbano. É nesta escala que se “concebem, racionalizam, medem e exercitam a métrica do espaço e do tempo, fruto de concepções racionalizadoras” (SEABRA, 2003, p.60).

Associado a sua dimensão social, Seabra (2003) explica também que o bairro está inserido na dinâmica urbana enquanto unidade política e territorial, vinculando-se ainda ao processo de urbanização das cidades e acompanhando, conseqüentemente, o movimento de expansão e de reestruturação das cidades. Desse modo, o bairro se relaciona às transformações da morfologia das funções urbanas.

Como resultado da dinâmica espacial segregacionista que se instalou no espaço campinense em decorrência da sua adequação à “modernidade”, podemos observar uma reestruturação da cidade, com destaque para as zonas industriais a noroeste da cidade (eixo rodoviário BR-230) e para a zona industrial a sudeste, próxima a estação ferroviária (eixo rodoviário BR-104) (APOLINÁRIO, 2009) e a partir de então a emergência de novos bairros na cidade, principalmente no entorno dos eixos rodoviários que dão acesso à mesma, os quais, conforme já explicitado, passaram a ser habitados por grupos sociais de diferentes *status*. Villaça (2001, p.80) afirma que “as vias de transporte têm enorme influência não só no arranjo interno das cidades, mas também sobre os diferenciais de expansão urbana”.

Na figura 05 é possível visualizar os bairros que compõem o município de Campina Grande.

**Figura 05:** Bairros de Campina Grande



**Fonte:** SEPLAN, Secretaria de Planejamento Urbano de Campina Grande (2002).

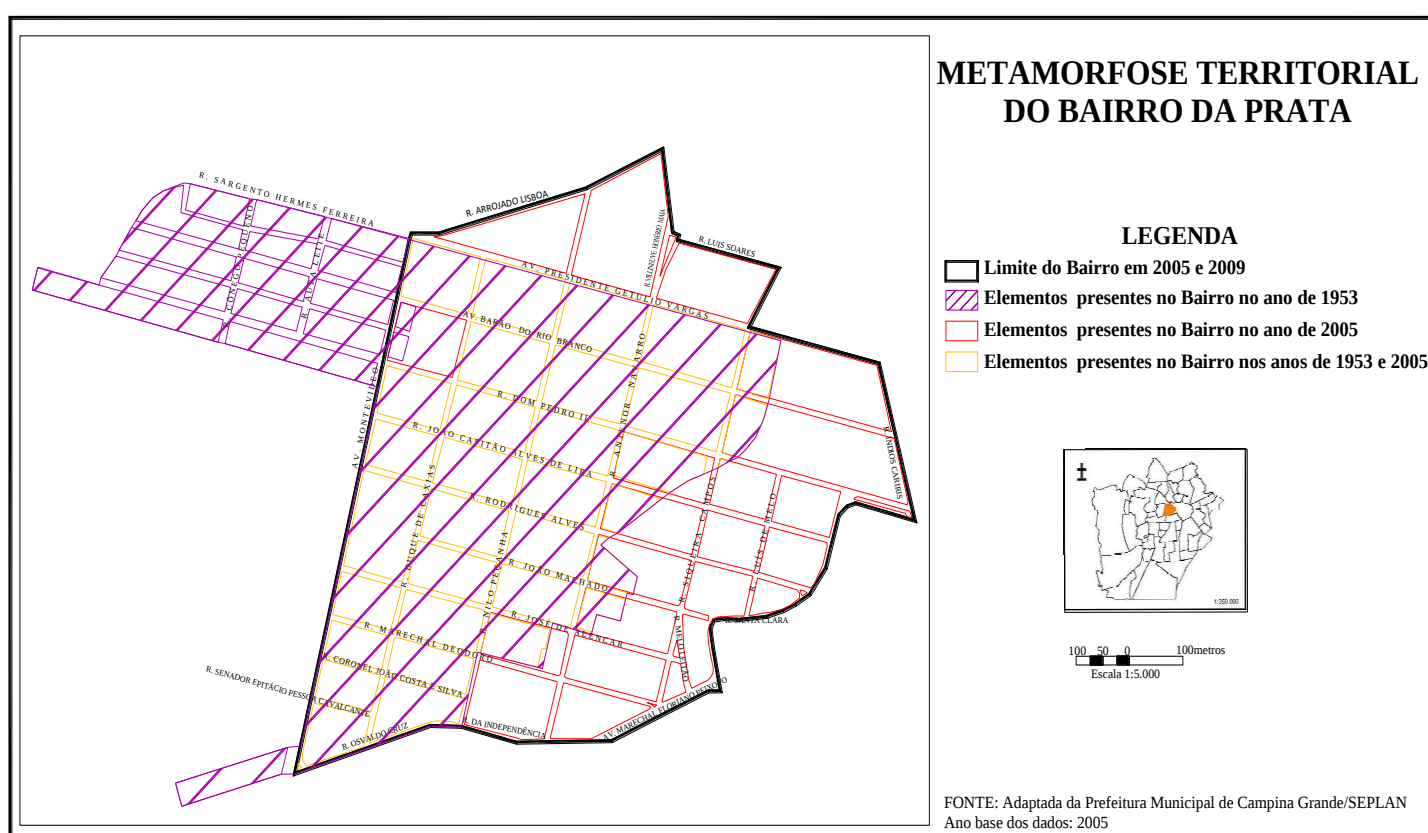
Entre os bairros que passaram a ser ocupados por uma camada extremamente privilegiada da sociedade campinense da época está o Bairro da Prata. Como afirma Cardoso (1963, p.6), no ano de 1948 “teve início o loteamento de uma grande propriedade que havia permanecido intocada dentro do perímetro urbano, surgindo, então, o bairro da Prata”, localizado na zona oeste da cidade, o qual passaria a ser um bairro de “vivendas nobres”, como já afirmava o Jornal de Campina no ano de 1933 e evidenciado por Souza (2003, p. 91)

Na propaganda “V. Excia. Já sabe o que é o bairro da Prata?”, sobre loteamento de terrenos na Prata, lemos: “O Dr. Nestor de Figueredo, grande urbanista brasileiro visitando aquele magnífico bairro da nossa urbs, afirmou que na Prata, Campina teria de localizar num futuro próximo as suas melhores vivendas”.



Atualmente, o Bairro da Prata possui uma área de 0,77 km<sup>2</sup> e tem como limites os bairros do Monte Santo (Norte), São José (Sul), Centro (Leste) e Bela Vista (Oeste). No entanto, em 1953, quando passou a constar na Prefeitura como bairro (Anexo 2), a Prata ocupava uma área de apenas 0,48 km<sup>2</sup>, tendo em seu território áreas que hoje pertencem aos bairros da Bela Vista e Centenário a oeste, Monte Santo ao norte e Centro ao leste (APOLINÁRIO, 2009). Dessa forma, ao longo do tempo, várias áreas foram sendo agrupadas e desagrupadas ao loteamento original, dando origem à conformação atual do bairro como pode ser visto no Mapa 01.

**Mapa 01:** Metamorfose territorial do Bairro da Prata



**Fonte:** SEPLAN, Secretaria de Planejamento Urbano de Campina Grande (2005).

Raimundo Viana de Macedo (1901-1988), proprietário do loteamento que deu origem ao Bairro da Prata, era natural da cidade de Fagundes<sup>15</sup>, nascido em 24 de abril de 1901 e tendo sido, posteriormente, prefeito dessa mesma cidade, assumindo o cargo

<sup>15</sup> Fagundes é uma cidade localizada na Mesorregião do Agreste da Paraíba, mais especificamente na Serra de Bodopitá, distante aproximadamente 128km de João Pessoa, capital do Estado e 26km de Campina Grande.

em 1939. Filho único, ao casar-se com Severina Monteiro, filha de Zumba Monteiro<sup>16</sup>, exportador de algodão na cidade, teve suas finanças alavancadas, conseguindo realizar a compra da fazenda. Sua atuação política não se restringiu, contudo, à cidade de Fagundes, sendo também um dos últimos prefeitos nomeados pela interventoria do Estado em Campina Grande, no período de 6 de novembro de 1945 a 18 de fevereiro de 1946, no mandato do desembargador Severino Montenegro. Foi também um dos fundadores do Jornal “Praça de Campina”, do *Rotary Club*, da Embrapa, da Sociedade Rural e da Sociedade Beneficente dos artistas.

Era membro do partido UDN (União Democrática Nacional), assumindo a prefeitura logo após a deposição de Getúlio Vargas e a queda do Estado Novo<sup>17</sup>, época em que a cidade mergulhava na campanha para a Presidência da República, dividindo suas atenções entre as candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), do General Eurico Gaspar Dutra (PSD), Yedo Fiuza (Partido Comunista Brasileiro) e Mario Rolim Teles (Partido Agrário Nacional) (TEJO, 1988).

Entretanto, iniciou sua carreira política antes de ser nomeado prefeito em ambas as cidades, sendo eleito deputado estadual no ano de 1936 (JORNAL DA PARAÍBA, 1988). Nesse momento, defendeu tanto na esfera estadual quanto federal o interesse dos agropecuaristas da região, recebendo, por isso, a alcunha de “deputado das forragens”. Após a sua exoneração do cargo de prefeito na cidade de Campina Grande, a pedido seu, em solidariedade a Argemiro de Figueiredo<sup>18</sup>, o comerciante e agropecuarista decidiu abandonar a carreira política passando a se dedicar inteiramente aos seus negócios, “modernizando o visual urbano campinense com grandes edificações que revolucionaram o setor de construção civil” (TEJO, 1988). Sendo assim, a história do Bairro da Prata confunde-se com a própria história de vida de Raimundo Viana de Macedo.

---

<sup>16</sup> Zumba Monteiro, natural de Pernambuco, era comerciante do ramo de algodão na cidade de Campina Grande. Suas exportações direcionavam-se, sobretudo, ao sul do país ou para o exterior, tendo seu escritório de compra de algodão funcionado na chamada “Rua dos Armazéns”, atual Marquês do Herval, nas proximidades do antigo Banco Itaú. Após o seu falecimento em 1922, Tertuliano Barros passou a chefiar a firma que pouco a pouco fechou (GAZETA ILUSTRADA, 1984).

<sup>17</sup> Sistema político de caráter ditatorial implantado no Brasil por Getúlio Vargas, no período de 1937 a 1945, resultante de um projeto político centralizador, unitário e antiparlamentar forjado por Vargas e alguns nomes da cúpula do exército. Fausto (1999) aponta que a emergência de regimes totalitários e autoritários tanto no Leste Europeu quanto na Europa Ocidental também influenciaram na organização do Estado Novo e, consequentemente, na sua ideologia.

<sup>18</sup> Argemiro de Figueiredo atuou em vários campos da carreira política no Estado da Paraíba, chegando a tornar-se governador do Estado no período de 1935 a 1940, permanecendo mesmo durante a vigência do Estado Novo. Em 1946 foi eleito deputado federal na Assembléia Constituinte.

Raimundo Viana destacou-se como um dos que mais influenciaram no processo de urbanização do bairro, uma vez que possuindo alianças e conhecimento político na cidade, tinha a prática de doar terrenos para a construção de edificações, a exemplo dos terrenos onde foram construídos o SENAI, a Embrapa, o Colégio Estadual da Prata e reconstruída a Igreja do Rosário (Anexo 2).

**Figura 07:** Centro de Formação Profissional Prof. Stênio Lopes - SENAI



**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

Devido ao desenvolvimento da cidade de Campina Grande, na década de 1948 foi fundado, no Bairro da Prata, na Rua Antenor Navarro, o primeiro SENAI da Paraíba. Além do SENAI, outras edificações, tornaram-se também “lugares de memória” no bairro e são responsáveis, em certa medida, pela singularidade do bairro em relação à cidade: a Igreja do Rosário e o Colégio Estadual da Prata.

Uma das primeiras edificações que surgiram no bairro foi a Igreja do Rosário<sup>19</sup>. Objetivando alinhar as vias centrais da cidade, Vergniaud Wanderley colocou abaixo diversas edificações que se configuravam como entraves a consecução do seu plano urbanístico na área central da cidade, dentre elas a “Igreja do Rosário dos Pretos”, que foi demolida para dar lugar à expansão da Avenida Floriano Peixoto, no atual centro da cidade. Com o dinheiro proveniente da desapropriação, o Vigário Monsenhor Delgado, deu início a construção de uma nova edificação da referida Irmandade no Bairro da Prata, no entroncamento das Ruas Rodrigues Alves e Nilo Peçanha, em um terreno de 20 lotes doados por Raimundo Viana. Durante o período em que duraram as obras, as

<sup>19</sup> A primeira Igreja do Rosário construída em Campina Grande data de 1852. Porém a Irmandade do Rosário já existia desde 1793. O templo foi edificado à margem esquerda da Estrada do Sertão, com frente para o Norte. Disponível em: <[http://www.rosario.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=76&Itemid=150](http://www.rosario.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=150)>. Acesso em: 07.03.2015

celebrações foram sediadas na Igreja de Nossa Senhora da Guia, localizada na Praça do Trabalho, no Bairro do São José.

**Figura 08:** Igreja do Rosário em 1980



**Fonte:** cgretalhos.blogspot.com.br (Acesso em: 16.02.2015)

No mesmo ano, 1940, inicia-se a construção do Colégio Estadual da Prata, o “Gigantão” como passou a ser conhecido, na Rua Duque de Caxias, na gestão do Governador Osvaldo Trigueiro, sendo inaugurado em 31 de janeiro de 1953 na gestão do então Governador José Américo de Almeida, em terreno também fruto de doação. A escola tornou-se física e qualitativamente, na década de 1970, como o maior estabelecimento de Ensino Médio no Estado da Paraíba e surgiu haja vista a demanda pelo ensino secundário gratuito na cidade, tornando-se referência em todo o Estado.

**Figura 09:** Colégio Estadual da Prata em 1968 e 1987



**Fonte:** cgretalhos.blogspot.com.br (Acesso: 16.02.2015)

Ao longo do seu processo de consolidação, o bairro passou por diversas metamorfoses, não somente aquelas que dizem respeito a sua dimensão territorial, mas também em relação a sua função, com a inauguração de diversos estabelecimentos voltados para o setor médico-hospitalar, alguns que se fazem presentes até hoje. Santos (1985, p. 50) explica que a função pode ser entendida como uma “[...] atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”, conseqüentemente, torna-se evidente que a função decorre da existência de uma determinada forma.

A forma refere-se, portanto, ao “arranjo ordenado de objetos”, uma “estrutura técnica responsável pela execução de determinada função” que são dotadas de certos contornos e finalidades-funções. O referido autor coloca ainda que a “função é a atividade elementar de que a forma se reveste”, podendo ser expressa como uma “estrutura revelada”. Nesse contexto, a estrutura pode ser entendida como o complexo processo dialético de inter-relação entre uma forma existente e a função que lhe foi designada.

Lefebvre (2001, p.59) escreve que existem três níveis de análise em relação à estrutura. Existe a “estrutura da cidade” (morfologicamente e socialmente); a “estrutura urbana da sociedade” e a “estrutura social das relações cidade-campo”, das quais emergem diversas determinações analíticas e parciais, que dificultam a elaboração de uma concepção global acerca do espaço urbano. Santos (1985, p.50) acrescenta ainda que a estas categorias deve ser somada a ideia de processo (tempo), uma vez que a dimensão do tempo histórico proporciona uma concepção temporal da produção do espaço e do seu modo de organização. Deste modo, o processo pode ser entendido como uma “ação contínua [...] implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. Com isso, a noção de tempo torna-se fundamental, na medida em que as formas são compostas, simultaneamente, de elementos do hoje e do passado.

Depreende-se, com isso, que formas, funções e estruturas agem umas sobre as outras num intenso e complexo movimento dialético de estruturação, desestruturação e reestruturação do espaço, os quais se sucedem no tempo, de tal modo que, “no curso do desenvolvimento, formas transformam-se em funções e entram em estruturas que as retomam e as transformam” (LEEBVRE, 2001, p. 54). Tais categorias, no entanto, não devem ser analisadas isoladamente, na medida em que a interpretação do espaço ou de suas modificações só pode ser possível a partir de uma combinação simultânea das mesmas, como evidencia Santos (2004, p.55)

Os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos, incitam a novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade. Ao separar-se estrutura e função chega-se ou a um estruturalismo a-histórico e formal ou a um funcionalismo prisioneiro do caráter conservador de toda instituição, com o que se abandona o problema da transformação. Se se considera apenas a forma, cai-se no empirismo. Por outro lado, não é suficiente combinar estrutura e forma ou função e forma. No primeiro caso, equivaleria a supor uma relação sem mediação; no segundo, uma mediação sem causa motora. Em realidade nenhuma dessas três categorias existe separadamente e apenas sua utilização combinada pode restituir-nos a totalidade em seu movimento.

A inserção de novas formas e funções foi responsável, conseqüentemente, por promover uma nova organização espacial no bairro. Corrêa (2011b, p.7) explica que por organização do espaço ou organização espacial entende-se

[...] o conjunto de formas (campos, fábricas, caminhos, casas, etc.) e interações envolvendo pessoas, mercadorias, informação e capital, dispostos espacialmente. As formas e interações espaciais respondem a uma lógica que as tornam funcionais à sociedade que vive nessa organização espacial. Como construção social a organização do espaço é simultaneamente reflexo social, meio no qual a sociedade existe e condição pela qual a sociedade se reproduz.

A organização espacial, portanto, é resultante do próprio movimento da sociedade e das estruturas sociais “demandando novas funções urbanas que se materializam nas formas espaciais” (Corrêa, 1993, p.10). Estas formas espaciais e, ao mesmo tempo, funções e estruturas, aparecem como a concretude dos processos espaciais<sup>20</sup> que viabilizam ao longo do tempo localizações, realocações e permanência das atividades e da população sobre o espaço urbano. Nesse sentido, os processos espaciais e sua materialização enquanto estruturas territoriais estão totalmente articuladas aos processos sociais e as hierarquias de poder que estão circunscritas na sociedade e que repercutem sobre a produção do espaço. Santos (2004, p.60) complementa afirmando que “a inserção da sociedade em movimento nesse conjunto de formas fixas constitui o processo de realização geográfica da sociedade”

<sup>20</sup> Corrêa (1993; 2011b) explica que os “processos espaciais” são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade. São os processos espaciais os responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista. Sendo assim, são de natureza social, cunhados na própria sociedade. Tais processos espaciais são postos em ação pelos agentes que modelam o espaço, como os proprietários dos meios de produção, proprietários de terras, empresas imobiliárias e de construção, o Estado, dentre outros.

Sendo assim, observamos que no Bairro da Prata ao longo do tempo houve uma modificação no que diz respeito a sua função, bem como uma reconfiguração espacial, com a aglomeração de estabelecimentos voltados para o setor médico-hospitalar em sua área. Tais atividades médicas desenvolvidas remontam ao ano de 1938 quando se inicia a construção da “Casa de Saúde e Maternidade Dr. Francisco Brasileiro<sup>21</sup>”, na Rua Siqueira Campos, idealizada pelo Dr. Francisco Chaves Brasileiro<sup>22</sup>, uma vez que em Campina Grande só havia até então o “Hospital Pedro I”, construído pela maçonaria. A construção da Casa de Saúde começou no ano de 1938, mas sua inauguração foi apenas em 17 de maio de 1947, já que os recursos para a edificação dependiam dos rendimentos da clínica do proprietário e de pequenos donativos de colegas e amigos. Na figura 09, podemos observar o prédio onde funcionou a Casa de Saúde, posteriormente transformado no Serviço Municipal de Saúde e atualmente desativado.

**Figura 10:** Serviço Municipal de Saúde (Antiga Casa de Saúde)



**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

<sup>21</sup> Após a desativação da Casa de Saúde, passou a funcionar no prédio o Serviço Municipal de Saúde. No entanto, desde a data de 17 janeiro de 2013, por meio de ordem de despejo emitida pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, na gestão do então prefeito, Romero Rodrigues, os atendimentos foram suspensos e o prédio desativado, encontrando-se, atualmente, em estado de abandono.

<sup>22</sup> O Dr. Francisco Chaves Brasileiro nasceu no dia 23 de novembro de 1902, no então Distrito de Boqueirão dos Coxos, município de Piancó. Em 1924, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador. Ao regressar a Paraíba foi nomeado médico do IFOCS (Inspetoria Federal de Obras contra as Secas), depois denominado DNOCS. Em Campina Grande desenvolveu profícua atividade profissional, social e política até os seus últimos dias. Foi sócio fundador da Sociedade Médica de Campina Grande e da Sociedade Mantenedora da Faculdade de Medicina. Disponível em: <<http://www.portalmédico.org.br/Regional/crmgb/jornalcrmpgb/ano2006/mar-abr/memoria.htm>>. Acesso em: 22.05.2015.

A partir de 1969, intensifica-se o processo de ocupação na área por atividades vinculadas a este setor, com o surgimento do primeiro centro médico, através da iniciativa dos médicos Milton Medeiros e Ulisses Pinto Brandão, a Clínica Santa Clara, inaugurada no dia 29 de setembro de 1969 e localizando-se na Rua Duque de Caxias. A escolha pelo Bairro da Prata deveu-se a três fatores, esclarece o Dr. Milton Medeiros: a sua experiência no atendimento em bairros residenciais que trouxe consigo após retornar de sua residência médica na cidade de São Paulo; a proximidade do bairro de sua casa em Campina Grande e a existência de uma casa semi-construída na rua que poderia ser adaptada para atendimentos médicos.<sup>23</sup> Além disso, relata o entrevistado, na época já existiam a Igreja do Rosário, o Colégio Estadual da Prata e o Castelo da Prata que funcionavam como pontos de referência.

**Figura 11:** Clínica Santa Clara em 1979



**Fonte:** Acervo Clínica Santa Clara. Pesquisa de campo (2014).

Inicialmente a clínica possuía apenas consultórios voltados para a especialidade de otorrinolaringologia e ocupava uma área de 345 m<sup>2</sup>, porém devido à demanda existente na cidade decorrente do seu crescimento, como também a evolução da medicina, a clínica passou por diversos processos de expansão, dando lugar a um atendimento médico diversificado, com inclusão do setor de maternidade, centros cirúrgicos, pronto-atendimento e 617 laboratórios. Atualmente a unidade ocupa uma área de 16.700 m<sup>2</sup> e encontra-se em processo de expansão.

<sup>23</sup> Dados obtidos através de entrevista realizada com o médico Milton Medeiros, sócio-proprietário da clínica Santa Clara, no ano de 2014.

**Figura 12:** Clínica Santa Clara em 2015



**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

Já no ano de 1976, outra grande clínica que passa a se destacar no bairro é a “Clínica Radiológica Dr. Wanderley”. Esta surgiu em Campina Grande no ano de 1942, quando foi fundado o “Gabinete de Raio X Dr. Wanderley”, na Rua Floriano Peixoto, onde permaneceu até 1946. Posteriormente, o Dr. Francisco Wanderley, transferiu os seus serviços de radiologia para a “Casa de Saúde Dr. Francisco Brasileiro”. No ano de 1952, transferiu-se para a Rua Afonso Campos, onde permaneceria até ser inaugurada no ano de 1976 sua sede atual na Rua Capitão João Alves de Lira, no Bairro da Prata<sup>24</sup>.

**Figura 13:** Clínica Dr. Wanderley



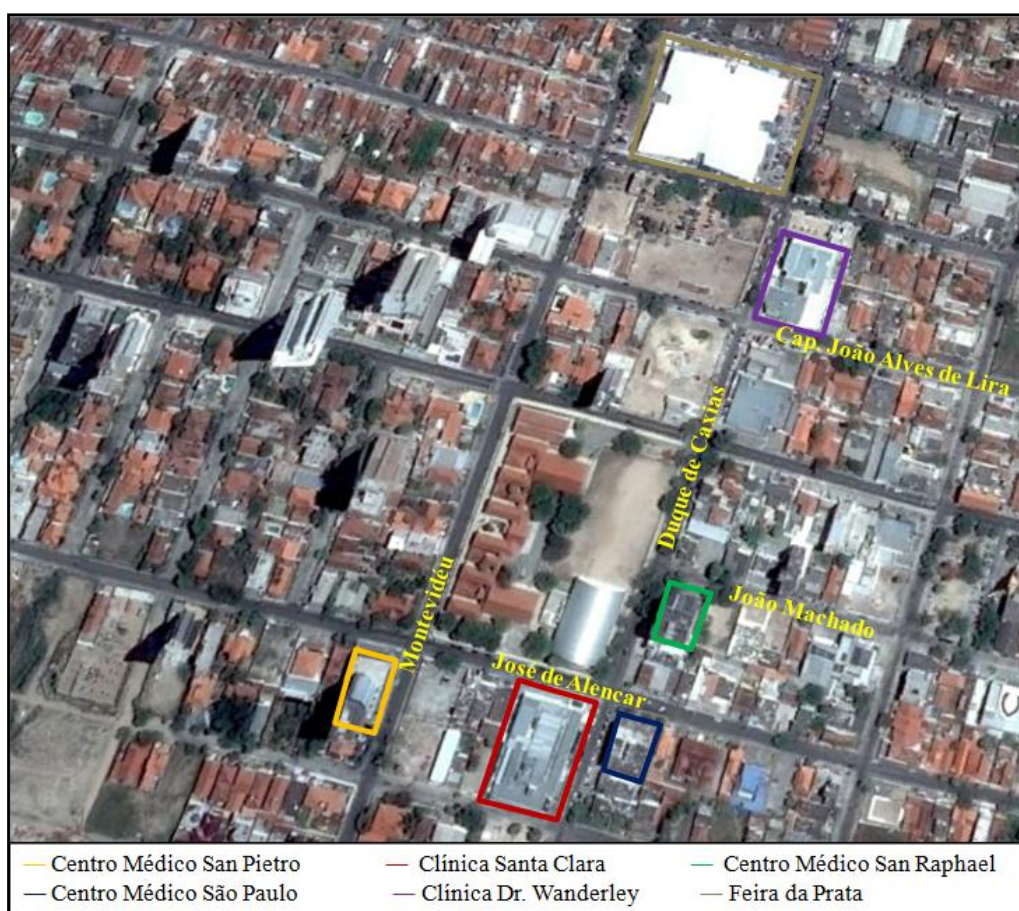
**Fonte:** Googlemaps.com.br (2015) (Acesso em: 25.03.2015)  
Adaptado por Jéssica Camêlo de Lima

<sup>24</sup> Dados obtidos no site da clínica. Disponível em: <<http://www.clinicadrwanderley.com.br/web/a-clinica.html>>. Acesso em: 25.03.2015.

Impulsionados pela demanda da cidade e também pela existência da Clínica Santa Clara que atraía uma grande quantidade de profissionais e clientes, vários outros centros médicos se instalaram no bairro, como o Centro Médico San Raphael, na Rua Duque de Caxias, o Centro Médico São Paulo, também na Rua Duque de Caxias e o Centro Médico San Pietro, na Rua Montevideo, assim como outros centros clínicos de menor porte e consultórios médicos de variadas especialidades, como odontologia, oftalmologia, ortopedia, cardiologia, otorrinolaringologia, reumatologia, nefrologia, entre outros. Soma-se a isso, o surgimento de uma diversidade de atividades acessórias a este ramo, como clínicas fisioterápicas, farmácias, laboratórios, lojas de suprimentos médicos etc., bem como uma grande quantidade de serviços e comércios (Anexo 3), estabelecidos para atender ao fluxo de pessoas que cotidianamente circula no bairro.

Na figura 14 é possível observar a localização dos referidos centros médicos existentes no Bairro da Prata.

**Figura 14:** Localização das clínicas no Bairro da Prata



Fonte: Google Earth (2015)  
Adaptado por Jéssica Camêlo de Lima

Nesse sentido, em decorrência dos movimentos de transformação espacial que ocorreram no bairro, podemos observar uma “coesão” de atividades voltadas para o setor médico-hospitalar. O processo de “coesão” é definido por Côrrea (1993, p.56) como “aquele movimento que leva as atividades a se localizarem juntas” e, como consequência desse processo, surgem “áreas especializadas” na prestação de determinados serviços.

A coesão e, por conseguinte, a criação de áreas especializadas, são decorrentes tanto dos processos de centralização quanto de descentralização intra-urbana, tornando-se, portanto, elementos complexos na organização espacial. Na medida em que o núcleo central das cidades passa por movimentos de descentralização, o processo de coesão se evidencia através da emergência de distritos especializados, uma vez fora da área central, o processo de coesão gera ruas especializadas, as quais se organizam de forma fragmentada e não hierárquica, porém articuladas entre si, conforme explicitado por Côrrea (2011a, p. 130-131)

A consequência deste processo de coesão é a criação de áreas especializadas tanto no interior do centro de negócios como os distritos varejista, atacadista e financeiro, como em áreas não centrais, onde aparecem distritos de grande concentração de consultórios médicos, ou ruas especializadas no comércio de móveis ou automóveis e autopeças, ou ainda em distritos industriais especializados. É preciso, portanto, notar que o processo de coesão pode se verificar simultaneamente com os processos de centralização e descentralização, gerando o aparecimento de áreas especializadas dentro do espaço urbano, tornando assim sua organização espacial mais complexa. Como modo através do qual a relação custo-benefício tende a favorecer a reprodução do capital, o processo de coesão insere-se na linha da acumulação.

Estes processos de centralização e descentralização são responsáveis por gerar um conjunto de núcleos secundários na cidade, que se diferenciam de acordo com a diversidade de serviços que são oferecidos, como também em relação a sua área de influência na escala da cidade, caracterizando-se como áreas especializadas, conforme já explicitado, ou subcentros, os quais “consistem numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte, sem, entretanto, a ele se igualar” (VILLAÇA, 2001, p.293). A formação desses núcleos secundários e os seus desdobramentos podem ser observados no quadro 01, conforme apresentado por Côrrea (1993, p.50)

**Quadro 01:** Os núcleos secundários de comércio e serviços

| <i>Função</i><br><i>Forma</i> | <i>Hierarquizada</i>                                      | <i>Especializada</i>                                             |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| Áreas                         | subcentros:<br>regional<br>de bairros<br>lojas de esquina | distritos médicos<br>distritos de diversões<br>etc               |
| Eixos                         | rua comercial de bairros<br>rua comercial de bairro       | ruas de autopeças<br>ruas de móveis<br>ruas de confecções<br>etc |

**Fonte:** Côrrea (1993, p. 50)

Com base nessa classificação dada por Côrrea (1993), podemos dizer que, além do Bairro da Prata, observamos a formação de áreas especializadas também no Bairro de Bodocongó com atividades referentes ao ensino, pesquisa e tecnologia, com a existência do Campus I da Universidade Federal de Campina Grande, Campus I da Universidade Estadual da Paraíba e órgãos de fomento tecnológico com a FAPESQ (Fundação de Apoio a Pesquisa) e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e no Distrito Industrial com a presença de indústrias tanto nacionais quanto multinacionais, a exemplo da Coteminas e da Alpargatas; ruas especializadas, sobretudo, no ramo de alimentação, com a forte presença de bares, restaurantes e lanchonetes, a exemplo da Rua Manoel Tavares no Alto Branco, Rua Odon Bezerra na Liberdade, Rua Vigário Calixto no Catolé e Floriano Peixoto (trecho do Bairro Centenário) entre outras; assim como observamos a formação de um subcentro no Bairro do Mirante, com a aglomeração de serviços diversificados e redes de supermercados, impulsionados pela presença do *Partage Shopping*.

O surgimento das áreas especializadas resulta, ainda, de ações programadas do Estado, através da promoção de diversos fatores atrativos de produção como terrenos preparados, acessibilidade, água e energia, em consonância com o interesse de outros agentes sociais, tais quais proprietários fundiários e industriais. Notamos, no entanto, que a formação de uma área especializada no Bairro da Prata parece fugir a essa característica, tendo se consolidado na medida em que a aglomeração de atividades propiciou uma complementaridade nos serviços com ligações funcionais entre si e que foram atraídas pelo fator localização, proporcionando ainda aqueles que buscavam determinados tipos de serviços a possibilidade de encontrá-los em um único lugar.

Villaça (2001, p.24) esclarece que “os produtos resultantes da produção do espaço intra-urbano não são os objetos urbanos em si; as praças, as ruas ou os edifícios, mas suas localizações” e complementa afirmando que

A produção dos objetos urbanos só pode se entendida e explicada se forem consideradas suas localizações. A localização é, ela própria, também um produto do trabalho e é ela que especifica o intra-urbano. Está associada ao espaço intra-urbano como um todo, pois refere-se às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais.

Dessa forma, a proximidade com a área central da cidade, como também a disponibilidade de infraestrutura e a facilidade de acesso<sup>25</sup>, com boas condições de tráfego de veículos, fizeram com que o Bairro da Prata se constituísse inicialmente enquanto local de moradia de uma classe de alto *status* e, posteriormente, fossem atribuídas novas funções levando-o a se configurar atualmente como uma área especializada no setor médico.

Nesse contexto, vale salientar que o município de Campina Grande funciona como polo de assistência à saúde de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial, contando com 22 hospitais, 11 postos de saúde, oito policlínicas, 1 pronto-socorro, entre outros serviços, conforme apontado por Maia et al (2013, p. 107) e que apesar de se concentrarem no centro da cidade também estão se expandindo para outros bairros, a exemplo da Bairro da Prata. De acordo com Maia et al (2013, p. 107)

Verifica-se uma concentração de unidades de saúde no centro da cidade, mas também uma convergência de novos estabelecimentos, como clínicas e consultórios médicos no Bairro da Prata, antigo bairro residencial da elite local. O Bairro da Prata é constituído, principalmente, por casas de grande dimensão, projetadas por arquitetos renomados, local e regionalmente e, em sua maioria, construídas nos anos 1950 a 1960. Hoje, essas grandes edificações estão sendo transformadas em clínicas especializadas e consultórios médicos.

Essa reconfiguração na estrutura do bairro implicou também em modificações na sua dinâmica social. Com isso, a população que antes residia no bairro em grandes

---

<sup>25</sup> As principais vias de acesso ao bairro são as Ruas Índios Carirís, Arrojado Lisboa, Rodrigues Alves, Dom Pedro II e as Avenidas Marechal Floriano Peixoto, Montevideo e Getúlio Vargas. O bairro dispõe ainda de três linhas de ônibus, a linha verde, linha marrom, linha inter-área e duas linhas distritais, Multirão e São José da Mata, as quais proporcionam um grande fluxo de pessoas cotidianamente no bairro.

casarões que remontavam inclusive ao passado da cidade, deslocaram-se para outros bairros nobres com a função eminentemente residencial ou passaram a residir em prédios de alto padrão no próprio bairro da Prata, uma vez que a maioria das antigas moradias existentes na área foram demolidas para dar lugar a uma paisagem verticalizada com o surgimento de edificações destinadas a atividades econômicas ou residenciais de luxo, fato observado já no ano de 2003 pelo jornal “Correio da Paraíba”.

Na esteira da instalação dos centros médicos, o bairro começou a ganhar novos contornos, iniciando um processo de verticalização comparado ao centro da cidade, com a maioria dos imóveis sendo comercial. Paralelamente, os moradores resolveram mudar-se de suas residências para adquirir apartamentos, muitas vezes localizados no próprio bairro. A rotatividade gerou a valorização dos imóveis que segundo as imobiliárias, têm o metro quadrado mais caro do mercado. Isso porque o bairro reúne as melhores condições de vida da cidade, com 95% de sua população residente alfabetizada, uma média de 3,6 pessoas por residência, 99% dos domicílios com equipamento sanitário e servido pela rede geral abastecimento de água, com 100% de cobertura da coleta do lixo.

Este fato é evidenciado quando verificamos, no quadro 02, a diminuição na população residente no bairro nos últimos anos.

**Quadro 02:** População do Bairro da Prata

| ANOS         | 1991  | 1996  | 2000  | 2010  |
|--------------|-------|-------|-------|-------|
| <b>PRATA</b> | 4.634 | 4.299 | 3.884 | 3.573 |

**Fonte:** Costa (2003)

Adaptado por Jéssica Camêlo de Lima

Casaril (2008) explica que o processo de verticalização está circunscrito nas relações capitalistas de produção do espaço urbano, sendo produto de ações conjuntas do Estado com o capital incorporador<sup>26</sup> que ao promover a horizontalidade do padrão de moradia, ou seja, a construção de diversas moradias no mesmo solo estimula a ampliação do capital, tanto para o capital incorporador quanto para o Estado no que diz respeito à arrecadação municipal com os impostos, especificamente o IPTU. Nas palavras de Casaril (op.cit, p.36)

<sup>26</sup> Para Côrrea (1993, p.19) “a incorporação é a operação-chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria”. Casaril (2008, p. 29) complementa afirmando que o incorporador é o agente que corre maiores riscos, “pois ele é o encarregado de comprar o terreno, pagar os tributos para aprovar a planta do edifício na prefeitura e para registrar o empreendimento no cartório de imóveis”. Desse modo, a incorporadora é aquela que realiza todo o processo, desde o planejamento até a comercialização do imóvel.

Através da verticalização ocorre a multiplicação do solo urbano, tornando possível o estabelecimento de maiores quantidades de moradias e de concentração populacional do que seria presumível em habitações horizontais. Portanto, quanto maior foi o edifício em relação ao número de pavimentos e de apartamentos, maior será a renda fundiária<sup>27</sup> obtida pelo incorporador do empreendimento imobiliário.

Em Campina Grande, como observado por Costa (2013), o processo de verticalização vem se intensificando, sobretudo, a partir dos anos 2000. Este fenômeno apresenta-se mais evidente nos Bairros do Catolé e no centro da cidade, uma vez que oferecem melhores condições de infraestrutura e ainda pela centralidade estabelecida em decorrência da grande presença de áreas de lazer, escolas, serviços e supermercados. Explica Costa (2013, p.107) que

Os bairros que passaram pelo processo de verticalização foram o Centro, o Bairro da Prata e o Bairro do Alto Branco, depois o Catolé e o Mirante, com a construção do Shopping Boulevard. Assim, a expansão da verticalização, em Campina Grande, iniciou-se em relação ao centro nas direções Oeste e Sul, e com a construção do Shopping, tem se fortalecido na Zona Sul e Sudeste da cidade.

Sendo assim, observamos na Prata a ampliação no número de pavimentos nas edificações, sobretudo, a partir da década de 1990 quando passaram a ser construídos prédios acima de seis pavimentos (APOLINÁRIO, 2009), na medida em que quanto maior o número de pavimentos, “menor” será o custo do terreno, uma vez que se dilui entre os compradores, como pode ser visto no quadro 03.

**Quadro 03** - Edificações no Bairro da Prata acima de 5 pavimentos

| <b>Prédio/ Residencial</b> | <b>Nº de Pavimentos</b> | <b>Inauguração</b> |
|----------------------------|-------------------------|--------------------|
| Clariças                   | 6                       | 1993               |
| Monblanc                   | 15                      | 1994               |
| Celinaraposo               | 10                      | 1996               |
| San Raphael                | 7                       | 1997               |
| Prata Nobre                | 11                      | 1998               |
| Santa Mônica               | 6                       | 2000               |
| Grandville                 | 17                      | 2003               |
| Castelo da Prata           | 24                      | 2011               |

**Fonte:** Apolinário (2009)

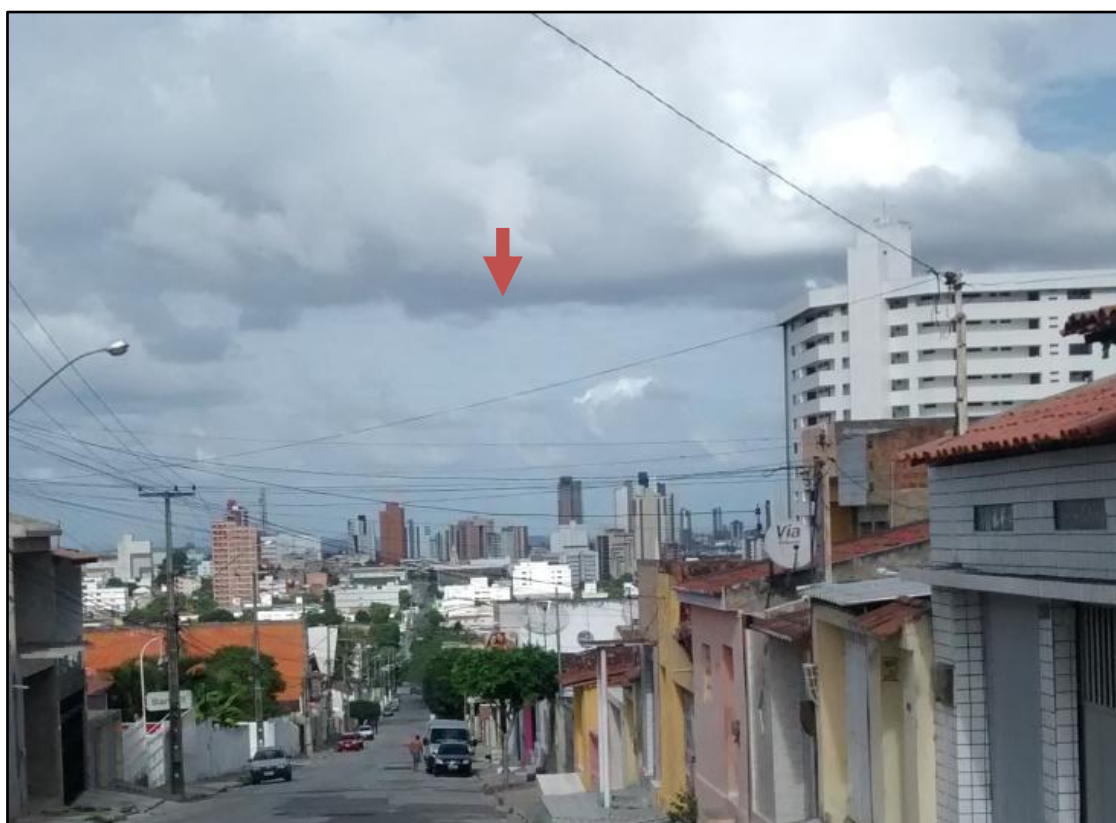
Adaptado por Jéssica Camêlo de Lima

<sup>27</sup> Ressaltamos que por trás da questão da renda fundiária existe toda uma lógica inerente ao modo de produção capitalista que reflete na produção do espaço urbano. Contudo, não objetivamos adentrar nesse mérito, uma vez que buscamos nesse item apenas apresentar o processo de formação do bairro e as características que se evidenciam atualmente, com o intuito de situar a nossa pesquisa.

Os prédios supracitados destacam-se com a finalidade residencial, a exceção do San Raphael que comporta consultórios médicos. Casaril (2008, p.43) elucida ainda que a emergência de um processo de verticalização que vem se verificando recentemente nas médias e pequenas cidades está relacionada à difusão de valores e interesses econômicos voltados a diversificação dos investimentos, tendo como inspiração o pioneirismo das grandes metrópoles brasileiras, cuja verticalização tem se intensificado a partir da década de 1980.

Nas figuras 15 e 16 podemos visualizar o processo de verticalização no Bairro da Prata. Na primeira figura observamos, em segundo plano, a concentração de prédios no bairro e na segunda figura, os prédios com maior quantidade de pavimentos, com destaque para o Residencial “Castelo da Prata”.

**Figura 15:** Verticalização do Bairro da Prata



**Fonte:** Pesquisa de Campo (2015)  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

**Figura 16:** Prédios com maior quantidade de pavimentos



**Fonte:** Pesquisa de Campo (2015)  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

Na figura 16, destaca-se o luxuoso Residencial “Castelo da Prata”, localizado na Rua Capitão João Alves de Lira, com apartamentos que chegam a 1.700.000 R\$<sup>28</sup> e 380m<sup>2</sup>. Na área onde o edifício foi construído havia um “lugar de memória” do bairro denominado de “Castelo da Prata” que pertenceu a Raimundo Viana de Macedo, antigo proprietário do loteamento que deu origem ao bairro. A construção desse imóvel tornou-se uma lenda na cidade, conhecida por praticamente todos os campinenses, a qual afirmava que o dono da propriedade, Raimundo Viana, sonhou que ao terminar a construção do “castelo” ele morreria e, portanto, as obras do casarão nunca foram concluídas, tornando-se, inclusive, local de moradia de muitos desabrigados. Com isso, durante muitos anos, a casa permaneceu no imaginário da população, chegando ao fim com a edificação do residencial.

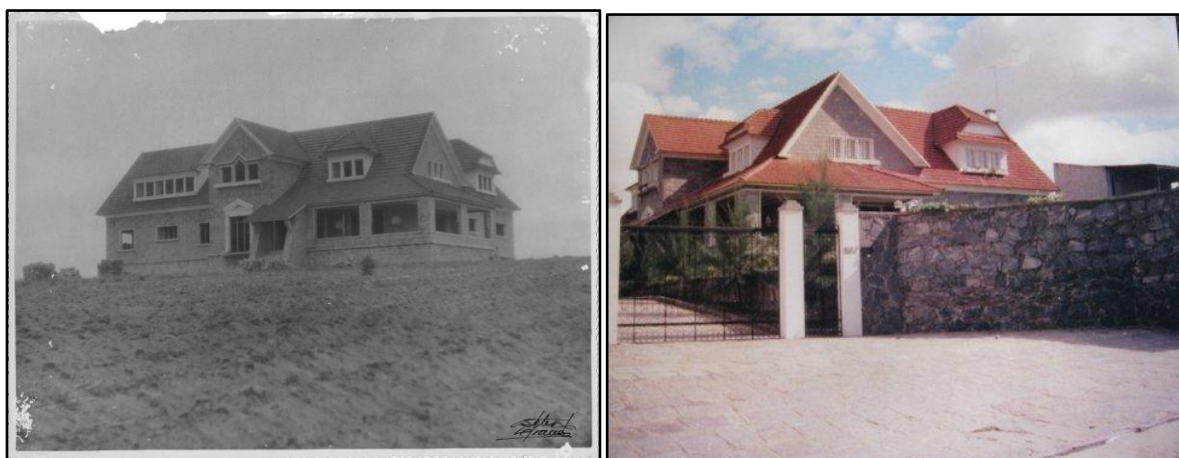
Ressaltamos que, na proposta original de construção do prédio, quando da compra do terreno aos herdeiros de Raimundo Viana, o “castelo” permaneceria ao lado do prédio. No entanto, a proposta não foi cumprida e o “Castelo da Prata” permaneceu apenas no nome do edifício dando lugar a uma arrojada área de lazer adjacente ao prédio.

---

<sup>28</sup> Disponível no site: <<http://www.vivareal.com.br/imovel/apartamento>>. Acesso em: 07.01.2015.

Na figura 17 podemos visualizar o “Castelo da Prata” antes de sua demolição.

**Figura 17:** Castelo da Prata



**Fonte:** Acervo da família Viana de Macedo.  
Pesquisa de Campo (2015)

Podemos perceber a partir do que foi exposto que no processo de consolidação do Bairro da Prata até a sua configuração enquanto área especializada e bairro residencial de alto *status*, muitos de seus “lugares de memória” foram sendo suplantados para dar lugar a projetos modernos, onde novas formas foram se superpondo na paisagem, decorrentes de uma nova estruturação no bairro. Apesar disso, o Bairro da Prata ainda conserva em seus limites referenciais simbólicos dotados de ampla significação, não somente na escala do bairro, mas na dimensão da cidade como um todo, dentre os quais destacamos indubitavelmente a “Feira da Prata” que se constitui no nosso objeto de estudo.

## CAPÍTULO 2: “FEIRA É ASSIM MESMO, É TUDO BAGUNÇA”

---

[...] Tem o objeto feio, mas não falta comprador  
Máscara pra papangu, pente fino e gravador  
Suspensório e cassolão, navalha e amolador [...]  
(TABOSA, 2007, p.1-2)

Este capítulo tem como objetivo central caracterizar a Feira da Prata, a partir de seus aspectos estruturais e compreender também a dinâmica existente nessa feira, buscando ressaltar as peculiaridades e singularidades que a distinguem em relação às outras feiras e mercados da cidade. Para tanto, propomos, inicialmente, uma incursão sobre a importância das feiras ao longo de diferentes períodos históricos, bem como evidenciamos a distinção entre o emprego dos termos “mercado” e “feira”, muitas vezes utilizados como sinônimos na literatura, mas que se referem a fenômenos específicos. Posteriormente, trazemos à tona alguns elementos explicativos do processo de formação do Mercado da Prata e da Feira da Prata, assim como a sua relevância na estruturação do Bairro da Prata.

Posto isto, no primeiro item, buscamos compreender a espacialidade inicial da Feira da Prata, a partir do seu surgimento e da construção do Mercado da Prata, como também o seu processo de expansão, destacando a sua importância na dinâmica do bairro e da cidade, bem como as particularidades desse espaço em relação às outras feiras, sobretudo a Feira Central, atentando para o perfil dos feirantes que trabalham nesta feira, a origem destes em relação aos bairros do município de Campina Grande e os tipos de produtos comercializados.

Já no segundo item, apresentamos a espacialidade existente no “Mercado Velho” antes da reestruturação, elencando as problemáticas apontadas pelos usuários da feira que justificavam e orientavam a necessidade deste processo e refletimos sobre as concepções que existem em torno das feiras que geralmente as associam com lugares de “sujeira”, “bagunça” e “desordem”, à luz dos conceitos de espaço “vivido” e espaço “concebido”, propostos por Lefebvre (2000).

## 2.1. NO “MEIO” DO BAIRRO HÁ UMA FEIRA: Caracterizando a Feira da Prata

Antes de adentrarmos no universo da Feira da Prata e a partir de então tentar compreender de que forma esta feira está integrada na dinâmica do bairro da Prata, como também no processo de produção do espaço urbano de Campina Grande, destinando-se ao consumo e a realização de práticas sociais, convém ressaltarmos a distinção que existe entre os termos “Mercado” e “Feira”, pois muito embora ambos se caracterizem como locais de comercialização de gêneros alimentícios e outras mercadorias, possuindo inúmeras semelhanças tanto na sua estrutura quanto na sua função referem-se a processos e dinâmicas específicas (FERRETI, 2000), mesmo que em alguns casos sejam empregados indistintamente por muitos autores.

Para esse entendimento faz-se necessário um “retorno” às cidades da antiguidade, quando o surgimento dos mercados foi à forma encontrada para realizar o intercâmbio de produtos necessários à reprodução da vida. Pintaudi (2006, p.3) afirma que o aparecimento de mercados não foi exclusivo a população europeia, nem ocorreu de forma pontual, ou seja,

Todas as culturas adotaram esta forma de troca de produtos e o fato de se realizar esporadicamente, periodicamente ou de maneira perene e com local apropriado para esse fim, dependia das mercadorias que ali se trocavam e da necessidade de se realizar a troca com certa frequência, do deslocamento possível nos diferentes momentos históricos e da importância que o local representava para o abastecimento da cidade e da sua região de abrangência. [...]

Já na cidade medieval, Pintaudi (2006, p.86) explica que a realização das trocas de produtos era praticada nas ruas, calçadas e praças, o que dificultava a passagem dos transeuntes. Acrescido a isto, não havia uma setorização dos artigos de venda, convivendo, desta forma, no mesmo espaço, mercadores de artesanato, alimentos perecíveis, açougueiros, entre outros. Com o desenvolvimento das cidades foi se desenhando uma separação entre as diversas atividades e no final do século XV são construídos os primeiros matadouros e pórticos públicos<sup>29</sup>. A referida autora esclarece ainda que

---

<sup>29</sup> Os pórticos públicos ou centros de armazenamento eram os locais em que se guardavam as mercadorias até o momento das trocas (PINTAUDI, 2006, p.86).

[...] a princípio esse local não era fixo, mas com o tempo, a implantação do mercado diário, fez com que fossem escolhidos espaços mais amplos para a realização das transações, coisa que as cidades européias durante a Idade Média não dispunham, pois no interior das muralhas o espaço era muito exíguo e consegui-lo significaria demolição de espaços ocupados por moradias. Assim, antes de se tornar *perene* o mercado era realizado em praças, no mesmo local que, em outro momento, se desenrolava a festa ou a execução de sentenças<sup>30</sup>.

A partir do estabelecimento dos mercados, o poder público passou a exercer um maior controle sobre as vendas, produtos e vendedores, interferindo nos locais de comércio, horários de funcionamento, como também nas relações entre os próprios comerciantes. Compreende-se, portanto, que a construção de mercados foi desde o início do capitalismo uma estratégia adotada para centralizar o comércio em um único lugar, o que facilitava o controle sobre as trocas de mercadorias efetivadas, como também sobre as fontes abastecedoras de produtos.

Vargas (2001, p.96) explica que o Mercado pode ser caracterizado ainda como “o encontro de fluxos, mercadorias, homens e ideias em um determinado espaço físico”, por conseguinte, configura-se não somente como um local de comercialização, mas também como um *locus* de reprodução da vida social, cumprindo, inclusive, com o papel de divertimento e distração. Sobre a estrutura dos mercados, Ferreti (2000, p. 40) aponta que

[...] o mercado funciona em local coberto, frequentemente em prédio construído ou administrado pela municipalidade, abrigando todos os feirantes ou parte deles. Tende a funcionar diariamente, ficando às vezes aberto durante todo o dia. São encontrados nos núcleos urbanos mais populosos tendo como função principal o abastecimento da população local.

As feiras livres, apesar da aparente analogia com os mercados, são fenômenos mais complexos que se estabelecem no espaço por um dado período de tempo e cuja origem remonta a Idade Média, com a formação de um excedente de produtos rurais e o aumento de um contingente populacional que pudesse proporcionar ao comércio as riquezas necessárias a sua expansão neste momento (MUMFORD, 2004). Nesse sentido, emergem como suporte aos mercados regionais, com a finalidade do abastecimento local, sendo instituídas para “servirem de reunião periódica aos

---

<sup>30</sup> Pintaui (2006) salienta que o local do mercado torna-se permanente somente quando há uma separação entre as funções no âmbito da cidade das atividades realizadas pelos habitantes (festas, execuções, torneios), o que decorre da emergência de uma concepção burguesa acerca do espaço urbano.

mercadores profissionais, a fim de os porem em contato uns com os outros e fazê-los confluir para elas em épocas fixas” (DANTAS, 2008, p.88).

O espaço da feira é produzido, dessa forma, para proporcionar a comercialização de mercadorias oriundas do campo, geralmente ao ar livre, tornando-se o elo entre o campo e a cidade (LIMA, 2012). Ou seja, estabelece-se para garantir a distribuição da produção agrícola, tornando-se o principal mercado de abastecimento para uma parcela da população. Mott (2000, p. 33) esclarece ainda que

[...] as feiras permitem o escoamento de gêneros agrícolas (geralmente hortaliças) produzidos por pequenos sítiantes do cinturão verde das cidades e capitais, além dos produtos vendidos por pequenos extrativistas, de frutas silvestres, crustáceos, artesanatos, bens que dificilmente chegam às redes atacadistas dos supermercados.

Lima (2012, p.18) explica que a feira livre, no modo de produção capitalista, foi perdendo a sua “condição de local de simples circulação de mercadorias e foi sendo inscrita nos espaços de circulação e consumo da produção do campo, na completude da circulação do capital”. Ferreti (2000, p. 36) chama a atenção ainda para o fato de que

Feiras e mercados são às vezes os únicos pontos de ligação entre a economia camponesa e o sistema econômico nacional e internacional. Periodicamente os produtores rurais isolados levam seus excedentes para o local onde se realizam as feiras e os produtos são trocados por outros (entre produtores), ou são vendidos a comerciantes e consumidores. Através da rede de mercados, os bens passam do campo às vilas, destas às cidades interioranas, delas às do litoral, que por sua vez as remetem ao outro lado do mar, fazendo com que saiam do mercado local para o regional, nacional e internacional.

A consolidação das feiras como locais de comércio na antiguidade deveu-se a escassez de transportes nesse período e a procura por mercadorias nas cidades, as quais ainda não possuíam comércio permanente, conforme explicitado por Araújo (2011, p. 63)

Uma vez que não havia meios de transporte desenvolvidos nem procura muito acentuada e constante por mercadorias em comércios permanentes, a realização de feiras periódicas, uma ou duas vezes por semana, era um instrumento de vida local que estabelecia uma forma de comércio de caráter fixo. Esses mercados periódicos, designados de feiras, foram, portanto, as primeiras instituições mercantis a se desenvolver no rastro do renascimento comercial.

A referida autora deixa claro também que a realização de feiras não se constituiu como um elemento exclusivo das sociedades no Ocidente Europeu, ocorrendo também no Oriente, Extremo Oriente, África e América, em muitos casos estabelecendo até mesmo dinâmicas mais complexas de funcionamento e organização. Sendo assim, devido à grande relevância que obtiveram na sociedade como um todo, quer seja como local de transações comerciais ou núcleo da vida social, as feiras livres se consolidaram como uma das formas de comércio mais antigas e que até hoje ainda persistem em muitas localidades mesmo que dotadas de novas significações. Argumenta Silva (2006, p.26) que

A feira, de um modo bem peculiar, retrata o interior de uma sociedade em todos os alcances de sua subjetividade, elenca as condições sócio-educacionais de um grupo a partir de aditivos sanitários no espaço comercial, aborda as condições econômico-culturais quando reflete no consumo o potencial aquisitivo de uma população, bem como, reproduz a cultura local através da relação oferta/demanda dos artigos envolvidos na identidade cultural dessa população. Assim, a feira apresenta-se coadjuvante no ser/estar sociocultural e econômico de um povo.

No Brasil, diferentemente de outros lugares onde a feira fazia parte da economia tradicional, ela é uma instituição introduzida pelo colonizador português<sup>31</sup>, “habitado que estava, desde a Baixa Idade Média, a frequentar inúmeras feiras de norte a sul do país” (MOTT, 2000, p. 20-21), uma vez que os índios não produziam excedentes que justificassem a realização de trocas comerciais. Nesse contexto, a primeira feira realizada no Brasil é datada de 1548, por determinação do rei português Dom João III que ordenou ao Governador Geral a realização de uma feira a cada dia da semana, com o objetivo de fazer com que os nativos vendessem os seus produtos, como também adquirissem aquilo que necessitavam (ARAÚJO, 2011). Não obstante, Dantas (2008, p.90) aponta que

[...] em princípio, tais instituições pareciam ter uma eficiência que deveria ser reproduzida na recém-descoberta colônia. No entanto, ao ordenar a instalação das feiras, a intenção do rei não era que elas abastecessem somente os moradores, mas principalmente, fazer a reunião da produção dos nativos com o objetivo de exportá-los.

<sup>31</sup> Araújo (2011) explica que não há evidência da realização de feiras no Brasil antes da chegada dos colonizadores. No entanto, há registros de “trocas silenciosas” entre aldeias indígenas. Estas trocas consistiam no intercâmbio de apenas dois produtos, os quais eram altamente valorizados para as tribos, como penas e pedras coloridas, que expunham seus produtos em terreno descampado e uma a uma, sem qualquer comunicação intergrupar levavam o produto trazido pelo outro. Com a chegada dos Portugueses esta forma de troca é substituída pela prática do escambo.

Porém, apesar do regimento, somente no ano de 1588 é que as feiras foram implantadas nas povoações para que os gentios e moradores pudessem se abastecer. O surgimento das primeiras feiras justifica-se face ao maior desenvolvimento demográfico da colônia, sendo “institucionalizadas não só pela sua periodicidade, mas também pelo apoio administrativo das autoridades” (ARAÚJO, 2011, p. 65).

Por muito tempo as feiras foram organizadas em lugares inadequados, fato atribuído à falta de uma legislação que regulamentasse o seu funcionamento. Em decorrência disto, a maioria das feiras surgiu de forma espontânea, geralmente, próximas ao litoral ou nas regiões de passagem entre o litoral e o interior (CHAVES, 2011). Em virtude disso, foram responsáveis, inclusive, pelo surgimento de inúmeras cidades, sobretudo no Nordeste, enquanto pontos de convergência em locais escassamente povoados. Cardoso e Maia (2010, p.3) explicam que

Sobre a historicidade das feiras, há que assinalar o processo da normatização, da demarcação dos lugares de venda, da especificidade dos produtos e ainda do que se denomina de setorialização da comercialização. Nos primórdios da sua história, as feiras aconteciam com a disposição aleatória dos feirantes e dos produtos. É fato que desde o século XIX, com o movimento higienista, as cidades passam a determinar através das suas posturas urbanas os locais onde se permitia a comercialização dos produtos alimentícios. Desde esse período determinou-se que este tipo de comércio só deveria se realizar nos mercados públicos.

Para além de sua função comercial, Pazera Júnior (2003, p.33) ressalta ainda que “[...] a feira nordestina não é um simples local de compra e venda de mercadorias mais do que isto, é o local privilegiado onde se desenvolvem uma série de relações sociais” e esclarece que as feiras que se realizam semanalmente nas cidades brasileiras possuem um papel extremamente significativo na vida urbana, mas que no Nordeste

[...] ela deixa de ser um fato rotineiro para assumir um papel de destaque sendo, às vezes, difícil distinguir até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira. Desta forma a feira além de sua importância urbana e regional, desenvolve o processo de comercialização e trocas inter-regionais.

Mascarenhas (1991, p. 6) explica ainda que este “periódico mercadejar” é um fenômeno que abrange todas as áreas habitadas do planeta, independente do nível de desenvolvimento econômico, social ou das características culturais, constituindo-se,

portanto, como uma “tradição milenar” que mesmo diante dos imperativos da modernidade, agiliza ainda nos dias de hoje importantes circuitos espaciais de produção e distribuição de mercadorias. Em relação a sua forma de organização e funcionamento, diferenciando-a dos mercados, Ferreti (2000, p.41) esclarece que as feiras podem ser caracterizadas como

[...] reuniões comerciais periodicamente realizadas em local descoberto (rua, praça, etc.), frequentemente próximo ao mercado. Tendem a ser realizadas durante um dia da semana (especialmente sábado, domingo ou segunda feira) e a oferecer maior variedade e quantidade de produtos do que os mercados. Os vendedores da feira, quando comerciantes ambulantes, participam em geral de mais uma feira, realizadas em dia e local diferente.

A partir do exposto podemos observar que os mercados e as feiras, apesar de suas diferentes características, conforme demonstramos no quadro 04, estabelecem-se no tecido urbano de maneira complementar, a tal ponto que em muitas localidades torna-se quase impossível conseguir distinguí-los ou enumerar suas características gerais.

**Quadro 04** - Caracterização dos Mercados e Feiras

| LOCAL<br>CATEGORIA     | MERCADO                                                                                   | FEIRA                                                                     |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| Temporalidade          | Fixo/ Diário                                                                              | Periódica/ Um dia da semana                                               |
| Estrutura              | Local coberto/ edificações                                                                | Rua, praça etc.                                                           |
| Organização            | Organizam-se em <i>boxes</i>                                                              | Organizam-se em barracas, lonas, chão                                     |
| Abrangência            | Abastecem a população local                                                               | Abastecem a população local e de cidades circunvizinhas                   |
| Origem dos produtos    | Comércio atacadista, intermediários ou de produtores rurais                               | Produtores primários ou intermediários                                    |
| Tipo de produto        | Produtos que podem ser estocados como cereais, estivas, temperos, raízes, confecções etc. | Geralmente produtos perecíveis como verduras, frutas, carnes, peixes etc. |
| Comerciantes/Feirantes | Dedicam-se exclusivamente a um único mercado                                              | Percorrem diferentes feiras                                               |

**Fonte:** Elaborado por Jéssica Camêlo de Lima

O movimento comercial nos dias de feira é muito superior ao dos mercados nos demais dias, na medida que a feira atrai não somente a população local do bairro, como também os residentes nos arredores das cidades onde se realizam, cumprindo com o

papel de escoamento da produção regional. O dia da feira representa, portanto, em muitas cidades o momento de convergência e de encontro de pessoas das mais diversas localidades, seja do próprio município e seus diversos bairros, ou de municípios circunvizinhos. Maia (2000, p.321) afirma que “esse tipo de ‘comércio’, tal qual ocorria em tempos passados, significava comunicação entre lugares e povos e que a troca de bens não se dava sem a troca das ideias e dos prazeres”.

Em muitos lugares é a ocasião esperada durante toda a semana, não somente para a aquisição de produtos, mas para a realização de diversas práticas de sociabilidade. Nas palavras de Cardoso & Maia (2010, p.2)

Nas denominadas cidades médias, aquelas que desempenham uma centralidade regional, o dia da feira representa o momento de grande convergência de produtores e consumidores das localidades vizinhas e mesmo de outras mais distantes, dependendo do raio de abrangência da sua centralidade. Em outras, aquelas menores, com pouca centralidade regional, é tão somente no dia da feira que as cidades desempenham alguma centralidade, ou mesmo apresentam um movimento diverso do encontrado nos outros dias da semana.

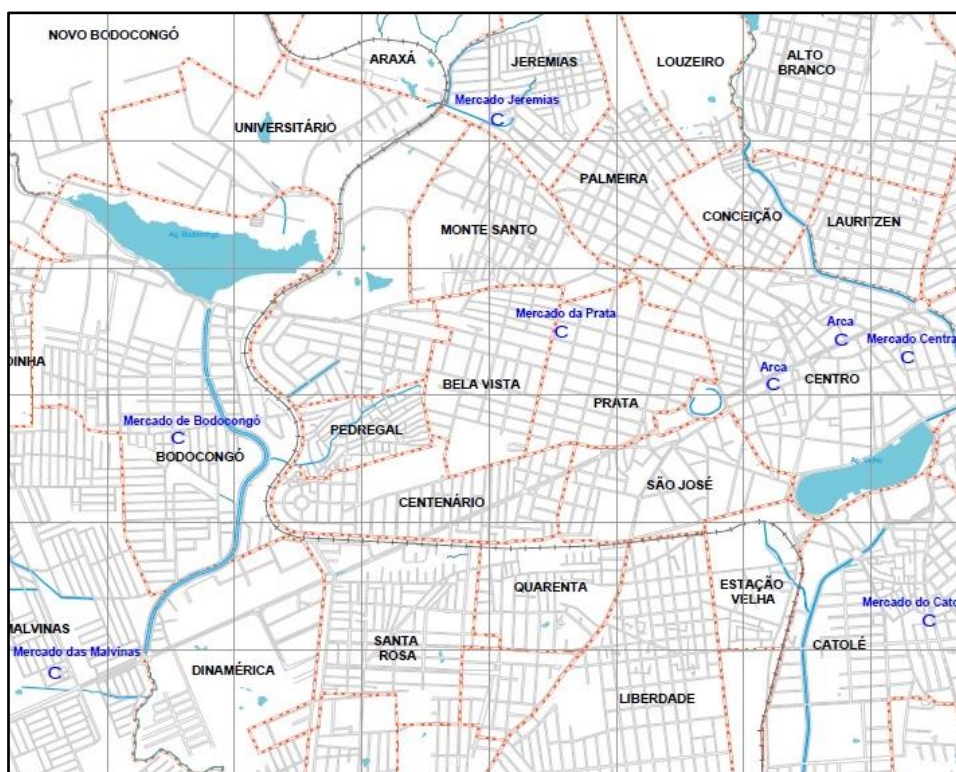
Nesse sentido, apesar da dominação dada pela globalização da economia, em que predominam as grandes redes atacadistas, no interior nordestino as feiras livres continuam desempenhando um papel importante, seja no âmbito econômico ou cultural, estando relacionadas muitas vezes à própria origem dos lugares onde estão localizadas ou dinamizando a economia local, uma vez que continuam sendo uma das poucas alternativas de obtenção de produtos primários em diversas localidades, principalmente para as pessoas de menor poder aquisitivo. Acerca disto, Mott (2000, p. 24), adverte que

[...] ao se estudar as feiras ou mercados brasileiros, mesmo as pequeninas feiras da zona rural, temos de ter em mente que a grande maioria das pessoas vão (*sic*) e estão na feira sobretudo com a finalidade de comprar e vender, sendo periférica e secundária sua função como lazer ou interação social, muito embora tal espaço e tempo possam ser utilizados esporadicamente com tais objetivos.

Com isso, mesmo tornando-se espaços privilegiados de sociabilidade, troca de saberes e experiências, o intuito principal dos feirantes e compradores que circulam nas feiras está circunscrito ao ato de vender e comprar, sobressaindo, portanto, a função econômica em relação às demais.

Devido a estas características, em muitas cidades, encontramos não somente uma feira livre ou um mercado, como é o caso de Campina Grande que conta atualmente com 7 Mercados de bairros (Mercado Central, Mercado do Jeremias, Mercado do Catolé, Mercado das Malvinas, Mercado do Severino Cabral, Mercado da Liberdade e Mercado da Prata); 4 Arcas<sup>32</sup> (Arca Catedral e Arca Titão no centro, Arca Newton Rique na Conceição e Arca JK no Cruzeiro); 2 grandes Feiras livres (Feira Central e Feira da Prata) e 2 Feiras Agroecológicas (bairros da Estação Velha e Catolé)<sup>33</sup>.

**Figura 18:** Localização dos principais mercados e feiras de Campina Grande



**Fonte:** SEPLAN, Secretaria de Planejamento Urbano de Campina Grande (2004).

A fundação do Mercado da Prata remonta ao ano de 1960<sup>34</sup>, na administração do então prefeito Severino Cabral, quando Raimundo Viana de Macedo deu início à

<sup>32</sup> As “Arccas” (áreas de livre comércio e cultura) constituem locais de comercialização de produtos diversificados, sobretudo frutas e verduras, que foram criadas para agregar os ambulantes que trabalhavam nas ruas centrais da cidade e que foram relocados com a execução do projeto “Campina-Decó” em 1996 que objetivava reestruturar essa área.

<sup>33</sup> Dados obtidos na Diretoria de Manutenção dos Mercados e Feiras de Campina Grande, pertencente à SESUMA - Secretária de Serviços Urbanos e Meio Ambiente em novembro de 2014.

<sup>34</sup> Por essa época, o Bairro da Prata será alvo de um maciço contingente de obras de infraestrutura, esgotamento e pavimentação, sobretudo na gestão de Williams Arruda, prefeito na cidade de 30 de novembro de 1964 a 31 de janeiro de 1969. Tal fato se deve ao próprio crescimento do bairro que nessa

construção do Mercado da Prata (o qual posteriormente transformou-se na “Feira da Prata”) realizado com recursos próprios. O Mercado foi construído na quadra que compreende atualmente as Ruas Montevideu, Barão Rio Branco, Duque de Caxias e D. Pedro II, limitando-se com os bairros do Monte Santo, Bela Vista e Conceição, como pode ser visto na figura 19.

**Figura 19:** Bairros limítrofes da Feira da Prata



Fonte: *Googlemaps.com.br*. (Acesso em: 01.08. 2015)  
Adaptado por Jéssica Camêlo de Lima

A construção do Mercado foi impulsionada pelo surgimento de um pequeno aglomerado de feirantes, em torno de 20 bancas, que nas quintas-feiras e ao domingo reuniam-se na Rua Barão Rio Branco, na tentativa de comercializar os produtos que não haviam sido vendidos na Feira Central da cidade, a qual ocorria as quartas e sábados e, a partir da década de 80, começou a funcionar diariamente, tendo seu ápice aos sábados. Dessa forma, a Feira da Prata, enquanto local de comercialização, antecede a construção do próprio Mercado da Prata.

Nas palavras de Pintaui (2006, p. 84) “[...] muitos dos mercados tiveram sua gênese nas feiras que terminaram perpetuando-se, materializando-se em construções porque a reprodução da vida na cidade e/ou região necessitava de um contínuo suprimento de víveres”. Posteriormente a feira passou a ser realizada somente aos domingos, uma vez que os moradores da rua reclamavam da “desordem” promovida

---

época já reunia Hospital, Paróquia, Escola Profissionalizante, Colégio, a Feira Periódica e um quantitativo populacional considerável, sendo, portanto, imprescindível, a promoção de melhorias urbanas.

pelo fluxo de feirantes e fregueses que se deslocavam para a área duas vezes por semana.

**Figura 20:** Construção do Mercado da Prata em 1960



**Fonte:** Lacerda Júnior e Lira (2012, p.468)

Com o objetivo de normatizar o funcionamento da feira, como também promover o povoamento na área em direção ao bairro da Bela Vista<sup>35</sup> que até então era constituído basicamente por terrenos baldios, Raimundo Viana deu início a construção do Mercado da Prata, os quais, nas palavras de Pintaudi (2006, p.89) “são elementos importantes na estruturação de bairros destinados a habitação e servem de modelo para a constituição de outros novos”. A partir da construção do mercado, Raimundo Viana começou a cobrar uma taxa aqueles feirantes que pretendiam comercializar no local, variando de acordo com a metragem do espaço ocupado e da quantidade de bancas ou *boxes*. Tal taxa (que em valores atualizados equivaleria a algo em torno de 2,00 R\$ a 3,00 R\$), seria revertida na manutenção do próprio mercado, uma vez que se

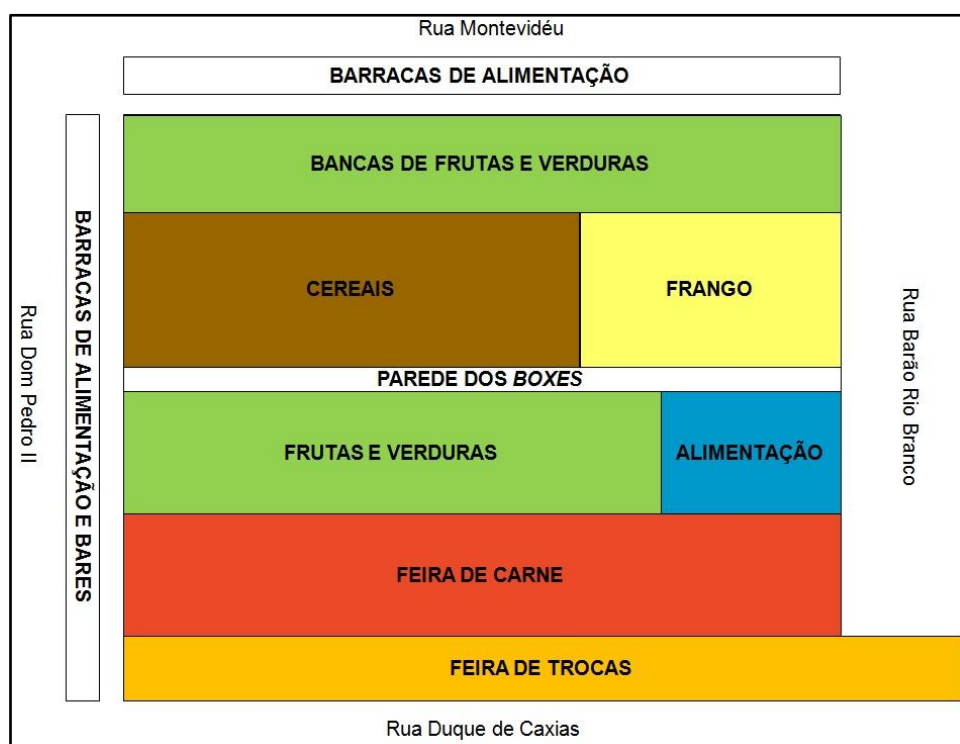
---

<sup>35</sup> Os terrenos das Ruas Coronel José Vicente, Rio Branco e Pedro II, nos trechos que pertencem ao bairro da Bela Vista foram resultantes de aforamento. As casas que foram construídas passaram a ser ocupadas principalmente pelos feirantes da Feira da Prata.

configurava em um empreendimento particular<sup>36</sup>, não sendo mantido, consequentemente, pelo poder público.

Ao longo dos anos, a feira foi se expandindo, na medida em que passou a atrair cada vez mais feirantes e fregueses, extrapolando os limites de construção do mercado e espraiando-se também pelas ruas, como podemos ver na figura 21, que representa o espaço da feira antes do processo de reestruturação<sup>37</sup>.

**Figura 21:** Croqui da Feira da Prata antes da reestruturação no ano de 2005



**Fonte:** Pesquisa de Campo (2015)  
Elaborado por Jéssica Camêlo de Lima

Percebemos então que a Feira da Prata surgiu em função do excedente de mercadorias da Feira Central. Não conseguindo comercializar todos os produtos durante a semana e aos sábados na principal feira da cidade, os feirantes dirigiam-se à Feira da Prata e tentavam vender as mercadorias restantes, quer sejam frutas, verduras, carnes, cereais, peixes, entre outros, atendendo, sobretudo, a uma população mais pobre, desprovida de grandes recursos, como salienta Costa (2003, p. 139): “é na feira da Prata

<sup>36</sup> Dados obtidos através de entrevista com a família de Raimundo Viana de Macedo em 31 de Janeiro de 2015.

<sup>37</sup> As modificações na espacialidade da feira decorrentes da reestruturação, como também as problemáticas deste processo são analisadas no capítulo 3.

que o circuito inferior atende a uma população muito mais excluída, cujo acesso a alguns bens de consumo só é possível mediante a aquisição em segunda mão”.

Esta característica permanece até os dias atuais, como explicitado pela feirante 1<sup>38</sup> que trabalha na Feira da Prata, no ramo de estivas/cereais e laticínios, desde os 8 anos de idade, ajudando seus pais e tios e, posteriormente, começou a trabalhar também na Feira Central como operadora de caixa em um comércio de sapatos.

A Feira da Prata ela funciona mais no domingo. Se você for na semana, você nota que a feira é diferente, o público é bem menor que no domingo. Eu acho que já é uma tradição [...]. No domingo tem muita gente. Na semana lá [Feira da Prata], como não tem muita gente [feirantes], o pessoal vai mais no domingo. Aqui [Feira Central] tem muita gente que trabalha lá no domingo, **ai já leva, vamos dizer assim, já leva o resto da feira do sábado, da Feira Central da semana e do sábado e já leva pra lá.** Ai já fica assim, tem fruta que já vai meio machucada e tal. (Grifo nosso)

Ao analisar a inserção da Feira Central ou “Feira Grande” no meio técnico-científico-informacional, Costa (2003, p. 179) já observava esta questão, como podemos ver abaixo:

Reafirma-se também a importância adquirida pela feira da Prata como sendo o destino das sobras da Feira Central, motivo pelo qual apresenta preços mais baixos, principalmente ao se aproximar o meio dia, término da referida feira. Há, também casos em que os feirantes reservam a melhor mercadoria para expô-la nas primeiras horas da manhã do Domingo nessa feira, por ter nesta uma clientela mais selecionada onde realiza melhores negócios. Em geral os vendedores de frutas e verduras “fazem” as duas feiras (Central e Prata), como forma de evitar o prejuízo com as sobras. Isso faz com que a tradicional “feira do Bacurau” ou “feira dos miseráveis” realizada no final da tarde pelas pessoas mais pobres, já não tenha a mesma característica do passado, pois a realização da feira da Prata aos domingos já não permite mais quedas tão vertiginosas dos preços. Desta forma, a população pobre dos bairros de Monte Santo, Bela Vista, Pedregal e Centenário dá preferência à feira da Prata, a qual além da proximidade, permite se comprar, nas últimas horas da manhã, mercadorias por preços bem a baixo dos encontrados no mercado.

Outro fator elencado pelos feirantes para justificar a comercialização nas duas feiras diz respeito à centralidade exercida pela Feira Central em relação às cidades adjacentes à Campina Grande, como Lagoa Seca, Fagundes, Alagoa Nova, entre outras. Devido à proximidade com essas cidades circunvizinhas o fluxo de fregueses na Feira

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2015.

Central durante os dias da semana e aos sábados acaba sendo muito maior do que na Feira da Prata que apresenta um fraco movimento durante a semana, atraindo maior fluxo de fregueses aos domingos, uma vez que atende, sobretudo, a população do próprio bairro ou dos bairros vizinhos, como Bela Vista, Monte Santo, Centenário, entre outros. Consequentemente, os feirantes que trabalham nas duas feiras, optam por comercializar na Feira Central ao longo da semana e apenas aos domingos na Feira da Prata.

Além disso, a feirante ressalta ainda que o perfil de clientes é diferenciado entre as duas feiras. Na Feira Central o público maior é de pequenos comerciantes que compram para revender em outras localidades e, portanto, adquirem produtos em maior quantidade, gerando mais lucros, e na Feira da Prata é o próprio consumidor que adquire em menores quantidades.

Tal fato pôde ser constatado, ao observarmos o espaço da feira durante a semana, onde verificamos que a maioria dos *boxes* encontra-se fechado e o público é escasso, como podemos ver nas figuras 22 e 23.

**Figura 22:** Pavimento superior da Feira da Prata durante a semana



**Fonte:** Pesquisa de Campo (2014)  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

**Figura 23:** Pavimento inferior da Feira da Prata durante a semana



**Fonte:** Pesquisa de Campo (2014)  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

Embora a Feira Central se constitua como a maior feira livre da cidade e exerça uma centralidade intra-regional, para além do município de Campina Grande, funcionando como local de abastecimento para diversas localidades circunvizinhas, a Feira da Prata, aos domingos, configura-se como um dos locais de maior movimentação da cidade, atraindo uma média de 2.000 fregueses<sup>39</sup>, distribuídos por diferentes bairros, alguns mais próximos como a própria Prata, Monte Santo, Bela Vista e Centenário até bairros mais distantes, como Alto Branco, Mirante e Catolé, como também diversos feirantes de toda a cidade, promovendo no bairro uma nova dinâmica e imprimindo uma nova paisagem.

A importância estabelecida pela Feira da Prata aos domingos é apontada, sobretudo, na própria fala dos feirantes, como podemos ver através do relato do feirante 2<sup>40</sup>, que trabalhou durante muitos anos na Feira Central e depois migrou para o Rio de Janeiro com o objetivo de trabalhar no ramo da construção. Após 17 anos, quando retornou para Campina Grande resolveu investir novamente na profissão de feirante comercializando frutas, mas desta vez na Feira da Prata, onde está há 6 anos.

<sup>39</sup> Dados obtidos na Diretoria de Manutenção dos Mercados e Feiras de Campina Grande, pertencente à SESUMA - Secretária de Serviços Urbanos e Meio Ambiente em novembro de 2014.

<sup>40</sup> Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2014.

Eu achei mais viável a Feira da Prata, eu escolhi ficar aqui, porque eu não ia continuar lá na Feira Grande [Feira Central]. A Feira da Prata é mais rentável. Como diz o nome, a Prata é bem pertinho do ouro. A Feira da Prata é a atração no domingo. Quando eu comecei a vir aqui era na quinta-feira, era bem pouquinha gente, aí quando ela passou pro domingo a atração virou essa feira.

O feirante 3<sup>41</sup> também esclarece em sua fala a centralidade estabelecida na cidade pela Feira da Prata aos domingos e atribui o grande fluxo de clientes a folga concedida por diversas empresas nesse dia.

O dia da feira, o dia do domingo, é o dia que é folga da maioria dos trabalhadores de empresas privadas ou públicas. Pra várias empresas é um dia de folga, e por ser um dia de folga, é um dia que a pessoa pode sair com a esposa, com os filhos, ou sair despreocupado do horário de voltar pra casa... É uma feira assim que atrai a todos porque tem de tudo nela, tudo que você imaginar tem na Feira da Prata.

O feirante 3 que trabalha na Feira da Prata há 21 anos de domingo a domingo, tornando-se, inclusive, presidente da Associação dos Feirantes da Feira da Prata (ASFFEP)<sup>42</sup>, possui um *boxe* no estilo “mercadinho”, comercializando todo tipo de mantimentos, tanto aqueles de necessidade imediata quanto produtos manufaturados, e explica que durante muitos anos trabalhou em comércio no bairro de Monte Castelo, mas depois resolveu trabalhar na feira, devido à relação com a clientela, mesmo residindo no bairro do Catolé que encontra-se relativamente distante da Prata.

Pra mim é o volume de clientes que é melhor. Negociar em bairro limita muito, aquela mesma clientela, a vizinhança é a mesma, pessoal que transita é o mesmo... E feira livre não! Todo dia você tem cliente diferente, principalmente nos dias de pico da feira sábado e domingo, vem gente de todas as cidades vizinhas, de todos os bairros, pessoal acha melhor comprar em feira, ainda tem essa acessibilidade [...] A clientela de feira com o tempo ela vai se tornando assim uma família, pessoal passa a ser família, passa a saber quantos filhos tem naquela casa, onde é que a pessoa mora, o que ela gosta de consumir, do que ela gosta de falar, do que agrada ela que você conversa. Isso é assim, pra mim, o filé da feira! É o contato que ela tem, apesar de ser uma coisa simples aqui, mas quando ela entra ela fala com o dono, e quando ela entra no supermercado mesmo que ela esteja falando com o representante, com o gerente, não sei o quê, mas não é dono.

<sup>41</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

<sup>42</sup> A associação foi fundada em 13 de julho de 2006. Surgiu em função da necessidade de organização da categoria, procurando orientar os comerciantes e feirantes sobre os seus direitos e deveres, sobretudo no período de reestruturação da feira (Informativo da Feira da Prata, 2007).

A oferta de diversas modalidades de crédito, a criatividade na hora de vender os produtos, bem como a diversidade destes e, sobretudo, a relação de amizade entre freguês e vendedor, como explicitada na fala do feirante 3, entre outras características, inclui as feiras no que Santos (2008, p.40) denominou de “Circuito Inferior da Economia Urbana” em contrapartida ao chamado “Circuito Superior da Economia Urbana”, frutos do processo de modernização tecnológica nos países subdesenvolvidos. O referido autor explica que

Um dos circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas.

Dessa forma, embora tenham sido provenientes de um mesmo fenômeno de modernização, configuram-se em dois circuitos econômicos, dotados de características próprias, que estão presentes na organização econômica urbana em maior ou menor escala. Nesse sentido, ao lado de um circuito moderno composto por bancos, comércio varejista moderno, indústria e comércio de exportação, grandes redes atacadistas e transportadoras, organizadas a partir de referenciais tecnológicos, “capital intensivo” e “trabalho intensivo”, o circuito inferior é “constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno de pequena dimensão”. É caracterizado ainda pelo poder de “imitação”, sendo dotado, portanto, de um grande potencial criativo; utilizam-se da prática da “pechincha”; baseiam-se no crédito a curto prazo e no dinheiro líquido; manipulam pequena quantidade de mercadorias; o emprego raramente é permanente e sua remuneração situa-se abaixo do mínimo vital (SANTOS, 2008, p. 38).

Além disso, o Circuito Inferior atende à camada mais pobre da população e não necessita de dispendiosos investimentos em tecnologia e mão de obra, porque geralmente o trabalho é realizado pelos próprios membros da família. Acrescido a isso, as atividades desenvolvidas são direcionadas a atender as necessidades da população do bairro ou da cidade inteira, dependendo, neste caso, da centralidade estabelecida pela feira. De acordo com Santos (op.cit, p. 43) “a diferença fundamental entre as atividades

do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e organização”.

Todavia, os dois circuitos não são excludentes, necessitando, até mesmo, um do outro em muitos aspectos, na medida em que possuem muitos laços funcionais. Essa relação de complementação existente entre os dois circuitos da economia, pode ser vista ainda na fala do feirante 3<sup>43</sup>, quando o mesmo evidencia que muitos de seus fornecedores de grandes redes atacadistas e representantes comerciais inseridos no Circuito Superior acabam se tornando também seus clientes.

Na realidade, vamos supor, uma grande parte dos nossos clientes são também fornecedores da feira. Quer dizer a pessoa vem trazer o produto dele pra vender na feira e depois vira o cliente. Vamos supor, eu compro a banana a ele e ele o meu cereal ou o que necessita, quer dizer se torna uma coisa só [...].

Santos (2008, p. 41) exemplifica essa relação a partir da figura do atacadista e do transportador que apesar de serem elementos integrantes do Circuito Superior estabelecem a ligação entre os dois circuitos por intermédio da realização de suas atividades. Escreve o autor: “o atacadista está no topo de uma cadeia decrescente de intermediários, que chega frequentemente ao nível do ‘feirante’ ou do simples vendedor ambulante”.

Mott (2000) explica que ao estudar feiras, o pesquisador deve fazer primeiramente um reconhecimento visual da mesma, buscando identificar quantas barracas são e como se dá a sua disposição, qual o perfil dos feirantes e compradores, quais as ruas por onde se distribuem, objetivando entender a lógica que está por trás dessa forma de organização e que orienta a morfologia da feira.

Para tanto, partimos da metodologia da observação, a qual segundo Abbagnano (1998, p. 725) constitui-se como a “verificação ou constatação de um fato”, ocorrendo de forma espontânea/ocasional ou planejada, constituindo-se, portanto, como um exercício metodológico fundamental para a pesquisa geográfica e possibilitando o primeiro contato com o campo e a apreensão de certos aspectos da realidade. Sendo assim, a observação configurou-se como o passo inicial para a compreensão da dinâmica e da morfologia do espaço da Feira da Prata.

A partir da observação, constatamos que a Feira da Prata possui atualmente 112 boxes. Apresenta, ainda, 466 barracas em sua área interna e 275 barracas em sua área

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

externa, montadas apenas aos domingos, dia em que a feira tem o seu apogeu. Tais barracas ficam distribuídas pelas ruas: Avenida Barão Rio Branco - norte (65 barracas), Avenida Dom Pedro II – sul (71 barracas), Rua Duque de Caxias – leste (71 barracas) e Rua Montevideu – oeste (68 barracas), conforme esquematizado no quadro 05.

**Quadro 05:** Composição morfológica da Feira da Prata

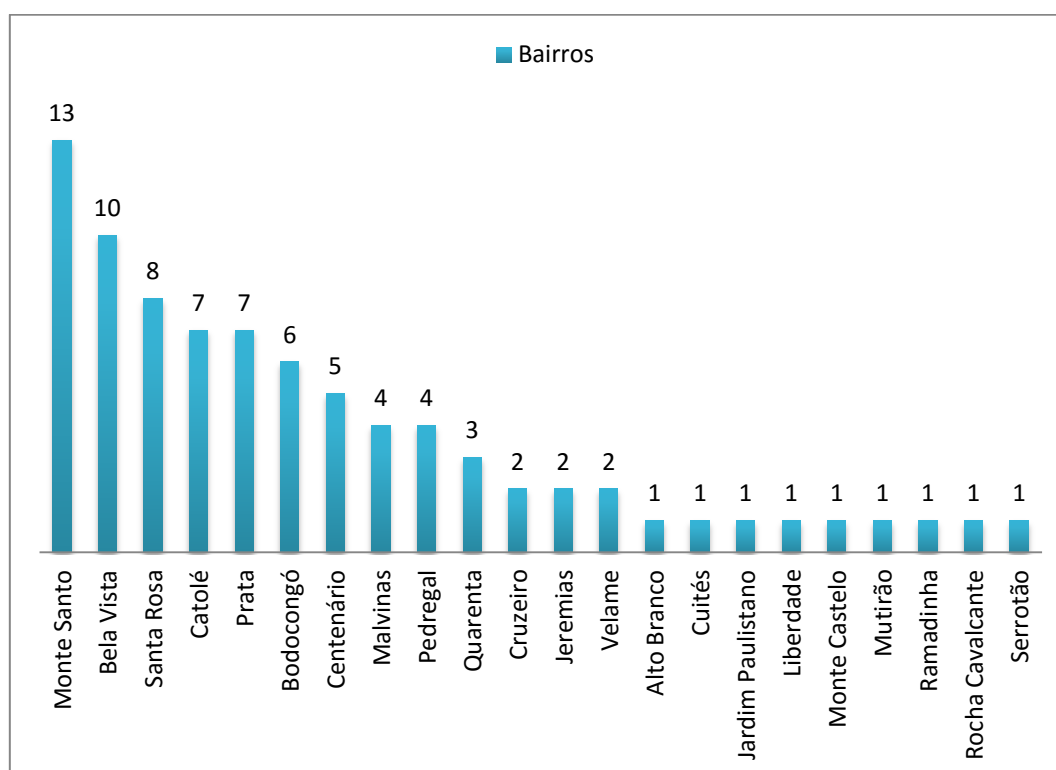
| TIPO / LOCALIZAÇÃO |                         | QUANTIDADE |
|--------------------|-------------------------|------------|
| <b>BARRACAS</b>    | Área Interna            | 466        |
|                    | Rio Branco (Norte)      | 65         |
|                    | Dom Pedro II (Sul)      | 71         |
|                    | Duque de Caxias (Leste) | 71         |
|                    | Montevideu (Oeste)      | 68         |
|                    | <b>TOTAL</b>            | <b>741</b> |
| <b>BOXES</b>       | Pavimento Superior      | 16         |
|                    | Pavimento Inferior      | 96         |
|                    | <b>TOTAL</b>            | <b>112</b> |

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2014).  
Elaborado por Jéssica Camêlo de Lima.

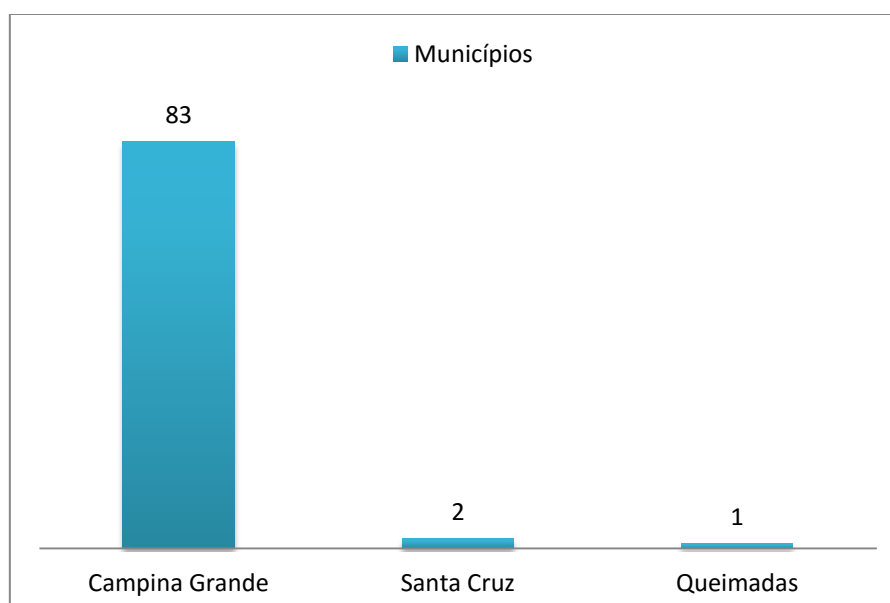
Ainda utilizando a observação, verificamos também que não há uma regularidade no horário de trabalho dos feirantes, uma vez que há diversos tipos de “formas de venda” coexistindo<sup>44</sup>. Sendo assim, é possível perceber restaurantes que funcionam diariamente, inclusive, no domingo à noite, bancas que funcionam todos os dias até o meio dia ou o dia inteiro e bancas que só funcionam aos domingos, *boxes* no estilo “mercadinho” comercializando de 8h as 18h diariamente, bem como feirantes que só trabalham na feira aos domingos, sobretudo aqueles que também comercializam na Feira Central, como já foi explicitado.

No que tange à origem dos feirantes, a maioria reside no próprio município de Campina Grande (97%), concentrando-se, principalmente, nos bairros do Monte Santo (16%), Bela Vista (12%) e Santa Rosa (10%), conforme podemos observar nos gráficos 01 e 02. Dentre estes bairros, apenas o último localiza-se relativamente distante da feira.

<sup>44</sup> O espaço que compõe o mercado principal da feira fica aberto o dia inteiro, todos os dias, mas os feirantes comercializam em diferentes horários e dias durante a semana. Dessa forma, ao longo da semana, poucos *boxes* e barracas se encontram em pleno funcionamento, sobretudo no turno da tarde. Tal questão relaciona-se ao fato de que grande parte dos feirantes está na Feira Central nesse período.

**Gráfico 01:** Origem dos feirantes por bairro

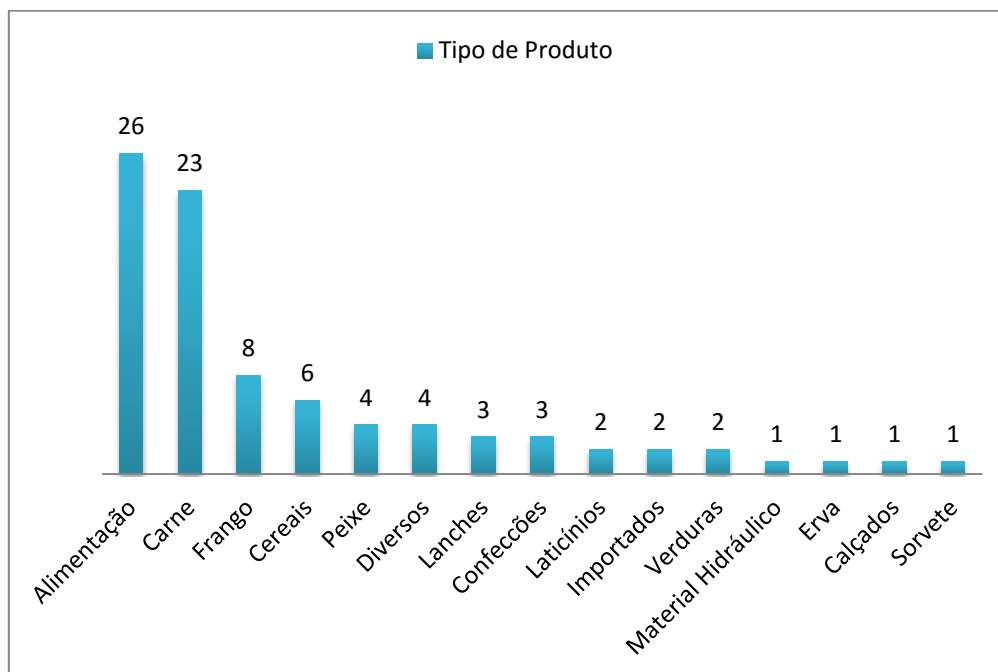
**Fonte:** SESUMA, Diretoria de Feiras e Mercados de Campina Grande. Pesquisa de Campo (2014).  
Elaborado por Jéssica Camêlo de Lima

**Gráfico 02:** Origem dos feirantes por municípios

**Fonte:** SESUMA, Diretoria de Feiras e Mercados de Campina Grande. Pesquisa de Campo (2014).  
Elaborado por Jéssica Camêlo de Lima

A maior parte dos feirantes que possui *boxes* trabalha no ramo da alimentação (30%), como pode ser visto no gráfico 03, servindo desde o café da manhã até o jantar.

**Gráfico 03:** Tipo de produto comercializado nos *boxes*



**Fonte:** SESUMA, Diretoria de Feiras e Mercados de Campina Grande. Pesquisa de Campo (2014).  
Elaborado por Jéssica Camêlo de Lima

Isso se deve a própria característica do bairro enquanto área especializada/comercial, uma vez que os feirantes fornecem alimentação, sobretudo o almoço, para os funcionários das clínicas médicas ao longo da semana, como também para os clientes destas que, na maioria das vezes, evitando se deslocar ao centro da cidade optam por consumir na feira, estabelecendo assim uma relação de complementaridade, como explicitado na fala da feirante 4<sup>45</sup> que trabalha na Feira da Prata há 3 anos servindo almoço e lanches.

**A gente faz entrega muito de almoço aqui em Dr. Wanderley, na Santa Clara. Além do pessoal vir comer aqui, a gente também faz entrega.** Tem pessoas que comem aqui já certo todo dia, as pessoas que trabalham ali no centro e às vezes aparece gente também que nunca veio, chega perguntando quanto é o almoço, o que tem e senta aí pra almoçar. (Grifo nosso)

<sup>45</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

Pazera Júnior (2003, p.26) explica que a maioria das feiras livres acaba atraindo outros tipos de serviços, principalmente nos dias de ápice, devido ao grande fluxo de pessoas que acarreta. Tais serviços concentram-se, sobretudo, no fornecimento de alimentação (almoço e jantar) e lanches, uma vez que muitas pessoas se deslocam de outras cidades para comprar na feira e terminam por ficar o dia inteiro, aproveitando os restaurantes para almoçar/lanchar; outros aproveitam o espaço da feira para consumir pratos típicos, como o famoso “mocotó”, a “galinha matriz”, a “carne de boi guisada”, o “porco assado”, a “favada” e o “picado” na “Barraca do Naldo” da Feira da Prata, e ainda há aqueles que simplesmente procuram um lugar para “jogar conversa fora”.

Paralelamente à comercialização, a feira atrai os prestadores de serviços, que têm aí um bom momento para o exercício de suas atividades. O mais representativo destes serviços são as barracas de alimentos, que funcionam desde a madrugada, servindo desde cafezinho até os pratos típicos como o picado e a buchada.

Já nas barracas, tanto as fixas quanto aquelas que só são montadas aos domingos, dia de maior movimento na feira, podemos observar uma concentração na venda de frutas e verduras. Essa modificação em relação ao tipo de produto comercializado nos *boxes* e nas bancas relaciona-se à forma de armazenamento dos produtos. Sendo assim, os feirantes que comercializam nos *boxes* priorizam aqueles produtos que podem ser estocados, na medida em que os feirantes das bancas privilegiam produtos perecíveis. Verificamos ainda que além do setor de alimentação, os feirantes que comercializam nos *boxes* vendem principalmente carnes (26%), frangos (9%) e cereais (7%).

No que diz respeito à origem dos produtos, a maior parte das frutas, verduras e temperos comercializados tanto nas bancas quanto nos *boxes* são provenientes da EMPASA/CEASA-PB (Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas), localizada no bairro do Alto Branco, cuja produção é oriunda das cidades circunvizinhas à Campina Grande, reunindo pequenos produtores rurais e distribuidores intermediários; as aves, a exemplo dos frangos, eram abatidas na própria feira antes do processo de reestruturação, após a reforma passaram a ser comercializadas já abatidas, sendo o abate realizado na Feira Central ou em outros locais; os queijos e ovos são provenientes de pequenos produtores de localidades vizinhas, os quais realizam a entrega na própria feira ou de fornecedores da Feira Central.

As carnes e demais produtos originam-se das grandes redes atacadistas da cidade como o Atacadão, Makro, Extra, além de outros grandes supermercados da cidade, demonstrando mais uma vez a imbricação entre os dois circuitos da economia e também de outras feiras livres realizadas em pequenas cidades, chegando à Feira da Prata através de intermediários. Esta característica pode ser observada na fala do feirante 5<sup>46</sup>, que comercializa diversos tipos de carnes, sobretudo carne de bode, na Feira da Prata há 40 anos, quando questionado acerca da origem dos seus produtos: “De onde vem? No caso, o rapaz viaja, volta da feira livre, da feira de bode, da criação com bode”. E, no que diz respeito à renda, a maioria dos feirantes relatou que o trabalho na feira rende em média de 2 a 3 salários mínimos, constituindo-se, geralmente, como a única fonte de renda familiar.

Observamos, dessa forma, que além de escoar a produção regional, abastecendo a população local, a Feira da Prata também dinamiza outros setores da economia vinculados não somente ao circuito inferior, mas também ao superior, caracterizando-se, portanto, como a segunda maior feira livre da cidade e desempenhando uma centralidade intra-urbana aos domingos, dia em que possui a maior movimentação. Para a Feira da Prata confluem diversos agentes sociais, muitos dos quais se apropriam deste espaço como única forma de reprodução da vida na cidade.

Vale ressaltar que a paisagem no entorno da Feira da Prata também é marcada por uma série de atividades comerciais, sendo possível encontrar alguns concorrentes diretos da feira, como supermercados, mercadinhos, bares e lanchonetes, assim como outros estabelecimentos a exemplo das loterias, farmácias, oficinas, lojas de confecções, serralharias, lojas de material de construção, empresas de perfuração de poços, lojas de ração para animais, entre outros, os quais se aproveitam da demanda gerada pela existência da feira para também comercializar.

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

## 2.2. A “VELHA E ESQUECIDA FEIRA DA PRATA”: O Mercado Velho e as suas problemáticas

Iniciamos nossa reflexão nesse item cujo cerne está pautado na discussão acerca da espacialidade existente no “Mercado Velho”<sup>47</sup>, evidenciando os fatores que levaram a necessidade de uma reestruturação, tanto pelo olhar dos feirantes quanto dos consumidores, a partir do imaginário estabelecido em torno do espaço das feiras e, especificamente da Feira da Prata, as quais geralmente são associadas ou percebidas como locais de tumulto, desorganização e falta de higiene, como apontado por Braudel (1998, p. 68) “(...) A feira é o **ruído**, a agitação, a música, a alegria popular, o mundo às avessas, a **desordem**, por vezes o **tumulto**” (Grifo nosso).

Esta representação<sup>48</sup> que é feita da feira, embasada, sobretudo, em sua percepção visual, está diretamente associada à forma como os feirantes se apropriam desse espaço para realizar cotidianamente as suas trocas comerciais, como também estabelecer as suas redes de sociabilidade, sociabilidade esta dotada de um caráter construtivo e afirmativo para as pessoas que dela participam e se envolvem nas mais diversas interações cotidianas (ARAÚJO, 2011). Ao referir-se a este caráter de sociabilidade presente nas feiras do século XV, Braudel (1998, p.16) ressalta que

[...] a feira é um natural centro da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras.

No entanto, em contrapartida à aparente desordem e simplicidade que visualmente a feira apresenta aqueles que circulam nestes locais, sendo um espaço que “espanta” e “atordoa”, devido ao seu “aspecto caótico”, “a imensa profusão de mercadorias, expostas em toscas barracas ou espalhadas pelo chão” e o seu “caráter de reunião de pessoas” (CARDOSO e MAIA, 2010, p.2), podemos observar uma lógica e

<sup>47</sup> Expressão utilizada pelos feirantes, consumidores e poder público para referir-se à Feira da Prata antes do processo de reestruturação.

<sup>48</sup> Para Lefebvre (2000) as representações são fatos ou fenômenos de consciência, individual e social, que acompanham a sociedade. As representações são construídas entre o “concebido”, ou seja, pelo ideário e pelo discurso teórico dos sujeitos e o “vivido”, a vivência singular, coletiva e social dos sujeitos envolvidos num determinado contexto particular. E de acordo com Chartier (1990) as representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real, são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais, aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam.

uma complexidade subjacentes à morfologia desse espaço que, ao mesmo tempo em que são produzidas pelo “fazer do feirante”, interferem diretamente no cotidiano dos mesmos, ou seja, na forma como tais sujeitos vivenciam e se apropriam deste espaço e a partir disto conseguem retirar o seu sustento.

Sato (2007, p. 95-96) esclarece que a organização da feira está centrada na rede de relações que é estabelecida por meio das situações de cooperação e competição entre os feirantes, como também com os fregueses. Esta rede é construída pela presença de várias lógicas que se encontram em um único lugar, constituindo-se como uma importante feição desse tipo de comércio. Portanto, a organização se dá através das interações cotidianas, dos costumes e das relações simbólicas que se sustentam na cultura, nos acordos e não necessariamente na estrutura técnico-funcional, “encontram a sua racionalidade interna e singular nos métodos práticos, criados, apropriados e partilhados pelas pessoas envolvidas, fazendo das feiras livres, no caso, realidades ‘organizadas’”. Nas palavras de Sato (2007, p.96)

Não são [...] construtoras que têm diante de si a liberdade incondicional para fazer o quê e como quiserem. São pessoas situadas em lugares, defrontando-se com regras, valores, projetos e metas definidos de modo autônomo ou heterônomo; são pessoas posicionadas em degraus hierárquicos diferentes ou não; com maior ou menor amplitude de poder para definir os rumos do que se pretende organizar, os objetivos da empreitada bem como os caminhos adotados.

Essa forma de organização baseada nas relações de sociabilidade garante a agilidade, a transmissão de informações e a extrema adaptabilidade em seu funcionamento. Logo, é nesta trama de relações que o feirante constrói o seu “sistema de trabalho” (SATO, 2007). A autora mencionada ressalta ainda que esta rede se alarga para outros lugares além do próprio espaço da feira, estendendo-se para a dimensão da vizinhança, do bairro e até mesmo da cidade. Sendo assim, na feira as relações de trabalho mesclam-se com relações familiares e de amizade, características intrínsecas ao “espaço vivido” dos feirantes e explicitadas por Santos (2008) ao descrever os aspectos constitutivos do Circuito Inferior da Economia.

Esta noção de “espaço vivido”, bem como a relação dialética deste com o “espaço concebido” e o “espaço percebido” foram propostas por Lefebvre (2000. p.26) quando de seus estudos concernentes à produção do espaço. Ao dissertar sobre o espaço no nível teórico, o referenciado autor explica que os estudos acerca deste propuseram

apenas inventários sobre o que “há no espaço” ou, no máximo, um discurso “sobre o espaço”, não chegando realmente a um conhecimento “do espaço” (LEFEBVRE, 2000, p.26). Sendo assim, a “ciência do espaço” tal como foi anunciada configura-se, no melhor dos casos, como uma utopia tecnológica.

[...] muitas razões induzem a pensar que descrições e recortes, têm propiciado tão-somente *inventários* do que há *no espaço*, no melhor dos casos, um discurso *sobre o espaço*, jamais chegam a um conhecimento *do espaço*. Na falta de um conhecimento do espaço, transfere-se ao discurso, à linguagem como tal, ou seja, ao espaço mental, uma boa parte das atribuições e “propriedades” do espaço social. (Grifos do autor)

Lefebvre (2000, p.51) explica que o espaço é socialmente produzido e historicamente determinado pelo capital, sendo, portanto, *locus* das contradições e conflitos imanescentes ao sistema capitalista, apresentando-se não somente como um elemento apropriado pelo capital, mas como algo necessário à própria reprodução do sistema capitalista. Escreve o autor:

[...] no modo de produção atual e na “sociedade em ato” tal como ela é, o espaço tem assumido uma espécie de realidade própria, ao mesmo título e no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro, o capital, embora de maneira distinta [...] Visto que o espaço assim produzido também serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo que um meio de produção, um meio de controle, portanto de dominação e de potência – mas que escapa parcialmente, enquanto tal, aos que dele se servem.

Em razão disto, o espaço não pode mais ser entendido como “passivo” ou “vazio”, quando o seu sentido é senão o de ser “trocado”, “consumido”. O espaço intervém na própria produção, quer seja nos transportes, fluxos de matérias-primas ou na organização do trabalho produtivo. Ele está relacionado às relações de produção e às forças produtivas de forma dialética enquanto produto-produtor (LEFEBVRE, 2000). Consequentemente, o espaço envolve todas as contradições que estão presentes na sociedade, uma vez que se constitui como um produto social (espaço social) e que tal produção não se dá, contudo, a parte do modo de produção dominante, sendo, por conseguinte, construído de acordo com a lógica capitalista e seguindo uma determinada padronização.

Lefebvre (2000) ressalta ainda que além dessas dimensões o espaço contém também as representações simbólicas, as quais, transpostas e dissimuladas, mantêm um

estado de coexistência e coesão que pode ser entendido por meio da tríade “percebido-concebido-vivido”, elementos que dão origem ao espaço e as suas representações. Nesse contexto, o “espaço vivido” ou o “espaço da representação”, apresenta-se como o “corpóreo”, é o espaço dos habitantes, dos usuários, vivenciado cotidianamente, tornando-se, inclusive, significativo na própria história de vida das pessoas e construído segundo a vivência individual ou coletiva dos sujeitos que estão inseridos numa determinada circunstância. O “espaço vivido” contém, portanto, as situações vivenciadas no decorrer dos caminhos, a história de um povo e de cada indivíduo.

O “espaço concebido” ou a “representação do espaço” refere-se às relações de produção. É o espaço dos planejadores, teóricos, do conhecimento senso comum, dos urbanistas, é o espaço dominante numa determinada sociedade. Explica Lefebvre (2000, p. 67-68) que

*As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido [...] É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto espaço dos “habitantes”, dos “usadores”, mas também de certos artistas e talvez dos que *descrevem* e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, sujeitoado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. (Grifos do autor)*

No terceiro nível dessa tríade, o que não quer dizer, entretanto, que haja uma escala de importância, na medida em que o “percebido-concebido-vivido” são elementos dialéticos, encontra-se o “espaço percebido”, a prática socioespacial, que engloba os processos de produção e reprodução da sociedade, bem como os conjuntos espaciais próprios a cada formação social assegurando a sua continuidade. O “espaço percebido”, desse modo, associa a realidade cotidiana e a realidade urbana. Sobre este nível de análise esclarece Lefebvre (2000, p.66)

*O que é a prática espacial no neo-capitalismo? Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lares). Associação surpreendente, pois ela inclui em si a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. A competência e a performance espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente. A prática espacial “moderna” se define, portanto, pela vida cotidiana de um habitante.*

Essa tríade intervém diretamente na compreensão da produção do espaço, uma vez que promove a apreensão de diversas facetas desse processo. Sendo assim, as representações do espaço desempenham considerável peso e influência na produção do espaço, sobretudo urbano, uma vez que correspondem a um sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes em uma sociedade e que estão relacionados ao exercício do poder.

Dessa forma, acreditamos que o entendimento da feira em suas múltiplas faces também perpassa por uma compreensão acerca do “espaço vivido” ou do “espaço de representação” que é experienciado e apropriado pelos feirantes no decorrer de sua prática, realizando a reprodução da vida, quer seja de forma individual ou coletiva, para posteriormente entendermos os desdobramentos no cotidiano dos feirantes decorrentes da produção de um “espaço concebido” ou da “representação do espaço” elaborada e imposta pelos planejadores de forma racional em um local de relações tão complexas que envolve desde simples trocas comerciais até o estabelecimento de profundos laços identitários e de pertencimento.

Castells (2002, p. 23) explica que a identidade pode ser entendida como um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, forjada em função de uma multiplicidade de fatores, mas com forte tensão nas ações de base coletiva. Para o autor, toda identidade é socialmente construída e, conseqüentemente, os conteúdos e significados são determinados pelos motivos e agentes que a constroem. Além disso, toda identidade vincula-se sempre a um determinado espaço, o qual se torna referência para a construção da mesma. Nesse contexto, a Feira da Prata torna-se um referencial para a construção da identidade dos feirantes, dos consumidores e até mesmo dos moradores do bairro da Prata.

Com base no que foi exposto até o momento, observamos então que as feiras são reconhecidas, principalmente, pelo seu caráter de aglomeração, uma vez que se constituem como espaços livres, permitindo o acesso de todos. Nesse sentido, aqueles que as frequentam se reúnem não somente com intencionalidades e racionalidades estruturadas exclusivamente em objetivações econômicas, mas também em torno de diversas dinâmicas sociais e culturais que fluem de forma espontânea e intensa, promovendo a circulação de produtos, serviços, ideias e palavras, o que caracteriza o “espaço vivido” dos feirantes.

Sendo assim, devido ao grande fluxo de pessoas que atraem, como também, na maioria das vezes, a pouca ação do poder público nestes locais, as feiras acabam se

tornando *locus* de diversos problemas estruturais como falta de limpeza, escassez de luz e água, insegurança, sanitários precários, dificuldades no transporte de mercadorias, entre outros, assim como pequenos conflitos decorrentes do grande número de pessoas que costumam transitar na feira ou na obtenção de um bom lugar para comercializar, proporcionando visibilidade aos produtos e facilitando o acesso dos clientes.

Nesse contexto, os problemas citados acima não escapam ao espaço do “Mercado Velho” e tornaram-se pauta de reivindicação dos feirantes para com o poder público no tocante à necessidade de uma reestruturação na feira, uma vez que se constituíam como focos de tensão entre os feirantes, consumidores, moradores do bairro e transeuntes, além de dificultar o trabalho de muitos feirantes que, apesar da tentativa de manter o seu espaço de venda limpo, conviviam com o mau cheiro, a presença de animais transitando constantemente na feira e a grande quantidade de lixo, como ressaltado pelo feirante 3<sup>49</sup> “[...] por mais que você organizasse a sua parte interna, mas dava o cheiro, o aspecto de sujeira”.

Dessa forma, tal qual a maioria das feiras livres existentes no interior nordestino ou em outras localidades, a Feira da Prata sempre foi notadamente conhecida por sua “desorganização” e “péssimas condições de higiene”, como descrito ainda pelo feirante 3<sup>50</sup>

[...] infelizmente a feira livre o que caracteriza muitas vezes é a sujeira. Muitas pessoas quando tem uma visão de feira livre ai pensa logo produto no chão, sujeira, homem da mão suja, mulher da mão suja e a Feira da Prata se distingue por essas coisas também.

Tal problemática pode ser observada também na fala da feirante 6<sup>51</sup> que trabalha comercializando carnes e laticínios há 16 anos, quando questionada sobre os problemas observados na feira antes do processo de reestruturação

Era uma feira que ela não tinha, assim, muita higiene né? Higiene ao todo... Porque ela era na terra, né? Vamos supor, numa época de chuva, o pessoal ficava tudo na lama... Fazia feira na chuva, na lama, aquele dismantelo.

E ainda na fala da feirante 1<sup>52</sup> também quando questionada acerca da estrutura do “Mercado Velho”

<sup>49</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

<sup>50</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

<sup>51</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

<sup>52</sup> Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2015.

[Os problemas] Eu acho que só o pátio que tinha, né? Que eram os banquinhos de madeira, né? Que era na terra, aí quando chovia, né?... Claro, a terra com água vira lama, né?. E também os banheiros, que eram aqueles banheiros bem antigos, que não eram vasos. Um buraco no chão. A forma era exatamente essa, um buraco no chão. E não eram limpos, não eram banheiros asseados. O pessoal, eu acho que por ser já um buraco no chão, o povo achava que podia fazer já no chão, né? Era o chão, todo melado, mas assim, não era... Não era um lugar muito... Não parecia um banheiro na verdade. Era sem condições de você ir lá.

Nas falas dos referidos feirantes, percebemos que o principal problema relatado diz respeito à falta de uma cobertura que proteja tanto os trabalhadores quanto os consumidores e as mercadorias das intempéries e também a necessidade de revestimento do chão, promovendo a sua impermeabilização, evitando o contato da água com a terra e, conseqüentemente, a formação de lama na feira, assim como as más condições de higiene dos banheiros. A inexistência de um espaço coberto, além de provocar grande incômodo aos feirantes e aos fregueses que circulavam na feira, compromete a qualidade dos produtos e coloca em risco à saúde dos consumidores, uma vez que as mercadorias comercializadas ficam suscetíveis à contaminação por agentes biológicos, físicos e químicos.

Capistrano et al (2004) explica que do ponto de vista da segurança alimentar a comercialização de carnes, peixes, verduras, laticínios, entre outros produtos, expostos no chão ou sobre lonas, em *boxes* sem a devida higienização, refrigeração ou proteção, na presença de poeira e insetos, como também em bancas de madeira, na maioria das vezes quebradas ou insalubres, pode alterar a qualidade dos produtos e torná-los, em decorrência disso, grandes vetores de doenças. De acordo com Rodrigues (2004, p.16)

Em locais como as feiras, os alimentos ficam expostos à poeira, insetos, sujidades e ao sol, indiretamente ou diretamente na superfície do produto. Problemas sanitários relacionados ao comércio de alimentos em feiras não decorrem de uma falha ou fato isolado, mas de um conjunto de atitudes inadequadas. Incluem-se neste contexto a falta de cuidados na escolha da matéria-prima, precárias condições de higiene no local de comercialização, dos equipamentos, utensílios e dos próprios feirantes (manipuladores) e armazenamento inadequado da matéria-prima até o momento da comercialização.

Além disso, a exposição dos produtos em locais inapropriados contraria o próprio Código de Postura do Município<sup>53</sup> de Campina Grande que, dentre outras questões, regulamenta as posturas em relação à higiene pública nas feiras e em seu artigo 117, na subseção XV, que dispõe sobre o funcionamento das feiras livres, afirma que

Todos os gêneros e produtos alimentícios expostos à venda, deverão ser dispostos em grupo, conforme o seu tipo, com proteção devida a incidência de raios solares, chuvas e outros fenômenos da natureza, não podendo os mesmos permanecer no solo.

Dessa forma, aos domingos, dia em que a feira tem o seu apogeu, a sua parte interna e o seu entorno era tomado por barracas, vendendo desde alimentos, roupas, aparelhos eletrônicos, até ferragens e materiais de construção expostos sobre lonas, no chão ou coberto com plásticos e papelões e também *boxes* comercializando de forma inadequada, contrariando as regulamentações, como pode ser visto nas figuras 24 e 25.

**Figura 24:** Venda de materiais de construção usados na Feira da Prata (Janeiro de 2003)



**Fonte:** Costa (2003, p.132)

---

<sup>53</sup> Lei nº 4.129, de 07 de Agosto de 2003, Seção V, Subseção XV “Das Feiras Livres e Congêneres”. Disponível em: <http://pmcg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/CODIGO-DE-POSTURA.pdf>. Acesso em 07.03. 2015.

**Figura 25:** Comercialização de frutas na Feira da Prata antes da reestruturação



Fonte: Vieira (2004, s/p.)

Associado aos fatores acima descritos, os logradouros ficavam repletos de sujeira ou funcionando de dormitório para aqueles que exageravam no consumo de álcool, sendo comum também a existência de animais servindo tanto como transporte quanto como mercadoria, gerando reclamações por parte dos usuários da feira e dos moradores do bairro. Tais características também são apontadas por Pazera Júnior (2003, p.68) ao descrever a área do Mercado Público da Feira de Itabaiana e as ruas adjacentes no dia da feira

[...] pelo meio da rua existem caixotes com remédios, bijuterias e outras miudezas. No entanto, nesta parte a tendência maior é para o comércio de gêneros alimentícios: São barracas de temperos, galinha abatida, queijos, colorau, fubá, sal, café, açúcar, verduras em saquinhos, etc. No prédio do mercado propriamente dito, quase não se pode andar. Crianças e adultos vendendo coentro, alface, alho, temperos e verduras, ficam em pé por toda parte obstruindo a passagem. Isso, aliado à sujeira e ao calor fazem do mercado um lugar de condições precárias de higiene, fato comum nos mercados públicos da Paraíba.

A existência desses problemas muitas vezes está vinculada ao desconhecimento da legislação sanitária em vigor, como também a falta de infraestrutura adequada para a comercialização de determinados produtos. Minnaert e Freitas (2010, p.1608) explicam que as práticas higiênicas existentes na feira, em sua grande maioria, “refletem

realidades distintas que se confrontam, a todo o momento, com valores e sistemas simbólicos particularizados em seus contextos socioculturais”, ou seja, as concepções sobre o “limpo” e o “sujo” estão cercadas de símbolos que repercutem saberes de uma cultura própria de quem vive. Logo, para os feirantes, consumidores e inspetores sanitários o conceito de higiene abarca diferentes campos.

Dessa maneira, as concepções relacionadas à higiene pelos feirantes não estão estruturadas em conceitos técnico-científicos de forma racionalizada, mas estão alicerçadas no próprio “fazer do feirante”, são resultantes da própria dinâmica da feira. O cheiro, os restos de frutas e cascas no chão, as escamas de peixes próximas às bancas, entre outros elementos, são produto do universo da feira e demarcam muitas vezes determinadas territorialidades<sup>54</sup>. Assim, lugar de peixe tem escamas, lugar de frutas tem cascas e lugar de carne tem ossos (MINNAERT e FREITAS, 2010, p.1610).

Desta forma, provocar mudanças no que diz respeito a estas questões pode significar muito mais do que alterações de práticas comportamentais, uma vez que são condições do “espaço vivido” dos feirantes. Minnaert e Freitas (2010, p.1608) complementam ainda afirmando que

[...] o que é habitual de uma feira livre se constitui como um produto de estruturas objetivas e subjetivas de seus personagens sobre o modo de ser e pensar o seu cotidiano de trabalho, a sua sobrevivência nesse ambiente. [...] O **habitus** higiênico representa o modo como a feira se estrutura para manter comerciantes e moradores do bairro em duráveis correspondências. (Grifo da autora)

Bourdieu (2006, p.191) explica que o *habitus* é um “sistema de disposições socialmente construídas que, enquanto estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. Ou seja, o *habitus* configura-se como um sistema autorregulador que faz com que as ações progressivamente percam a condição de práticas estruturadas e comecem a parecer práticas naturais que viabilizam a própria vida social, constituindo-se como produto da atividade histórica socialmente construída e acumulada no curso de trajetórias. Sendo assim, no caso da feira, o *habitus* está

<sup>54</sup> Para Soja (1993, p.65) a territorialidade pode ser entendida como “um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por outros agentes que assim os definam”. Ainda de acordo com o autor, a territorialidade estrutura-se com base na “identidade” “espacial”, na “exclusividade” e na “interação humana” no espaço. Já para Raffestin (1993, p.160) a territorialidade seria “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo”, ou seja, está para além da simples relação homem-território.

relacionado à forma como a feira foi se estabelecendo e se moldando ao longo do tempo, refletindo as conjunturas sócio-estruturais em que os feirantes estão inseridos.

Dessa forma, muitas práticas realizadas na feira, mesmo que aparentemente se configurem como anti-higiênicas ou mesmo que dotadas de uma aparente “desorganização”, são resultantes do exercício cotidiano do feirante e do seu próprio sistema de trabalho, constituindo-se como elementos característicos desse espaço, demonstrando comportamentos, ações e estratégias de sobrevivência que, muitas vezes, asseguram, inclusive, a sua continuidade diante dos espaços modernos de consumo.

Além dos problemas relacionados às condições de trabalhos dos feirantes, ou seja, em relação à estrutura física da feira, conforme já apontamos ao longo do texto, o feirante 3<sup>55</sup> também ressalta em sua fala a problemática que diz respeito ao pagamento do aluguel pelo “chão” da feira, quer seja pela utilização das bancas ou dos *boxes*, uma vez que até o momento da reestruturação a feira era particular, sendo mantida pelos herdeiros de Raimundo Viana, como podemos ver na seguinte fala

Outro problema era que a gente pagava aluguel. Ai, vamos supor, ela era como se não tivesse dono... Todo mundo mandava, todo mundo se colocava e ninguém cumpria nenhum tipo de regra, então ficava muito assim é cada um por si.

A única forma de contato dos feirantes com os ex-proprietários do terreno da feira se dava por meio de um administrador, já que a família herdeira do terreno não tinha o hábito de frequentar a feira ou mesmo dialogar de alguma forma com os feirantes<sup>56</sup>. Ao administrador cabia à função de recolher o aluguel após o término das feiras, realizar o cadastro dos feirantes interessados em comercializar no local e acompanhar os antigos, como também solicitar a limpeza na feira aos domingos. Dessa maneira, os feirantes não podiam cobrar do poder público qualquer tipo de melhoria na infraestrutura ou qualquer intervenção que viesse a beneficiá-los, uma vez que a feira era particular e, ao mesmo tempo, reclamavam da falta de investimentos por parte dos ex-proprietários.

Observamos então que há nessa situação um foco de tensão, na medida em que os feirantes afirmavam que não havia nenhum retorno dos aluguéis pagos em forma de

<sup>55</sup>Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

<sup>56</sup> Com a morte de Raimundo Viana, idealizador e fundador da Feira da Prata, quem passou a administrá-la foi o seu genro Valdemar Viana. Após a morte do mesmo, seus filhos herdaram a feira, porém não tinham o hábito de frequentá-la, deixando-a sob os cuidados do administrador, assim os conflitos passaram a se acirrar.

infraestrutura e os ex- proprietários do terreno alegavam que não promoviam nenhuma melhoria na feira, porque os próprios feirantes não tinham zelo e a feira não se constituía como algo “rentável”, como podemos notar na fala abaixo<sup>57</sup>

Lá era muito complicado, porque eram interesses opostos. O pessoal lá é muito difícil de conviver... Ali é muito difícil aquele povo... Você vê que eles não zelam... Porque era complicado ali, se queria fazer alguma coisa. Nós mesmos fomos que denunciemos, o Ministério Público teve que intervir lá... Foi uma denuncia por conta de gente que vendia carne e os *boxes* não tinham azulejo. Eles dormiam por lá, urinavam dentro de um saco e jogavam por cima da janela, os banheiros, se reformava, mas eles quebravam os banheiros, botavam pedaço de madeira dentro do banheiro, é complicado ali... E eles não tinham assim... Não sei, porque se eles vivem dali tinha que zelar. Não era boa não a relação.

Esse jogo de interesses em que de um lado encontravam-se os feirantes, reivindicando melhorias na infraestrutura da feira e, conseqüentemente, nas suas condições de trabalho e do outro lado, os ex-proprietários do terreno onde se localiza a feira, alegando que não investiam na feira devido à falta de cuidado do espaço pelos próprios feirantes, perpetuou-se até o momento da reestruturação da mesma, quando ocorreu a desapropriação do terreno pela Prefeitura Municipal de Campina Grande (Anexo 5).

Acrescido a isto, os feirantes reclamavam da ausência de fiscalização tanto em relação à falta de higiene por parte de alguns feirantes que trabalham na feira e contribuíam para esse imaginário em torno da Feira da Prata, como também no que diz respeito à “Feira de Trocas”, localizada na Rua Duque de Caxias, cujos produtos comercializados são apontados como resultantes de furtos, como pode ser visto na reportagem abaixo veiculada no blog “Paraíba Online”<sup>58</sup>, no dia 09 de setembro de 2014.

#### “VÍTIMA RECONHECE MOTONETA ROUBADA E ACIONA POLÍCIA EM FEIRA DE CAMPINA GRANDE”

Na tarde dessa segunda-feira (8), na Feira da Prata, em Campina Grande, uma mulher reconheceu sua motoneta que havia sido roubada no dia 1º de maio. Na ocasião, a moto estava sendo vendida. A vítima acionou a polícia e o veículo foi recuperado.

<sup>57</sup> Ex-proprietários do terreno da Feira da Prata. Entrevista concedida em 31 de janeiro de 2015.

<sup>58</sup> Disponível em: <<http://www.paraibaonline.com.br/noticia/935250-vitima-reconhece-motoneta-roubada-e-aciona-policia-em-feira-de-campina-grande.html>>. Acesso em: 10.09.2014.

Os problemas existentes no “Mercado Velho” também são evidenciados pelos consumidores, como podemos observar na fala da consumidora 1<sup>59</sup> que frequenta a Feira da Prata há 50 anos para comprar verduras, legumes, frutas, queijo, goma e raízes: “Antes da reforma a feira era mais suja, comprávamos debaixo de sol e chuva”; na fala da consumidora 2<sup>60</sup> que costuma comprar queijo, carne, frutas, ovos, verduras, entre outros produtos, na Feira da Prata há 9 anos: “Antes, havia desorganização e muita sujeira” e ainda na fala da consumidora 3<sup>61</sup> que frequenta há 31 anos a Feira da Prata e costuma comprar peixes, frutas e verduras

Antes da reforma, a feira tinha problemas de esgoto correndo a céu aberto, o setor de peixes era muito sujo, não tinha limpeza de qualidade nenhuma, as carnes ficavam penduradas e muitas vezes fediam... A feira era muito desorganizada... Era imunda. Você tinha que comprar as coisas no sol ou na chuva.

No entanto, mesmo com todos os problemas apontados na feira, as consumidoras ressaltam que preferem adquirir determinados produtos nesse espaço em virtude do baixo preço das mercadorias, a grande variedade de produtos, sobretudo os regionais como o cará, a macaxeira, a goma de mandioca e os ovos de capoeira que, mesmo presentes em alguns supermercados da cidade, possuem uma qualidade melhor na feira, como afirma a consumidora 1, “na feira é mais barato e os produtos são naturais” e a consumidora 2 “[...] no supermercado você compra coisas caras e diferentes, não existem produtos regionais. Na feira, frutas, verduras e legumes são melhores e mais baratos pra comprar, além de ter mais opções”.

Somado a isto, a relação com os feirantes que já conhecem os seus “gostos” e com quem já estabeleceram certa amizade, faz com que mesmo diante das problemáticas, muitos fregueses continuem frequentando a Feira da Prata, aspecto evidenciado por Santos (2008) e também por Mascarenhas (1991, p. 72)

Outro aspecto importante da feira-livre é a pessoalidade nas relações entre feirante e consumidor, que adentra pelo lado afetivo e chega a estabelecer laços de prolongada amizade e fidelidade mútua, algo impensável no sistema de auto-serviço (*sic*). É comum o feirante orientar o freguês quanto à qualidade, a natureza e o uso recomendável de determinado produto. O diálogo é um elemento constante no cotidiano das feiras.

<sup>59</sup> Consumidora 1, 60 anos, dona de casa. Entrevista concedida em 20 de maio de 2015.

<sup>60</sup> Consumidora 2, 33 anos, professora. Entrevista concedida em 21 de maio de 2015.

<sup>61</sup> Consumidora 3, 61 anos, aposentada. Entrevista concedida em 04 de maio de 2015.

Mascarenhas (1991, p.13) chama a atenção ainda para o fato de que as reclamações em torno da “sujeira” e do “barulho” existentes na feira e que anteriormente eram observadas com naturalidade pelos frequentadores desses espaços ou pelos moradores do bairro em que estas se localizavam, decorrem da instituição de uma mentalidade urbanística imposta pela “vida moderna”

A mentalidade urbanística moderna está presente não apenas nos projetos tecnográficos de extinção ou remoção das feiras-livres, mas também no imaginário do cidadão que se queixa do barulho e sujeira proporcionados em sua rua pela feira. Veremos inúmeros artigos da imprensa noticiando descontentamento de moradores, indignados inclusive pelo fato das barracas se posicionarem em frente às suas garagens, impedindo a saída dos carros. Se a feira-livre traz incômodos, sobretudo aos elegantes indivíduos embebidos de modernidade, em contrapartida ela oferece serviços de qualidade, alguns com exclusividade.

A modernidade<sup>62</sup> propõe, dessa forma, uma redefinição nos padrões de comportamento e no modo de pensar e estruturar a cidade que passam a ser ancoradas a partir de então no racionalismo e no tecnicismo, os quais invadem todas as esferas da sociedade, incluindo-se nesse movimento os espaços de consumo. Nesse sentido, observamos a efervescência de novos locais de consumo, a exemplo dos *Shoppings* e um novo olhar sobre os espaços “antigos” que precisam se readaptar aos padrões impostos por essa sociedade “moderna”. Nesse sentido, as feiras adquirem novas dimensões, “adequando-se” às realidades inerentes ao modo de consumo moderno e às inovações desse período.

Sobre essa questão Araújo (2011, p. 07) explica que “[...] diante da efervescência da globalização, mesmo que as feiras busquem a manutenção, a conservação das tradições, é notoriamente impossível que estes mercados tradicionais se mantenham no decurso do tempo, sem alterações”. Assim, muitas feiras têm se tornado alvo de intervenções urbanísticas que tentam promover um reordenamento no espaço, a partir da tentativa de imposição de uma racionalidade externa ao cotidiano dos feirantes, baseando-se apenas em aspectos visuais ou higiênicos decorrentes de uma concepção “moderna” e desconsiderando todas as relações que subjazem às feiras.

---

<sup>62</sup> Giddens (1991, p.11) define a modernidade como o “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em suas influências”. Para Giddens (2002, p.9-10) a modernidade é “uma ordem pós-tradicional, mas não uma ordem em que as certezas da tradição e do hábito tenham sido substituídas pela certeza do conhecimento racional [...]”. A modernidade institucionaliza o princípio da dúvida radical” e complementa afirmando que a “modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais da nossa existência”.

### CAPÍTULO 3: OS DILEMAS ENTRE A FEIRA REAL E A FEIRA IMAGINADA

---

Este capítulo tem como objetivo analisar efetivamente o processo de reestruturação empreendido na Feira da Prata, a partir de um olhar sobre os diferentes agentes envolvidos, bem como os desdobramentos de tais intervenções no que concernem às práticas econômicas, às relações de sociabilidade e à forma de organização existente que historicamente caracteriza este espaço. Dessa maneira, partimos da premissa de que o espaço é construído com base em uma relação de forças, geralmente conflituosa, entre os diversos agentes sociais que produzem e se reproduzem no espaço e que tal fato se intensifica nas feiras livres, uma vez que estas se constituem na maioria das vezes como a única fonte de renda para muitos feirantes.

No primeiro item, discutimos acerca dos problemas relacionados à reestruturação da feira, buscando compreender qual o papel da gestão pública na elaboração e execução do projeto, quais os conflitos que emergiram nesse momento, a função que os feirantes desempenharam na reestruturação, seja individualmente ou organizados coletivamente em forma de associação, assim como as implicações deste processo no cotidiano dos feirantes, entendendo, conseqüentemente, que a reestruturação foi baseada em um planejamento autoritário.

No segundo tópico, destacamos as contrarrazões estabelecidas pelos feirantes com o objetivo de adequarem suas práticas ao espaço da “Nova Feira”, em decorrência das alterações no seu espaço de trabalho. Buscamos, perceber, portanto, como a partir do seu “fazer cotidiano”, os feirantes passaram a se apropriar e a vivenciar essa nova estrutura, tomando como base a leitura de “táticas” e “estratégias” de Certeau (2009).

Assim sendo, observamos que a reestruturação repercute para além daquilo que pode ser visto por meio da paisagem, desencadeando novas formas de sociabilidade, novas territorialidades e novos conflitos, os quais estão subjacentes à morfologia da feira e que interferem diretamente no cotidiano daqueles que vivenciam e praticam a feira em suas múltiplas faces, econômica, social, cultural e histórica.

### 3.1. ENTRE O “ESPAÇO VIVIDO” E O “ESPAÇO CONCEBIDO”: Uma Nova Feira?

Ela era feia. A estrutura era feia, mas a gente comercializava, né? E hoje é bonita e não tem comércio. É um bonito por fora, por dentro só a gente que sabe... (Feirante 7<sup>63</sup>, 2014)

Diante do que já foi abordado até o momento percebemos que as feiras se caracterizam, principalmente, como locais de comércio e de sociabilidade e que apesar de resguardar muitas de suas significações e práticas históricas, algumas delas têm passado por projetos de reestruturação com vistas à adequação do seu espaço à dinâmica de consumo atual e aos padrões da sociedade contemporânea. Ressaltamos, no entanto, que as ações direcionadas à intervenção urbana, quer seja na escala da cidade como um todo, quanto na escala do bairro, são designadas de diferentes formas na literatura, sendo possível encontrar termos como: Renovação, Requalificação, Revitalização, Reabilitação, Reestruturação, entre outros, e que tais expressões são cunhadas em contextos específicos e trazem consigo uma determinada forma de pensar a realidade, com implicações no âmbito social, econômico e político e por esse motivo faz-se necessário, nesse momento, distingui-los.

Sendo assim, de acordo com Valentim (2007), a “Renovação” estaria vinculada às estratégias pouco voltadas a conservação do patrimônio, ou seja, haveria uma busca em torno da construção de algo novo. Salgueiro (1992, p.390) explica que os projetos de “Renovação Urbana” estariam ligados a passagem da cidade da fase industrial para a fase pós-industrial, configurando-se como o “conjunto de operações urbanísticas que visam à reconstrução de áreas degradadas a partir da substituição das edificações pré-existentes”, quer dizer a “Renovação é a ação mediante a qual se procede à substituição das estruturas existentes”.

Em contrapartida aos processos de “Renovação”, a “Reabilitação” pressupõe o respeito pelo conjunto arquitetônico já existente, constitui-se como um movimento de transformação urbana que promove melhorias nas condições de uso e habitabilidade de determinadas áreas conservando, porém, algumas de suas características. O termo “Reabilitação” seria aplicado no contexto de projetos que tem como objetivo devolver

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

determinadas áreas impactadas ao ciclo urbano. Nas palavras de Salgueiro (1992, p. 390)

Este conceito designa todo o processo de transformação do espaço urbano, compreendendo a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com o objetivo de melhorar as suas condições de uso e habitabilidade, conservando, porém, o seu caráter fundamental.

Nesse contexto, os termos “Revitalização” e “Requalificação” ensejariam uma forma menos traumática de intervenção, em que se procuraria compreender e interagir com as condições do ambiente a ser alterado, contrapondo-se às práticas mais radicais e levando-se em consideração, enquanto pressupostos básicos no planejamento, os laços sociais existentes na área. Salgueiro (1992, p.391) explica que a “Revitalização” está relacionada, portanto,

[...] ao conjunto de operações destinadas a articular as intervenções pontuais de recuperação dos edifícios em áreas degradadas, com as intervenções mais gerais de apoio à reabilitação das estruturas sociais, econômicas e culturais locais, visando a consequente melhoria da qualidade de vida nessa área ou conjuntos urbanos degradados.

Ainda de acordo com a autora, a “Revitalização” possui um caráter muito mais econômico do que social ou urbanístico. Já o termo “Requalificação” abrange as alterações desenvolvidas de forma integrada em uma determinada área urbana que está em transição devido a uma situação de declínio, incluindo aspectos de caráter econômico, social, ambiental e físico, sendo este termo o mais comumente adotado pelos autores. Para Ferreira et al (1999, p. 208) a “Requalificação urbana”

[...] é um processo social e político de intervenção no território, que visa essencialmente (re)criar qualidade de vida urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção (urbana), de um acentuado equilíbrio no uso e ocupação dos espaços e na própria capacidade criativa e de inovação dos agentes envolvidos nesses processos.

Moreira (2007) evidencia ainda que a “Requalificação” dos espaços públicos está pautada teoricamente na tentativa de melhorar a “qualidade de vida” da população urbana, qualidade esta entendida como o resultado de múltiplos fatores imbricados no funcionamento das sociedades e traduzindo-se na situação do bem estar físico, mental e social, como também na própria afirmação cultural, ou seja, está vinculado às condições

subjetivas e observáveis, ligadas com à percepção dos sujeitos relativamente ao seu espaço, às suas vivências e às suas necessidades básicas.

Estes processos de transformação urbana intensificaram-se, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, com a emergência do Movimento Moderno (VALENTIM, 2007). Nesse momento, tendo em vista a dinâmica das práticas capitalistas e a crescente aglomeração de pessoas nas cidades, buscava-se promover um novo modelo urbano que atendesse as necessidades do homem moderno, a exemplo de várias metodologias “arrasa quarteirão” aplicadas em cidades como Rio de Janeiro (DEL RIO, 1991). O autor destaca ainda que tais processos seguem a lógica do movimento capitalista, ou seja, as estratégias de intervenção são pensadas com o objetivo de levar a sociedade a valorizar ou relegar parcelas da cidade, mediante as lógicas sociais e econômicas do momento.

Mesmo estando presentes na cidade de uma forma geral, é na unidade do bairro que essas intervenções se tornam mais evidentes, uma vez que passam a interferir de modo mais acentuado no cotidiano da população. Salientamos que apesar da gama de definições que podem ser aplicadas ao estudo do bairro – inclusive questionado por muitos autores quanto a sua resistência e persistência na atualidade –, entendemos o bairro para além de uma divisão com fins de controle administrativo, mas sim como um espaço da cidade onde os laços de sociabilidade e os sentimentos de pertencimento se tornam mais complexos e, por conseguinte, onde as transformações urbanísticas se intensificam, como já fora mencionado anteriormente.

Desse modo, muito embora o poder público entenda o processo de intervenção realizado na Feira da Prata aos moldes de uma “Revitalização”, na medida em que compreenderam a feira como um “espaço sem vida, velho e esquecido” (Veneziano Vital, 2009<sup>64</sup>), baseando-se apenas em seus aspectos morfológicos e embebidos de concepções alicerçadas na necessidade de modernização, higienização e ordenamento da feira, desconsiderando as relações sociais que estruturam este espaço e que estão por trás dessa forma de organização, assim como os feirantes percebam esse processo como uma ação de “Requalificação”, tal qual podemos observar no título do informativo distribuído pela Associação dos Feirantes no período da reestruturação que diz “Requalificação da Feira da Prata: a dignidade dos feirantes da Prata mora aqui” (Anexo

---

<sup>64</sup> Discurso de inauguração da “Nova Feira”, proferido por Veneziano Vital do Rêgo em 14 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://folhaviptecajazeiras.blogspot.com.br/2009/10/veneziano-vital-reinaugura-feira-da.htm>>. Acesso em: 15. 08. 2013.

4), uma vez que tinham como objetivo melhorar a qualidade e as suas condições de trabalho na feira, entendemos este processo como uma ação de “Reestruturação”.

Desta maneira, o termo é pensado a partir da discussão de Santos (1985, p. 50) acerca da definição de estrutura, em que o autor afirma que “[...] a estrutura implica na inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção” é o “invisível” representado pelas relações sociais que se manifestam através de processos e funções, ou seja, a estrutura reflete o conjunto de formas e funções que integram determinado espaço e que são responsáveis pela sua configuração.

O referido autor destaca ainda que a estrutura de um determinado espaço subdivide-se em “estruturas reveladas” e “estruturas ocultas”, em que a primeira se caracteriza como a forma, os aspectos visíveis resultantes da inter-relação dos elementos espaciais e a segunda é fruto de um movimento global que determina o modo e o ritmo de produção dos espaços particulares. Sendo assim, para Santos (op cit., p. 51)

Pode-se expressar a forma como uma estrutura revelada. Sendo mais visível ela é, aparentemente até certo ponto, mais fácil de analisar que a estrutura. As formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente. Todavia, divorciada da estrutura, a forma conduzirá a uma falsa análise: com efeito, formas semelhantes resultaram de situações passadas e presentes extremamente diversas. A refletir os diferentes tipos de estrutura, aí estão as diferentes formas reveladas - naturais e artificiais. Ambas estão sujeitas a evolução e, por esse meio, as formas naturais podem tornar-se sociais.

Contudo, destacamos que para Santos (1985, p.53) essas categorias de análise são reveladoras da totalidade espacial e que apesar de estarem situadas nas determinações do modo de produção, são também resultantes da ação de agentes locais, sendo de grande relevância para compreender “como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças”. Assim, o movimento dialético do espaço no qual o homem está inserido lhe atribui características e ideologias que refletem na sua forma, modificam suas funções e, conseqüentemente, alteram as estruturas.

Desse modo, as formas expressam não apenas transformações de caráter econômico, político, social ou cultural, elas contribuem para uma redefinição destes processos com rebatimentos sobre a estrutura. Com isso, ao mesmo tempo em que o espaço carrega consigo formas vinculadas às representações das relações de produção, próprias do cotidiano, do particular e que se revelam no âmbito do “espaço vivido”,

transmite também mensagens hegemônicas de poder e dominação, expressões do “concebido”. Posto isto, compreendemos que ao conceber novas formas na feira, modifica-se não somente o aspecto físico; não se constrói apenas algo novo, mas interfere-se em toda uma dinâmica, organizada em função do espaço preexistente, consequentemente, alteram-se as relações de sociabilidade e determinadas práticas vinculadas ao espaço vivido que são o alicerce e o meio de continuidade das feiras.

Nesse contexto, na primeira gestão do prefeito Veneziano Vital do Rêgo (2005-2008), iniciou-se o processo de reestruturação do “Mercado Velho” da Prata para dar lugar ao “Novo Mercado” da Prata ou a “Nova Feira” da Prata, como passou a ser chamada. A reinauguração aconteceu no dia 14 de outubro de 2009, já na segunda gestão do mesmo prefeito, durante a programação voltada para a comemoração dos 145 anos de emancipação política da cidade de Campina Grande, como podemos observar abaixo na reportagem veiculada no *blog* “Clickpb”<sup>65</sup> no dia 14 de agosto de 2009

O prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rêgo, acompanhado de vários secretários, fez mais visitas às obras da Feira da Prata na manhã desta sexta-feira, 14 [...]. De acordo com o prefeito, a construtora responsável espera concluir a estrutura física, com todos os detalhes, até o final deste mês [agosto], **“caso isso aconteça, iremos marcar a data de entrega da Nova Feira da Prata, esquecida por mais de 40 anos. Iremos entregá-la na festividade durante a programação de aniversário da cidade, que terá início no mês de setembro”**, anunciou o prefeito. Veneziano confirmou que a Feira da Prata vai funcionar diariamente, quando atualmente é só aos domingos. Além dos boxes que foram construídos no piso inferior, ainda há uma praça de alimentação que também já está pronta na parte superior e vai abrigar o que há de melhor na nossa cozinha regional. O espaço ainda abrigará dezenas de artesãos que irão comercializar produtos diversos, dentre outros espaços que já foram definidos com a Associação dos comerciantes do local. Construída com recursos da ordem de R\$ 7 milhões, a Nova Feira chama a atenção pelo conjunto arquitetônico **“será o novo cartão postal da cidade, mas com um detalhe, esse não será apenas para tirar foto. Esse equipamento tem funcionalidade. Vai proporcionar dignidade a milhares de pessoas que viram prefeitos passarem por essa cidade e jamais fizeram qualquer coisa por eles”** desabafou Veneziano. (Grifos nossos).

Tal processo foi anunciado inicialmente pela Prefeitura Municipal de Campina Grande através da Revista “Campina Melhor pra se Viver”, edição de junho de 2007, distribuída gratuitamente para a população da cidade que, dentre outros projetos de

<sup>65</sup>Disponível em:< <http://www.clickpb.com.br/noticias/cotidiano/veneziano-inspeciona-finalizacao-da-feira-da-prata-e-convida-oposicao-para-sessao/>>. Acesso em: 27.04.2013.

intervenção desenvolvidos nesse período, destacou a reestruturação da Feira da Prata com conotações extremamente políticas, conforme figura 26.

**Figura 26:** “Feira da Prata: Tradição Renovada”



# **FEIRA DA PRATA** **TRADIÇÃO RENOVADA**

Uma reivindicação de mais de meio século só agora foi atendida pela Prefeitura Municipal: a desapropriação do Mercado da Prata para torná-lo público.

Há anos que os comerciantes que trabalham naquela importante área pediam uma solução definitiva para a Feira da Prata. A Prefeitura, num ato de determinação e compromisso com os anseios da população, não só desprivatizou a feira como está construindo um novo e moderno mercado no local onde antes estava o antigo, que foi demolido.

A nova estrutura não possui apenas um projeto arquitetônico arrojado, o conjunto tem funcionalidade e oferece conforto e segurança aos consumidores e comerciantes. É uma grande obra à altura da tradição e importância sócio-econômica da Feira da Prata.

A imponente estrutura física que está sendo erguida compreende, ainda, a criação de espaços para a exposição e venda do artesanato local e para a apresentação de artistas da terra.

O projeto prevê uma área coberta de comercialização de 9 mil metros quadrados, modernas instalações em estrutura metálica, novos boxes para os feirantes que têm ponto fixo, uma praça de alimentação e banheiros.

A Prefeitura está investindo nessa grande e bonita obra R\$ 6 milhões. A nova Feira da Prata vai beneficiar mais de 600 comerciantes que ali trabalham e milhares de consumidores que a frequentam; é mais segurança e comodidade na hora de comprar e vender.



**Fonte:** <http://i199.photobucket.com/albums/aa40/Hallyson/prata.jpg>. (Acesso em 02.01. 2014)

Observamos no texto presente na figura 26 que no primeiro momento o poder público retrata a Feira da Prata enquanto instituição tradicional, ou seja, resgata o caráter de tradição existente nesse tipo de comércio, materializado nas práticas evidenciadas nas feiras livres ao longo do tempo, como um ponto inicial para a necessidade de uma reestruturação e tendo como pressuposto o sentido histórico atribuído ao termo “tradição”. Sendo assim, o espaço antigo da feira, porém tradicional, deve dar lugar ao “novo e ao moderno”, não necessariamente abrindo mão destas tradições, mas renovando-as. Embasando-se na leitura de Torres & Bages, Maia (2000, p. 169) explica que o conceito de tradição e renovação não se contrapõem, dessa forma, a palavra tradição “inclui a idéia de movimento, de curso, de transmissão, oposta à significação de quietude”. Assim, o poder público constrói uma significação e um discurso em torno da importância tradicional da feira para justificar os projetos de intervenção.

Percebemos, com isso, que a tradição é trazida à tona não com o objetivo de manutenção da forma típica de organização e estruturação das feiras com suas características peculiares e que a tornam permeada de tradições, mas sim a partir da necessidade de adequação, de readaptação desse espaço aos padrões contemporâneos que garantam a sua sobrevivência, portanto, uma “Tradição Renovada”. Para Oliven (1992, p. 21)

[...] as tradições são evocadas, freqüentemente (*sic*), nos períodos de mudança social, de crises, de perda de poder econômico e/ou político. Por isso, a sociedade brasileira que se quer moderna põe relevo sobre tradições para justificar-se. Assim, o culto à tradição, longe de ser anacrônico, está perfeitamente articulado com a modernidade e o progresso.

Maia (2000, p. 168-170) explica que o termo “tradição” tem diversas acepções, permeando inúmeras discussões literárias e culturais, podendo ser entendida, precipuamente, como “a transmissão oral de fatos e lendas de geração em geração”. Para a autora, na sociedade dita tradicional a tradição está vinculada a estabilidade, agindo como uma “grande força retardadora que impediria a atuação das mudanças”. Mascarenhas (2009, p.162) explica que

Em diferentes momentos, verificamos que o Poder Público investe sobre a sociabilidade das ruas, no sentido de impor interesses dominantes. Para intervir com autoridade, produz um discurso ‘competente’, que num primeiro momento cria e idolatra a feira livre,

importação européia (*sic*), para mais adiante a perseguir, como território de ilegalidades, atraso, sujeira, desordem.

Nesse sentido, ao apropriar-se do conceito de tradição, entendendo a feira enquanto instituição tradicional, no sentido estrito da palavra, que se fez presente nas mais diversas sociedades, configurando-se, muitas vezes, como o único local de comércio, o poder público investe nos projetos de reestruturação como forma de manter resguardada essa tradição e promover a sua continuidade nos dias atuais. No entanto, ao conceber uma nova racionalidade sobre esse espaço, afeta-se a própria tradição, uma vez que aquilo que caracteriza as feiras como tradicionais não é somente a sua duração ao longo do tempo, mas as peculiaridades em torno da forma de organização, dos métodos de comercializar os produtos, as relações que são estabelecidas entre feirantes e consumidores, além de todas as significações que são produzidas no cotidiano dos mesmos.

Posteriormente, o referido texto da figura 26 evidencia algumas pretensões referentes ao projeto da feira no que concerne às alterações na estrutura física do espaço. O projeto elaborado por uma equipe de arquitetos pertencentes à Secretaria de Planejamento Urbano da cidade de Campina Grande e executado pela empresa “Vão Livre”<sup>66</sup>, tinha como objetivo no que diz respeito à questão estrutural, construir uma cobertura na feira protegendo feirantes e consumidores das intempéries, erguer novos *boxes* em substituição as tradicionais bancas de madeira, promovendo um zoneamento do espaço e separando os feirantes de acordo com o tipo de produto comercializado, construir novos sanitários com melhores condições de higiene, levantar um segundo pavimento para abrigar os restaurantes e lanchonetes e um estacionamento para os clientes. Além disso, o projeto previa investimentos na área cultural, com a criação de um “espaço cultural” onde fossem realizados eventos e festividades relacionados à cultura local e, dessa forma, proporcionasse uma maior visibilidade dos feirantes, atraindo mais clientes, conforme explicitado na figura 26.

Contudo, apesar da necessidade da reestruturação ter sido reivindicação dos próprios feirantes ao poder público diante das problemáticas que existiam no Mercado Velho e que foram apontadas anteriormente, observamos que o projeto constituiu-se na realidade como a tentativa de imposição de uma racionalidade externa à própria racionalidade já existente na feira, pautado em um discurso técnico-científico voltado à

---

<sup>66</sup> A empresa “Vão Livre”, fundada em 1994, tem sua sede localizada no distrito industrial em Queimadas - PB.

necessidade de regeneração e de retorno a uma determinada dinâmica, desconsiderando a vivência e os objetivos dos feirantes frente a esse processo, como assinalado pelo feirante 3<sup>67</sup> que na época da reestruturação se encontrava na presidência da associação dos feirantes “[...] a primeira reunião que a gente teve foi apresentado o projeto. A gente não pôde opinar... A gente pôde brigar pelos *boxes* depois, mas dizer como é que queria de jeito nenhum”.

De acordo com Santos (2009, p.289) a racionalidade designa “a extensão dos domínios da sociedade submetidos aos critérios da decisão racional”. Para o autor, a racionalidade da sociedade está ligada à institucionalização do progresso científico e técnico, onde a penetração da ciência e da técnica nas instituições implica na transformação dessas mesmas instituições no que concerne à sua legitimação. Sendo assim, na medida em que a racionalidade diz respeito ao emprego de estratégias, tecnologias e sistemas segundo um fim específico, ela requer, portanto, formas de dominação, as quais aparecem, muitas vezes, não como uma política, mas como uma razão técnica.

Nas palavras de Weber (2004, p.49-52), a racionalidade é entendida como o “desencantamento histórico do mundo”, ou seja, a racionalização da vida social é um processo geral, que “produz estruturas de consciência típica dos contextos da modernidade”, possuindo duas vertentes, uma cultural e outra social, em que a primeira consiste “na racionalização das imagens do mundo que é realizada pelas religiões éticas e universais” e a segunda “[...] no desenvolvimento material e organizativo da sociedade através da economia capitalista e do Estado Moderno”. Gomes e Magalhães (2008, p. 81) explicam que em Weber há uma distinção entre os termos “racionalidade” e “racionalização”. Desta maneira, a racionalização compreende

[...] um crescente domínio do homem, seja no plano intelectual ou empírico, sobre a natureza e sobre o próprio homem. A racionalização é o processo histórico social no qual cresce progressivamente a capacidade de intervenção do homem na realidade de modo cada vez mais eficaz.

Enquanto a racionalização se refere a um processo histórico e social, a racionalidade liga-se “diretamente à ação dos indivíduos”, “opera na consciência dos agentes de vários modos”, quer dizer é “um processo que se dá na consciência dos agentes como motivação para suas ações, em função de critérios diversos” (GOMES E

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

MAGALHÃES, 2008, p. 85-87), sendo sempre relativa a um contexto, uma determinada matriz cultural em que os indivíduos e a sociedade estão inseridos, recebendo o nome de “racionalismo”. Assim, tanto a racionalidade quanto a racionalização ocorrem em conjunturas histórico-sociais determinadas, perpassando por todas as esferas de ação, política, cultura, economia, ciência e religião.

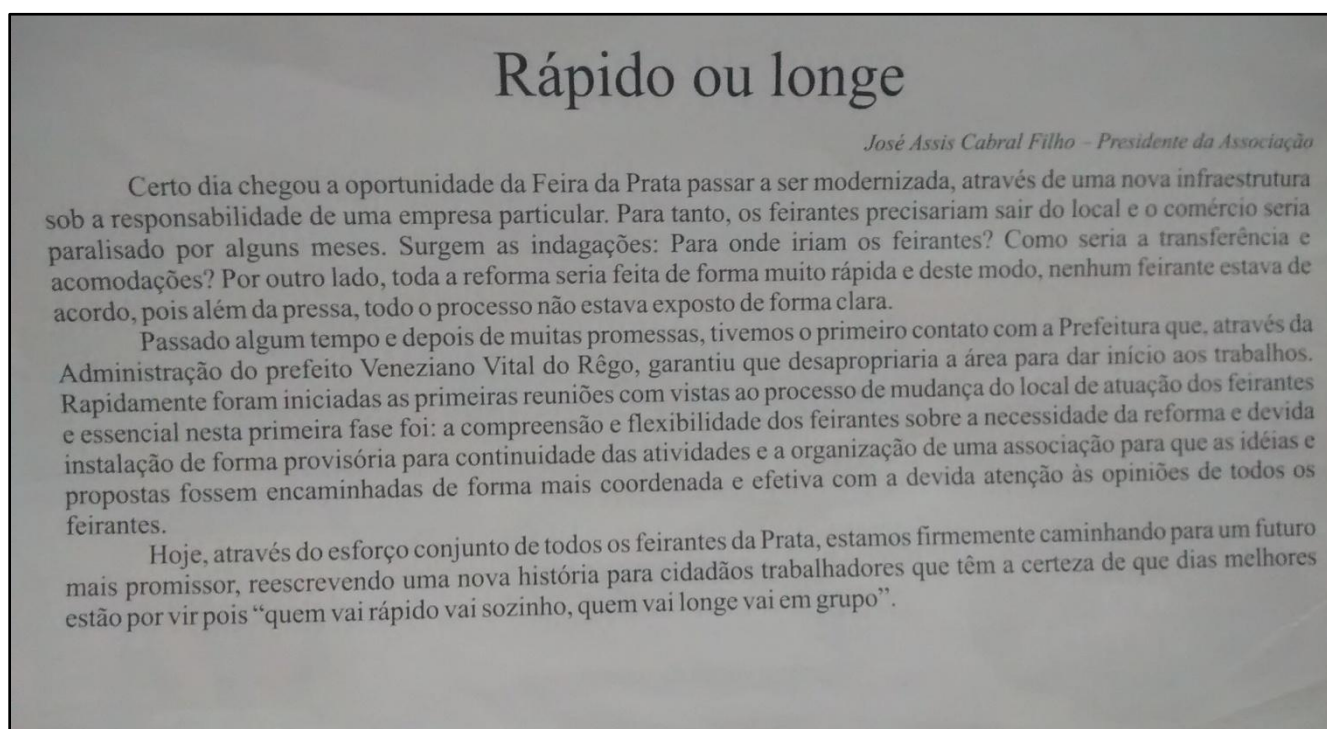
Entendemos, portanto, com base nas proposições, que no projeto de reestruturação da Feira da Prata houve a tentativa de imposição de um tipo de racionalidade estratégica, vinculada aos interesses específicos do poder público, tendo como uma de suas finalidades o ordenamento e a modernização do espaço da feira e a construção de uma “Nova Feira”, em contramão à própria racionalidade já existente, estabelecida em função da necessidade de comercialização dos feirantes e que orienta toda a morfologia da feira, ou seja, a criação de um “espaço concebido” elaborada pelos arquitetos e urbanistas, não correspondendo ao “espaço vivido” dos feirantes.

Tal fato pode ser percebido, uma vez que a reestruturação ocorreu sem a participação efetiva dos feirantes na elaboração do projeto, ratificando-se o caráter autoritário de imposição de uma racionalidade estratégica. Diante desse afastamento dos feirantes no momento de execução do projeto, o feirante 3<sup>68</sup> ressalta que o início da reestruturação foi um momento de muita inquietação e indagação dos feirantes, sobretudo em relação aos inconvenientes que o período de (re)construção traria no tocante às práticas comerciais, ou seja, se os feirantes continuariam comercializando durante a reforma, onde ficariam alocados nesse período, quanto tempo duraria a reforma e se atenderia às necessidades dos mesmos, como seria feita a divisão dos *boxes*, dentre outras questões.

Essa inquietação pode ser percebida na figura 27, a qual apresenta um texto elaborado pela Associação dos Feirantes da Feira da Prata (ASFFEP), veiculado através de informativo e distribuído para os feirantes no período da reestruturação, mais especificamente em novembro de 2007, com o objetivo de esclarecê-los sobre os seus direitos e deveres, como também organizar a categoria frente ao processo de intervenção que estava se estabelecendo.

---

<sup>68</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

**Figura 27:** Texto produzido pelos feirantes sobre a reestruturação

**Fonte:** Informativo da Feira da Prata, novembro de 2007.  
Pesquisa de Campo (2014)

Notamos no texto produzido pela associação dos feirantes, demonstrando na figura 27, as preocupações dos feirantes em torno da falta de clareza do projeto, desenvolvido de forma autoritária e antidemocrática, sem incluir, portanto, a participação e a opinião dos principais afetados, no caso, os feirantes, como também em relação ao modo como as etapas do processo seriam realizadas e quais as consequências sobre a comercialização dos produtos, uma vez que a feira, apesar de ser composta por dimensões culturais, sociais, históricas e políticas é, sobretudo, um local de trocas comerciais com uma morfologia extremamente peculiar e se configura como o único “ganha-pão” de inúmeras famílias. Além disso, observamos as inquietações dos feirantes diante da rapidez com que foram iniciadas as obras, destacando que “[...] toda a reforma seria feita de forma muito rápida e deste modo, nenhum feirante estava de acordo, pois além da pressa, todo o processo não estava exposto de forma clara” (Informativo da Feira da Prata, 2007).

O feirante 3<sup>69</sup> explica também que antes de iniciar a reforma, a Feira da Prata era composta por dois galpões, como pode ser observado na figura 28.

**Figura 28:** Galpões do antigo Mercado da Prata no ano de 2005



**Fonte:** Google Earth (2015)  
Adaptado por Jéssica Camêlo de Lima

E antes de serem derrubados os galpões que anteriormente constituíam o Mercado da Prata, a equipe responsável pelo projeto foi a duas feiras para fazer o levantamento e o cadastramento dos feirantes que possuíam *boxes*, dos que trabalhavam em barracas e também qual o tipo de produto comercializado para posteriormente fazer a redistribuição dos *boxes* e a setorização da feira, sem atentar, no entanto, para todas as formas de sociabilidade e as peculiaridades que estão subjacentes a esse espaço e que orientam o modo de organização da feira. Explica o feirante 3<sup>70</sup>:

Eu era da associação da feira... Eu era o presidente na época... Ai é bem interessante, porque antes de derrubar foi tomado nota de quem tinha, foi notado todo mundo que tinha *boxe*, quem tinha barraca. Fizeram o levantamento [...] Então era um grupo, na associação tinha um grupo. Então o que eu tinha certeza era quem tinha *boxe* fixo, porque aqui tinha quatro galpões. E nesse negócio a dona que era dona daqui já, ai ela tinha de quem pagava aluguel [o cadastro], quer dizer, só tinha *boxe* quem pagava aluguel, quem não pagava não tinha. Ai pronto foi tudo notado! Ela tinha esse cadastro e de banca geral foi

<sup>69</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

<sup>70</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

Aginaldo<sup>71</sup> que tomou nota e a prefeitura também fez esse cadastro na feira aqui durante umas duas feiras, tomando nota de tudo.

Após o período de cadastramento, iniciou-se a relocação dos feirantes para começar efetivamente a reforma na feira. Nesse período, foram construídos *boxes* provisórios na parte que atualmente corresponde ao estacionamento da feira, onde ficaram alocados os feirantes que possuíam *boxes* no Mercado Velho e os feirantes que comercializavam em barracas passaram a vender os seus produtos nas ruas. Nesse momento, a feira se restringiu às ruas Dom Pedro II, Barão Rio Branco e ao estacionamento da atual Feira da Prata, como podemos ver destacado em azul na figura 29.

**Figura 29:** Localização provisória dos feirantes durante a reestruturação



Fonte: Googlemaps.com.br. (Acesso em: 14.05.2015)  
Adaptado por Jéssica Camêlo de Lima

Muitos feirantes relatam que nesse período as vendas decaíram, tendo em vista o espaço muito pequeno para a grande quantidade de feirantes comercializando e também ao grande fluxo de consumidores que costumam frequentar a feira aos domingos, tornando o local pouco espaçoso e desencadeando, portanto, conflitos também entre os próprios consumidores, como podemos visualizar na figura 30.

<sup>71</sup> Ex-administrador da Feira da Prata. Atualmente trabalha como administrador na Feira Central.

**Figura 30:** Movimentação da Feira da Prata aos domingos



**Fonte:** Pesquisa de Campo (2015)  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

Assim, a grande quantidade de pessoas que circulam nesse espaço, associado aos incômodos oriundos da reforma, tornaram o espaço extremamente caótico, como explica a feirante 1<sup>72</sup>

<sup>72</sup> Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2015.

A reforma gerou um caos. [...] Na feira os *boxes* eram aqui e tinha os banquinhos em cima, quando começaram a reforma, aí quebraram aquela parte dos *boxes* pra poder murar lá e colocaram provisoriamente pra cá, aí a feira ficou ali naqueles *boxes*, na Pedro II e na Rio Branco e ficou muito dividida... O miolinho mesmo da feira ficou sem nada. Assim, ficou muito espalhada as coisas... Não era pra ter sido daquele jeito. Acho que quando você vai começar uma reforma você tem que planejar bem como é que vai ficar. Eles fecharam muitas ruas, a feira ficou muito estendida e muita gente deixou de frequentar.

Deste modo, muitas pessoas que costumavam realizar sua feira na Prata acabaram optando por comprar em outras feiras ou supermercados e não retornando após a conclusão das obras, diminuindo, conseqüentemente, o lucro dos feirantes. O feirante 3<sup>73</sup> relata ainda que a demora na conclusão da reforma, prevista para ser realizada no período de um ano e concluída somente após dois anos, totalizando, portanto, três anos de reforma, intensificou os conflitos entre os feirantes e “afastou” ainda mais os consumidores. Sobre esse momento, expõe o feirante 3

Foi um tempo de agonia, visse! Chegaram pra gente e disseram que iam fazer a reforma e nos colocaram ali na Rio Branco. A gente ficava no meio da rua... A gente tem os *boxes*, né? Quem tinha *boxe* ia para os *boxes* e o restante foi pro meio da rua... Disseram que ia ser seis meses ou era um ano e foi três anos a gente na beira da pista ali.

A feirante 1 relata ainda que durante o período do cadastramento muitos feirantes que comercializavam em outros mercados e feiras da cidade e que nunca haviam trabalhado na Feira da Prata, passaram a vender os seus produtos nesta feira aos domingos, com o objetivo de adquirir um *boxe* ou uma banca fixa, gerando uma série de conflitos com aqueles feirantes que já estavam na feira há mais tempo e, conseqüentemente, requeriam mais direitos sobre os *boxes*. Expõe a feirante:

Quando dividiram os *boxes* teve muita gente que nem trabalhava na feira, que a gente nunca tinha nem visto na feira e tinha *boxe*. Como isso se explica? Teve muita gente que se aproveitou dessa reforma e começou a botar uma banquinha com qualquer coisa, começou a vender roupa usada. Botava um banco lá e dizia que já tava na feira pra conseguir um *boxe* e quem já tava na feira, muita gente, ficou sem *boxe*.

---

<sup>73</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

De acordo com os relatos, a divisão dos *boxes* não respeitou o tempo de serviço da maioria dos feirantes, nem considerou também quem pagava aluguel pelo uso dos *boxes* no Mercado Velho, pautando-se apenas em critérios políticos, uma vez que a cidade se encontrava diante de um período eleitoral, como afirma o feirante <sup>74</sup> que há 30 anos trabalha na Feira da Prata, inicialmente ajudando os seus pais e depois adquiriu um *boxe* próprio, passando a comercializar carne.

A divisão foi politicagem, quem era fulano tinha direito, quem não era de fulano não tinha direito. Aqui não foi levado em consideração o tempo de comércio, se você nasceu aqui dentro, teve uma história de vida aqui dentro. Hoje tem um senhor aqui que tem 80 anos de idade, ele viveu aqui dentro, hoje ele não tem um *boxe* aqui, porque ele não era partido que tava no momento, era o outro partido.

Desta maneira, além dos feirantes que não foram contemplados com os *boxes* e, portanto, passaram a vender os seus produtos nas ruas, conforme veremos mais adiante, o feirante <sup>75</sup> ressalta ainda que a quantidade de *boxes* recebidos também não correspondia ao tamanho do espaço ocupado pelos feirantes no Mercado Velho, ou seja, muitos feirantes que antes possuíam vários *boxes* e comercializavam uma grande quantidade de produtos, com a reestruturação foram relocados para um espaço menor e receberam uma quantidade de *boxes* inferior a que possuíam, tendo que reorganizar toda a sua forma de comércio <sup>76</sup>.

[...] eu acho dos que trabalhavam aqui ninguém ficou sem *boxe*. Agora poderia ter pego uma condição bem melhor, ter tido uma estrutura bem melhor, porque feirante era quem já vivia na feira, gente de 60 anos, tem um rapaz aqui que tem 60 anos de feira, começou nessa feira antes dessa feira existir, quer dizer, merecia uma atenção melhor, mas na hora de fatiar pra atender necessidades acabou não recebendo o que deveria.

Após o período do cadastramento e o início das obras, começaram a ser realizadas as reuniões com os feirantes, objetivando discutir sobre a redistribuição dos *boxes* e a localização dos mesmos, tendo em vista a setorização da feira, as novas “regras” relacionadas à conduta dos feirantes que não poderiam mais comercializar nas

<sup>74</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

<sup>75</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

<sup>76</sup> A feira é composta por 112 *boxes*, pertencentes a 86 feirantes. Isso significa dizer que vários feirantes possuem mais de um *boxe* na feira, justamente porque possuíam mais de um *boxe* no Mercado Velho. Além disso, durante a distribuição dos *boxes*, muitos feirantes que só tinham um *boxe* na feira antiga, mas detinham algum conhecimento político, também acabaram adquirindo mais de um *boxe* na “Nova Feira”, havendo, portanto, determinadas concessões de privilégios nesse momento.

ruas no entorno da feira, os locais que seriam autorizados para a descarga dos produtos dos caminhões, assim como os novos hábitos de higiene, a exemplo das aves que não mais poderiam ser abatidas na própria feira, devendo ser comercializadas já no ponto de consumo<sup>77</sup>.

Compreendemos que muito embora o poder público tenha tido a iniciativa de realizar tais reuniões e, com isso, promover um debate “democrático”, envolvendo tanto os feirantes quanto os arquitetos, os objetivos não tiveram sucesso, uma vez que a pauta das discussões, apesar de ser de interesse dos feirantes, foram conduzidas de uma forma complexa e autoritária, além de serem insuficientes para tentar solucionar as problemáticas. Acrescido a isto, as reuniões fluíram de modo muito conflituoso, como evidenciado pelo feirante 3<sup>78</sup> “[nas reuniões teve] muita conversa e a gente não se dava muito bem. A gente confiou em muita coisa que não foi realizada do jeito que a gente planejava”.

Um dos principais motivos de conflitos decorrentes da reestruturação e que se evidenciou nas reuniões diz respeito à localização dos *boxes*. Sobre o tema, Mott (2000, p. 25) explica que os diferentes espaços da feira são valorizados pela administração pública, feirantes e consumidores. Nesse sentido, mesmo no espaço aberto, ou seja, ao ar livre, há valorizações diferentes dos locais, baseando-se em função do maior fluxo de compradores, proximidade do prédio do mercado ou das vias de comunicação, estar mais protegido do sol, como também promover maior visibilidade das mercadorias. Ainda de acordo com Mott (2000, p. 28)

A distinção entre espaços mais nobres e espaços menos nobres, geralmente têm a ver seja com a proximidade do prédio do mercado - este geralmente considerado como o local mais nobre por excelência, refúgio dos raios de sol e da chuva, seja pela maior concentração e circulação de compradores potenciais. Barracas mais próximas do burburinho de transeuntes têm maiores possibilidades de venda.

---

<sup>77</sup>As aves e ovos comercializados na Feira da Prata passaram a ser fornecidos por granjas da Feira Central. Antes da reestruturação, as aves eram comercializadas vivas e abatidas no momento em que o freguês comprava, quando da reestruturação houve a proibição dessa prática e a partir de então os comerciantes passaram a vendê-las já no ponto de consumo, como afirma o feirante 8, em entrevista concedida no dia 28 de fevereiro de 2014, que comercializa aves na Feira da Prata há 5 anos: “[...] vem tudo da Feira Grande. Ela fornece pra nós aqui dentro, todo mundo, porque ninguém aqui pode matar não, a gente matava antes, né?. Ai depois que reformaram não pode matar, ai tem o fornecedor que mata e fornece pra gente”.

<sup>78</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

Nesse contexto, muitos feirantes elucidam que os locais em que se situavam no Mercado Velho favoreciam ao seu comércio, uma vez que possuíam maior visibilidade ao localizar-se próximo às entradas da feira. Dessa forma, o consumidor que acabava de chegar à feira já se deparava com os seus produtos e adquiria naquela barraca. Sendo assim, o deslocamento do *boxe* para outro espaço da feira, sobretudo no “fim da feira”, onde não existem entradas, prejudicou muitos feirantes, os quais relatam que ao adentrar à feira os consumidores priorizam aqueles feirantes que estão próximos aos locais de entrada, como apontado pelo feirante 5<sup>79</sup> que trabalha comercializando carnes há 40 anos na Feira da Prata.

Na realidade, aqui pra nós que tamo (*sic*) nesse canto aqui [o final da feira], a diferença é que o movimento é maior nas entradas. Aqui como não tem entrada, é fim, né? Em todo canto tem quase os mesmos produtos, ai a gente já fica mais menos (*sic*) favorecido.

A feirante 1<sup>80</sup> comenta também que apesar da tentativa de setorização da feira e de promover, conseqüentemente, um ordenamento nesse espaço, congregando aqueles feirantes que comercializam o mesmo tipo de mercadoria em um determinado local e, assim, “facilitar” a pesquisa dos consumidores, a própria dinâmica dos feirantes e a diversidade de produtos com os quais comercializam impôs uma lógica contrária à pretendida pelos arquitetos e que faz parte do fazer do feirante.

[No Mercado Velho] A gente vendia mais. **O pessoal já estava acostumado. Todo mundo já tava acostumado com aquela feira.** Começavam em mim [cereais], passavam pelas frutas, compravam as frutas e verduras, dai iam pros *boxes*, faziam a feira, ai já guardavam as frutas e a feira nos *boxes*, que a gente sempre guarda, quando o cliente diz: “guarda ai que eu vou só pegar um negócio aqui” e a gente já guardava, no caso, as frutas e as feiras, e eles iam pra carne, compravam a carne, voltavam, pegavam as coisas e iam embora. **Agora como tá tudo meio misturado. Não tem assim uma ordem mais pra você começar, até porque a feira agora tem três entradas, eles dividiram em três entradas. Antes era muito aberto. Mas ai já tinham uma entradinha certa, o pessoal já entrava pelas frutas, já descia e já fazia a feira, depois ia embora. Ai agora não, ficou tudo misturado, na parte da carne, o pessoal da carne tem gente que vende frutas, vende verdura, ai tem gente que vende roupa já perto das frutas, já perto da carne e ficou meio, assim, bagunçado.** Perto do *boxe* do meu pai, a ilha<sup>81</sup> que meu pai fica que vende queijo, o *boxe* de trás vende almoço, o *boxe* do lado vende televisão e o outro *boxe* é uma lanchonete, na frente o rapaz vende

<sup>79</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

<sup>80</sup> Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2015.

<sup>81</sup> Cada ilha corresponde ao conjunto de quatro *boxes*.

verdura, do lado é verdura também, aí do outro lado é brinquedo de criança. **Então é, assim, tá uma coisa meio sem lógica, entendeu? Não ficou uma divisão certinha. Que antes mesmo não tendo ninguém organizando, tinha.** (Grifos nossos)

A partir da fala da entrevistada percebemos que os feirantes retornaram à forma de organização anterior à reestruturação, uma vez que os consumidores já estavam habituados com as suas localizações e formas de comercialização no Mercado Velho e, portanto, procuravam comprar com aqueles feirantes “conhecidos”, característica marcante do Circuito Inferior da Economia e que faz parte dessa forma típica de comércio. Sobre essa nova configuração da feira, comenta a consumidora 2<sup>82</sup>.

Com a reforma ficou mais organizado e limpo, porém **a organização não favorece o acesso aos diferentes boxes de forma rápida.** Outro aspecto a ser mencionado é o fato de haver *boxes* fechados durante a semana enquanto alguns comerciantes que abrem todos os dias estão mal alocados em barracas nas partes externas. Não gostei da reforma. **O layout afastou muito os boxes e tornou mais difícil a pesquisa de preços e visualização dos produtos.** Além de molhar tudo quando chove. (Grifo nosso)

A consumidora chama a atenção ainda para a questão de haver vários *boxes* fechados na feira durante a semana, fato relacionado à maioria dos feirantes estarem comercializando na Feira Central durante esse período e só estarem na Feira da Prata aos domingos, como já fora mencionado anteriormente. Consequentemente, observamos que na distribuição dos *boxes* também não foi levado em consideração a disponibilidade ou o interesse dos feirantes em comercializar na Feira da Prata todos os dias, se já possuíam *boxes* na Feira Central ou nos mercados existentes na cidade, assim como também se tinham outra alternativa de renda para além da Feira da Prata. Desse modo, muitos feirantes que estão na Prata todos os dias acabam comercializando em barracas na área externa da feira que, mesmo após a reestruturação, não oferecem boas condições de trabalho em contrapartida à grande quantidade de *boxes* que se encontram fechados ao longo da semana.

---

<sup>82</sup> Consumidora 2, 33 anos, professora. Entrevista concedida em 21 de maio de 2015.

No que diz respeito à setorização da feira, o feirante 3<sup>83</sup> ressalta que após a reestruturação, apenas os *boxes* de estivas e cereais e as bancas de verdura permaneceram setorizadas nos locais determinados.

[...] eles tinham uma ideia de setorizar a feira e setorizado mesmo só ficou verdura, estivas e cereais, que ficou essa fila aqui todinha... Ai pronto, carne era pra ter sido lá naquele canto. Hoje, se você olhar, queijo era pra ser ali no centro, só tem um no centro o resto se espalhou tudinho. Ai quer dizer, a gente ficou no canto que era prometido, mas vamos supor, tinha gente que achava que o melhor lugar da feira era a entrada.

Através das palavras dos feirantes verificamos que para estes a lógica da feira não corresponde necessariamente a um ordenamento ou setorização, ou seja, uma lógica que se diz funcional e se impõe com base na técnica, na “razão”. A lógica da feira está pautada nas relações que são estabelecidas tanto entre os feirantes quanto entre consumidores e feirantes, alicerçada no cotidiano, no *métier* do feirante, nas formas de vender, nas significações que são atribuídas aos espaços da feira. Portanto, a morfologia da feira é estabelecida em função das necessidades de comercialização dos mesmos, como também de “agradar” aos seus consumidores e, ao mesmo tempo, é resultante das diversas formas de sociabilidade que estão circunscritas nesse espaço. Para o feirante 2<sup>84</sup> que trabalha na feira há 6 anos, comercializando frutas

Organizar feira, ninguém organiza. Eles pelem pra organizar a feira. Eles queriam fazer isso aqui logo no começo, você não botar balaio de fruta aqui, tá entendendo? **Mas feira é bagunça, feira é bagunça, e quanto mais bagunça é que o cliente vem, porque tá espalhado tudo.** Eles queriam fazer isso aqui, quem almoçava ai tinha que almoçar por dentro, não botar os tamboretas fora... Quando eles começaram sair, foi mudando, porque aqui muda toda hora, cada qual que dá uma opinião, tá entendendo? (Grifo nosso).

Assim, a racionalidade pretendida pelos arquitetos e embasada em conceitos técnicos e científicos acaba indo na contramão à forma de apropriação do espaço da feira pelos feirantes no processo de realização das suas atividades. Na figura 30 podemos observar a convivência de diferentes atividades e produtos no mesmo espaço, demonstrando a (des)setorização da feira. Nesta, visualizamos um salão de beleza funcionando no *boxe* e, em frente, a comercialização de verduras e de produtos eletrônicos.

<sup>83</sup>Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

<sup>84</sup>Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2014.

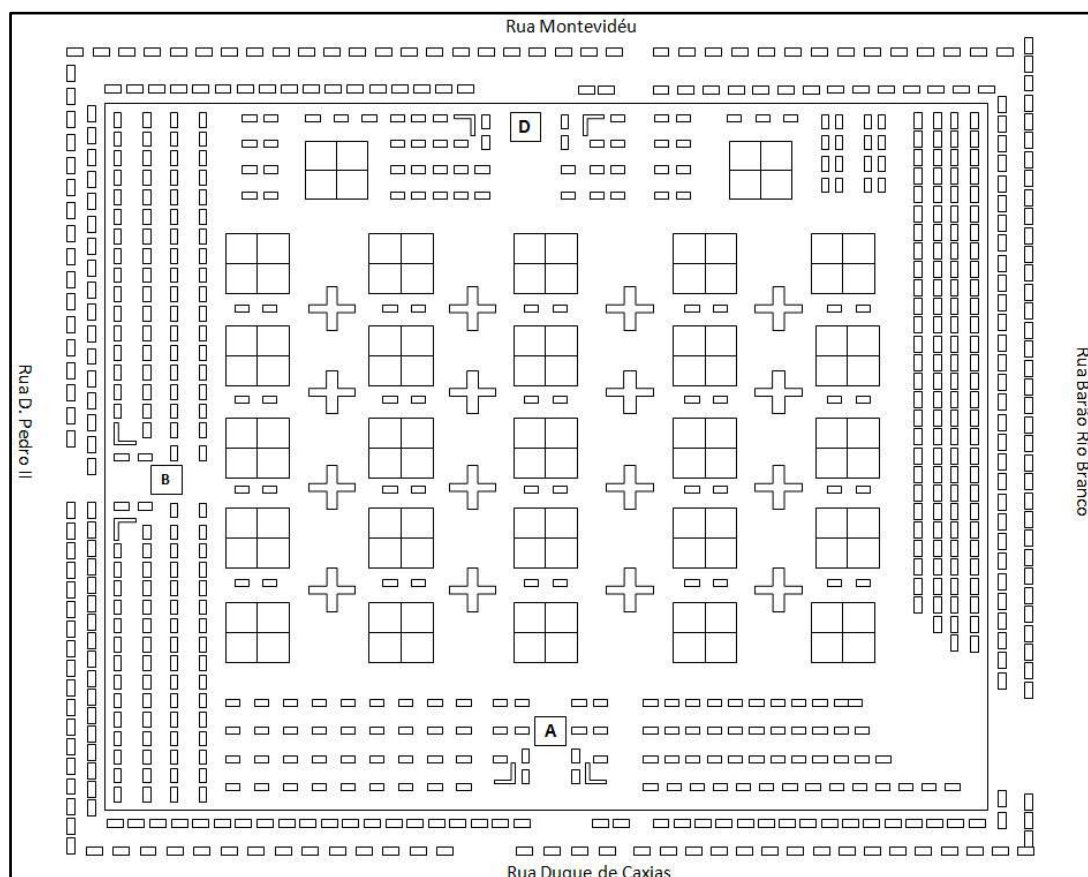
**Figura 31:** (des)setorização da Feira da Prata

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2015)

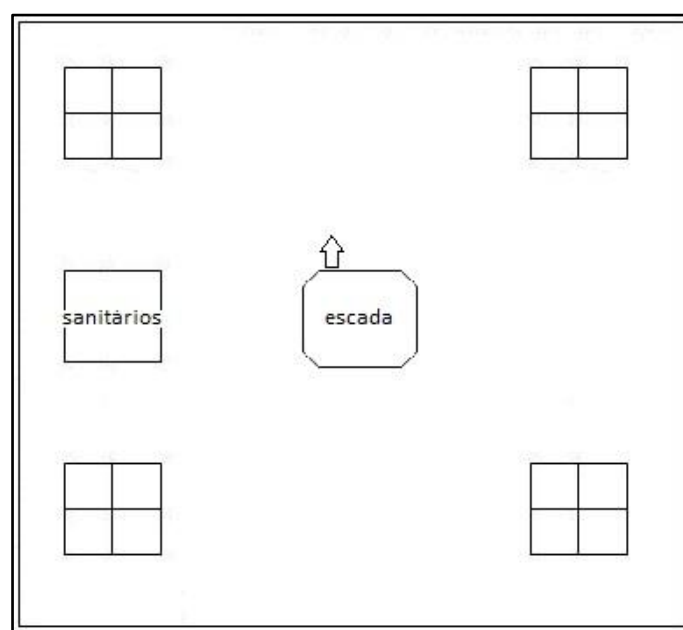
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

O feirante 2<sup>85</sup> ressalta mais uma vez em suas palavras que as relações de sociabilidade e de poder é que são definidoras dos modos de (re)apropriação da feira pelos feirantes, ou seja, padronizar a feira significa também tentar padronizar formas de comportamento, formas de agir, de pensar e de ser. Sendo assim, observamos que embora as formas, no sentido de elementos visíveis, não sejam mais as mesmas, a estrutura tende a se reorganizar com o objetivo de atender a uma função específica. Podemos observar a configuração da feira após a reestruturação na figura 32 que se refere ao pavimento inferior da feira, onde se localizam os *boxes* e as barracas fixas e na figura 33, correspondente ao pavimento superior onde se situam os bares, restaurantes e sanitários da feira.

<sup>85</sup> Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2014.

**Figura 32:** Croqui do pavimento inferior da Feira da Prata após a reestruturação

Fonte: Pesquisa de Campo (2014)  
Elaborado por Jéssica Camêlo de Lima

**Figura 33:** Croqui do pavimento superior da Feira da Prata após a reestruturação

Fonte: Pesquisa de Campo (2014)  
Elaborado por Jéssica Camêlo de Lima

Além do que já foi exposto até então, os feirantes que comercializam nos *boxes* e se encontram no início da feira, explicam que a disposição das barracas fixas, situadas em frente aos *boxes*, como pode ser visto na figura 34, também compromete as vendas, uma vez que dificulta a visualização dos produtos, o trânsito dos fregueses e faz com que muitos consumidores já comprem nas próprias barracas.

**Figura 34:** Barracas e *Boxes* na Feira da Prata



**Fonte:** Pesquisa de Campo (2015)  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

Acrescido aos problemas decorrentes da distribuição dos *boxes* e da setorização da feira, outra questão apontada tanto pelos feirantes quanto pelos consumidores diz respeito à falta de funcionalidade da cobertura metálica que foi construída na feira e que a princípio deveria proteger todos os usuários da feira das intempéries, mas que devido ao seu *design* não cumpre com a sua função inicial, conforme pode ser visto na figura 35.

**Figura 35:** Cobertura da Feira da Prata após a reestruturação no ano de 2015



**Fonte:** Google Earth (2015)  
Adaptado por Jéssica Camêlo de Lima

O *design* da estrutura estabelecido em forma de “V”,<sup>86</sup> não abarca a quantidade de feirantes e também não os protege do sol e da chuva, uma vez que possui uma série de aberturas laterais, as quais deixam muitos feirantes ainda expostos às intempéries, sem cumprir, portanto, com o objetivo inicial de proteção. Desse modo, configura-se muito mais como uma “forma simbólica espacial” (CÔRREA, 2007), refletindo determinadas estruturas de poder no espaço, do que necessariamente apresenta algum tipo de funcionalidade para os usuários da feira. Somado a isso, tal estrutura desencadeou ainda um conflito entre os feirantes que trabalham no espaço coberto com aqueles que comercializam ao ar livre, na medida em que os fregueses preferem comprar com os primeiros, conforme foi explicitado pela consumidora 3<sup>87</sup>.

Achei a reforma boa, mas a feira está ficando pequena pra quantidade de feirantes. A estrutura tem que ficar maior pra caber todos os feirantes. Prefiro comprar com os feirantes de dentro da feira porque é mais cômodo, você está mais protegida do sol e da chuva.

Entendemos, com isso, que o projeto de reestruturação da Feira da Prata, trajado de política pública, não apresentou funcionalidade para os feirantes, acarretando, inclusive, em diversos conflitos, os quais decorrem da produção de um “espaço concebido”, ou seja, de um planejamento autoritário pautado na “visão de sobrevôo” (SOUZA, 2007) e não de um olhar sobre o cotidiano, a vivência, as sociabilidades, as

<sup>86</sup> Os simbolismos presentes no processo de reestruturação são abordados no capítulo 3.

<sup>87</sup> Consumidora 3, 61 anos, aposentada. Entrevista concedida em 04 de maio de 2015.

nuances que estão presentes na feira e que caracterizam esse espaço, expressando-se no âmbito de “vivido”.

Compreendemos que a reestruturação também trouxe avanços, sobretudo, no que diz respeito aos hábitos de higiene da feira, no entanto, tal processo configurou-se muito mais como uma forma de materializar determinadas estruturas de poder no espaço, do que necessariamente uma política voltada ao bem estar dos feirantes, resguardando as características da feira e respeitando o modo de organização e a vivência dos feirantes, afetando, até mesmo, na obtenção do lucro, como afirma a feirante 1<sup>88</sup>

Apesar da desorganização, eu acho que ela era melhor [a feira antiga]. Assim, a gente, em termos de comércio, ela era mais comercial, porque vendia mais. Hoje depois da reforma, não! Ela ficou muito, assim, ficou uma obra muito bonita, a gente não pode negar que ficou uma obra muito, assim, aparentemente, muito bem feita, mas, em compensação, ela afastou os clientes da feira, eu acho que ela era melhor quando era a feira antiga.

Diante à insatisfação explicitada na fala dos feirantes, observamos o retorno às práticas e a forma de organização anterior à reestruturação, uma vez que estas permitem que a feira mesmo diante de outros locais de consumo continue subsistindo, enquanto local de comércio, de tradições, de cultura, enquanto instituição histórica. Nesse sentido, a inserção de novas formas não produziu uma “Nova Feira”, mesmo que a Feira da Prata a partir de então apresente uma “roupagem” distinta, na medida em que os feirantes continuam fundamentando o seu trabalho nas relações de sociabilidade, ainda que a maneira de se apropriar do espaço seja diferente. Percebemos, portanto, que o espaço carrega um sentido no qual está inscrito a intencionalidade política de sua ação.

---

<sup>88</sup> Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2015.

### 3.2. TÁTICAS, ESTRATÉGIAS E O FAZER COTIDIANO DOS FEIRANTES

Conforme apontado anteriormente, a reestruturação desenvolvida na Feira da Prata ocorreu de modo autoritário, desconsiderando a organização dos feirantes em torno do espaço pré-existente e a dinâmica própria desses locais estabelecida em função do “fazer dos feirantes”<sup>89</sup>. Diante desse cenário, com o objetivo de adequar as suas necessidades cotidianas a essa “Nova Feira” e as intervenções propostas pelos arquitetos, os feirantes passaram a desenvolver “táticas”, no sentido descrito por Certeau (2009), que permitissem uma articulação entre o modo como trabalham e comercializam os seus produtos com a ordem estabelecida a partir de então pela Prefeitura, como a tentativa de setorização da feira e os hábitos de higiene. Dessa forma, tomaremos como pressupostos uma leitura certauniana<sup>90</sup> tendo como base os conceitos de “táticas” e “estratégias”.

Nesse sentido, o autor cunhou de forma binária os termos “estratégia” e “tática”, conceitos antagônicos, porém inter-relacionados, para designar determinadas dimensões práticas da vida cotidiana, tendo como objetivo examinar as “maneiras de fazer”, ou seja, “as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (CERTEAU, 2009, p.41), utilizadas pela população para “burlar” os objetos utilitários e o planejamento urbano autoritário em seu cotidiano, criando e recriando rituais, linguagens e formas de modo a adequá-los as suas necessidades específicas.

Por “estratégia” pressupõe-se um “lugar do poder e do querer próprios” (CERTEAU, 2009, p.45), entendido como

[...] o cálculo das relações de forças que se tornam possíveis a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas

<sup>89</sup> Entendemos por “fazer do feirante” todas as práticas desenvolvidas por estes no seu cotidiano e que estão relacionadas ao seu universo de trabalho, desde a sua organização espacial, as táticas de barganha e as relações interpessoais estabelecidas entre feirantes e consumidores.

<sup>90</sup> Michel de Certeau, nascido em 1925 na França, foi um historiador e teólogo que produziu obras voltadas ao estudo da mística e do pensamento religioso dos séculos XVI e XVII, além de transitar pelos campos da psicanálise, filosofia e ciências sociais. No campo da História, definiu uma nova abordagem acerca da escrita do texto histórico em que problematiza o processo da operação historiográfica. Nesse contexto, os pressupostos teóricos do referido autor ganharam destaque a partir dos conceitos de “táticas” e “estratégias”, referências no estudo acerca das relações cotidianas, através dos quais é possível compreender como se processam as complexas relações envolvendo homens, mulheres e agentes de poder no que diz respeito às formas de apropriações do espaço.

relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Entendemos que o autor concebe a estratégia como algo que “vem de cima”, que é imposto para os demais, sem participação efetiva das camadas populares. A estratégia tem como objetivo criar lugares de acordo com modelos abstratos e sob a forma de uma ação que visa um espaço tecnocraticamente construído, situa-se, portanto, no campo da exterioridade, correspondendo a uma relação de forças empreendida por um sujeito detentor de poder e configurando-se como algo planejado e racionalizado “estrategicamente”. Tal questão fica exemplificada na fala do feirante <sup>91</sup> quando questionado sobre a participação dos feirantes na elaboração do projeto.

[...] o projeto que eles tinham que fazer primeiro era com a gente e apresentar a Caixa. Ai fizeram o contrário, apresentaram a caixa e já deram a gente assim. A gente não pôde opinar, pôde brigar depois, mas opinar, não!

É notável na fala que os feirantes foram submetidos a uma estratégia ou uma lógica pré-definida, representada, nesse caso, pelo interesse do poder público. Assim sendo, as estratégias são ações que graças ao postulado de um “lugar de poder” que é conferido a um indivíduo ou a um grupo, idealizam lugares e são capazes de promover sistemas e discursos totalizantes visando “produzir”, “mapear” e “impor” normas ao comportamento dos indivíduos. Josgrilberg (2005, p. 38) aponta que

As estratégias têm por objetivo a organização de um espaço que é estável, onde o tempo é controlado; elas apontam para a ficção de controle do objeto da história ou das práticas da vida cotidiana. As estratégias dependem de um poder para sustentar tais situações.

No entanto, demonstrando sua utilização no campo geopolítico e ideológico, como a construção das identidades nacionais, Certeau (2009) mostra que a estratégia tem como foco a uniformização de seus ideais, mas que nem sempre esta é atendida pelos cidadãos, pois estes não estão à parte dos acontecimentos externos, nem muito menos são sujeitos sem vontades, uma espécie de “tabula rasa” onde podem ser inscritos os acontecimentos e vontades de uma elite dominante, seja ela no campo econômico, cultural ou intelectual.

---

<sup>91</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014.

Em contrapartida às “estratégias” impostas pelos grupos dominantes, o homem comum ou “ordinário”, estabelece suas “táticas”, entendida pelo autor como a ação cotidiana do cidadão comum que ao longo do seu dia a dia, utiliza a “estratégia” em seu proveito, sem, entretanto, modificar a ordem proposta pela mesma, ou seja, utiliza as brechas do sistema para barganhar melhorias no seu cotidiano, contudo, sem que haja uma ruptura ou modificação brusca na ordem estabelecida. Assim, define Certeau (2009, p.45)

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com o próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”.

As táticas correspondem, portanto, às ações “desviacionistas” adotadas pelo homem comum em oposição às “estratégias”. Resultam da capacidade inventiva e das “astúcias” destes, sendo caracterizada pela ausência de poder e relacionando-se à interioridade. É entendida como a “arte do fraco” que se utiliza de manobras para reinventar o cotidiano. Portanto, as “táticas” são tecidas em redes de ações reais, são estabelecidas pelos “dominados” que “astuciosamente” jogam com as “ocasiões”. Nessa perspectiva, as estratégias situam-se no campo do “concebido” enquanto as táticas no campo do “vivido”.

Certeau (2009) afirma ainda que a utilização das “táticas” se torna uma arma do “fraco” ou “dominado” contra o “forte” ou “dominador”, quando evidencia que há nesse sutil jogo uma relação de forças em que o fraco não pode modificar a ordem vigente imposta pela estratégia dominante, mas também o indivíduo não é um sujeito passivo, que recebe e utiliza as ordens “exatamente como são” transmitidas pela estratégia, ao contrário, tal recepção é burlada diariamente, sem que a estratégia possa organizar uma “reação”, uma vez que tais ações são quase imperceptíveis.

Nesse contexto, Certeau (2009, p.95) afirma que o sujeito através das “astúcias diárias”

Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite, sem dúvida, mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante.

Consequentemente, o autor evidencia que o processo de recepção da estratégia pelo grupo dominado é “burlado”, tendo seu objetivo original alterado mediante a necessidade imediata deste grupo. Para o autor, “os conhecimentos e as simbologias impostas são objeto de manipulações pelos praticantes que não seus fabricantes.” (CERTEAU, 2009, p.89). Sendo assim, o referido historiador demonstra a importância do sujeito, enquanto participante ativo, através do sutil processo de utilização das “táticas” para burlar a estratégia dominante. Tomando como base o exposto até então, a partir de nossa pesquisa de campo conseguimos identificar o surgimento de diversas “táticas” criadas pelos feirantes para adequarem-se ao espaço da “Nova Feira” e são a estas que dedicaremos às próximas linhas.

Umas das principais “táticas” utilizadas pelos feirantes está relacionada ao retorno à rua como local de comércio, seja pelo fato de não terem conseguido um espaço “dentro da feira” para comercializar quando se deu a distribuição dos *boxes* e das bancas após a reestruturação ou por acreditarem que o comércio na rua atrai mais clientes, uma vez que se constitui como um espaço característico de comercialização nas feiras livres, como aponta o feirante 3<sup>92</sup> em sua fala quando questionado sobre os problemas existentes na feira após a reestruturação.

[...] a parte interna da feira eu não sei se conseguiria mudar muita coisa, sabe? Agora na parte externa se não tiver cuidado rapidamente essas ruas aqui vai acabar virando uma feira fora da feira, novamente, como era. De vez em quando eles vêm, dão uma organizada, mas feirante volta pro meio da rua, porque ele gosta de rua.

Mascarenhas (1991, p.24) ao estudar a feira carioca na grande cidade capitalista explica que ao se constituir como uma reunião periódica de mercadores que expõem suas mercadorias na via pública, os feirantes dependem da concessão da municipalidade para temporariamente se apropriar dos logradouros, consequentemente, existe uma

---

<sup>92</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014

dimensão política de territorialidade em relação direta com o poder governamental. Dessa forma,

O feirante não é proprietário da fração do espaço que utiliza, ao contrário do comércio tradicional. Ele apenas adquire, em caráter precário, o direito de usufruir daquele espaço em dias da semana e horários preestabelecidos pelo poder público, para expor determinados produtos segundo regras também pré-determinadas. Isto significa que a feira livre depende inteiramente da vontade política municipal, pois ela não apenas determina o local e condições de funcionamento, mas também pode remanejar ou mesmo extinguir feiras livres, já que a ela cabe a gestão da via pública.

Encontramos nessa questão dois focos de conflitos, o primeiro diz respeito à tentativa por parte da administração em retirar os feirantes da rua, desobstruindo as vias de acesso à feira e a resistência dos mesmos frente a esse processo e o segundo entre os próprios feirantes, na medida em que aqueles que estão “dentro da feira” explicam que os fregueses comprem com os que estão “fora da feira” devido à facilidade na acessibilidade, sobretudo aos domingos, e, portanto, prejudicam a comercialização dos que estão “dentro”.

Observamos, portanto, que a tentativa de imposição de uma racionalidade externa à própria racionalidade da feira, suscitou uma contra-racionalidade, quer dizer, com o intuito de produzir uma “ordem”, o poder público criou uma aparente “desordem”, desencadeando a produção de uma nova territorialidade adjacente ao espaço da feira, ocupada por um outro grupo de feirantes, aqueles que não foram contemplados com os *boxes*, mas que continuam realizando no mesmo local suas atividades comerciais para subsistência, e que convivem conflituosamente uns com os outros. Dessa forma, uma vez que ficaram à margem desse processo os feirantes passaram a se utilizar de diferentes “táticas” contrariando a ordem vigente para permanecer no local e continuar comercializando os seus produtos.

Nesse sentido, percebemos que a rua muito mais do que um espaço comercial nos dias de feira, configura-se como um espaço de conquista para os feirantes que permite aos mesmos não somente sobreviver, mas também possibilita a interação social entre os diversos personagens que circulam nestes locais. Respeitar esta dinâmica é, portanto, compreender e resguardar a forma de organização que historicamente caracteriza as feiras livres.

Ainda relacionado aos locais de comercialização, observamos também alguns feirantes comercializando seus produtos no “chão” da feira, sejam frutas ou outros tipos

de produtos do gênero alimentício, assim como produtos manufaturados, contrariando as regras relacionadas à higiene estabelecidas pelo poder público que impedem a comercialização dessa maneira, como pode ser visualizado nas figuras 36 e 37.

**Figura 36:** Comercialização de abacaxi no “chão” da feira



**Fonte:** Pesquisa de campo (2015)  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

**Figura 37:** Comercialização de bijuterias e roupas no “chão” da feira



**Fonte:** Pesquisa de campo (2015)  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

Uma outra “tática” estabelecida pelos feirantes diz respeito a alterações nos boxes devido ao tamanho que foram construídos e que muitos feirantes consideraram

pequeno para a quantidade de mercadorias que comercializam, principalmente aqueles que trabalham no estilo “mercadinho”, vendendo mercadorias diversificadas. Nesse sentido, muitos deles entraram em conflito com o poder público no momento de realização da reestruturação, objetivando ampliar a metragem dos *boxes*, no entanto, não houve acordo, uma vez que o projeto já estava estabelecido. Para exemplificar essa questão, destacamos uma fala ainda do feirante 3<sup>93</sup>

[...] o contratado foi que a gente desocupasse as nossas áreas, que fosse ali pra beira da pista, né? Com o tempo eles foram construindo e a gente foi vendo que a construção em si não era do jeito que a gente queria, né? Esse *boxe* aqui eu recebi de 3, porque teve muita briga, mas era pra eu ter recebido um de 4. Eles deram tudo dividido. Como era que eu ia comercializar com essa mercadoria, um pouquinho aqui, um pouquinho ali?

O feirante 3 refere-se em sua fala às “ilhas” que foram construídas na feira e que são compostas pelos *boxes*. Cada ilha é formada por 4 *boxes* divididos entre si por paredes. Dessa forma, mesmo aqueles feirantes que receberam uma ilha completa, portanto, 4 *boxes* ou, como no caso do feirante 3, 3 *boxes* em uma mesma ilha, lidavam no seu cotidiano com o problema da existência dessas paredes que fazia com que a mercadoria ficasse distribuída e inviabilizasse alguns aspectos do trabalho na feira, como pode ser visto na figura 38.

**Figura 38:** Ilha originalmente construída na Feira da Prata



**Fonte:** Administração da Feira da Prata (2014)

<sup>93</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014

Nessa perspectiva, Ferrara (1988, p. 23) explica que

[...] o projeto de uma praça ou de uma habitação pode ser o porta-voz de uma escala de valores culturais, estéticos, econômicos e sociais de seus emissores urbanistas e arquitetos. Entretanto, o uso denuncia, descontraída e diariamente, a própria contradição por vezes existente entre aquela escala de valores e a dos usuários. Daí o uso paródico, carnavalesco, emergência de um índice que denuncia aquela ideologia que se propõe determinar respostas e condutas sociais.

Para “driblar” essa problemática, mesmo sem a concessão do poder público, os feirantes retiraram as paredes existentes entre os *boxes* de modo a facilitar a exposição dos produtos e a comercialização dos mesmos, com a ampliação do espaço nos *boxes*, como pode ser visualizado na figura 39. Tal fato é explicado ainda pelo feirante 3<sup>94</sup>

Ai com muita briga, né? A gente ainda passou uns dois meses negociando. Ai a autorização pra tirar a parede do meio não teve, porque não deixavam de jeito nenhum. Quase tudo assim, todo mundo recebeu todo dividido.

**Figura 39:** Ilha da Feira da Prata com alterações na estrutura



**Fonte:** Pesquisa de campo (2014)  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

<sup>94</sup> Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2014

É interessante notar ainda na figura 39 a denominação de “supermercado” atribuída ao *boxe* e que é percebida em muitos locais na feira. Essa característica está associada à autopercepção dos feirantes que durante as entrevistas realizadas transitavam por uma definição ambígua entre “feirante” e “comerciante”. Dessa forma, ao relatarem as mudanças decorrentes da reestruturação os mesmos se definiam como “comerciantes” e quando a temática abordada dizia respeito à questão das tradições inerentes à feira os mesmos se autodenominavam de “feirantes” ou até mesmo utilizavam os dois termos como sinônimos.

Percebemos que a denominação “supermercado” é utilizada, sobretudo, para designar aqueles locais de comércio dentro da feira e, especificamente os *boxes*, que são mais diversificados e revendem produtos oriundos do Circuito Superior da Economia (SANTOS, 2008), como é o caso do feirante 3 na figura 39 que intitula o seu espaço de venda de “Supermercado Livre”. Estes se identificam como “comerciantes” apesar de se autodenominarem “feirantes” quando a ênfase é colocada não no tipo de produto, mas nas relações que são estabelecidas com os fregueses. Já aqueles que trabalham com um único tipo de produto proveniente da produção regional e comercializam nas bancas geralmente se definem apenas como “feirantes”.

Tais exemplos demonstram o caráter de não passividade presente nos feirantes e que está relacionado ao seu poder de criatividade diante da “estratégia” vigente. Nesse sentido, apesar do projeto apresentado aos feirantes pela PMCG, não levar em consideração as necessidades e motivações daqueles, a fala e as ações dos mesmos evidenciam que estes não se contentaram em aceitar passivamente as incumbências da reforma, demonstrando que, como eles vivem aquela realidade, não existe, ou pelo menos não deveria existir, outra forma de conhecer as necessidades básicas dos feirantes do que consultando os mesmos.

Além das “táticas” relacionadas à questão estrutural, identificamos também a adoção de novas formas de venda e práticas no cotidiano dos feirantes com o objetivo de adequarem-se à concorrência e as comodidades exigidas pelos fregueses. Nesse caso, ressaltamos duas, a prática da “entrega em domicílio” e utilização de cartões de crédito como forma de pagamento, utilizadas, inclusive, como forma de publicidade pelos feirantes. Esta característica pode ser observada na figura 40.

**Figura 40:** “Táticas” de publicidade utilizadas pelos feirantes



**Fonte:** Informativo da Feira da Prata  
Pesquisa de Campo (2014)

As observações feitas durante a pesquisa de campo e os depoimentos anteriormente expostos podem ser também explicados a partir do entendimento de Araújo (2011, p. 7), a qual afirma que diante do processo de globalização e da emergência dos novos locais de consumo, a exemplo dos supermercados que concorrem mais diretamente com as feiras, é notoriamente impossível que estes locais se mantenham no decurso do tempo sem quaisquer alterações, seja em sua estrutura física, forma de organização ou nas “táticas” de vendas utilizadas pelos feirantes, adaptando-se em função da dinâmica de mercado. Na Feira da Prata, observamos que uma das “táticas” estabelecidas pelos feirantes diz respeito à diversificação na forma de pagamento, mas também a incorporação de novos tipos de produtos anteriormente não encontrados nas feiras livres e que vêm sendo inseridos nesses espaços devido à demanda da sociedade contemporânea.

Assim, em relação à Feira da Prata, destacamos a inserção do ramo de confecções, sobretudo os brechós que vêm se popularizando e adquirindo cada vez mais espaço, contando com a presença de mais de 10 bancas e também 1 *boxe* especializado nesse setor, assim como a venda de produtos “imitando” grandes marcas de relógios e perfumes, como pode ser visto nas figuras 41 e 42.

**Figura 41:** Inserção do ramo de confecções na feira



**Fonte:** Pesquisa de Campo (2015)  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

**Figura 42:** Vendas de produtos “imitação” na feira



**Fonte:** Pesquisa de Campo (2015)  
Foto: Jéssica Camêlo de Lima

Araújo (2011, p.321) chama a atenção para o fato de que

[...] as feiras, para se manterem vivas e para continuarem a existir, sempre se adequaram à dinâmica do mercado. Apesar de se transformarem, resignificando sua “roupagem”, as feiras não perderam sua originalidade, no que diz respeito às suas características essenciais, como a diversidade de mercadorias expostas, o valor monetário atribuído, a qualidade dos produtos, o convívio social entre seus personagens, e principalmente as artes e os ofícios do saber fazer de seus feirantes, diante da comercialização e valorização que dão aos seus artigos no ato da venda.

Dessa forma, entendemos que as “maneiras de fazer” ou “artes de fazer” propostas por Certeau (2009), situadas no conflituoso jogo de forças entre as “estratégias” e “táticas”, estão presentes na feira através das formas de apropriação do espaço recriadas pelas vivências e necessidades cotidianas dos feirantes por meio de suas “astúcias”. Notamos, portanto, que no seu cotidiano os feirantes passaram a se utilizar de diversas “táticas” a exemplo das aqui citadas com o objetivo de adequar a sua forma de trabalho a este “espaço concebido”, resultante de um planejamento racionalista estabelecido mediante conceitos técnico-científicos e desconsiderando as especificidades que permeiam o trabalho dos feirantes.

### 3.3. A REESTRUTURAÇÃO COMO MATERIALIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO

Devemos também investigar o papel da textualidade e da intertextualidade no debate sobre discursos e na disputa sobre o significado das paisagens. Esses debates e disputas, que podem se fundamentar em interesses materiais reais, frequentemente desempenham um papel significativo no processo político. (DUNCAN, 2004, p.122)

Comumente os processos de intervenções urbanísticas costumam ser analisados somente a partir da sua materialidade, destacando-se os agentes que o “produzem”, assim como as estratégias adotadas na (re)apropriação dos espaços decorrentes das alterações nas formas e às vezes nas funções dos lugares ou objetos urbanos. No entanto, para além da dimensão funcional/estrutural e também da dimensão patrimonial, como apontado anteriormente, a dimensão simbólica configura-se em uma importante face destes processos, uma vez que fornece visibilidade a determinados aspectos da espacialidade humana e contribui para a compreensão dos processos articuladores da produção do espaço urbano e das intencionalidades que subjazem a determinados tipos de “políticas” e ações que permeiam a cidade (HIERNAUX, 2012). Sobre essa questão, Santos (2009, p. 83) explica que

[...] as cidades testemunham um processo de produção considerado como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno, processo marcado de “intencionalidade”. Essa evolução de intencionalidades cria os processos urbanos, marca o trabalho, as formas de ganhar a vida, as relações sociais e as configurações que se deixam apreender pela visão, a paisagem. O espaço da cidade é o confronto desse conjunto de intencionalidades.

Diante disto, observamos que todos os processos que estão articulados na produção do espaço urbano são perpassados por intencionalidades e representam em sua grande maioria o interesse de grupos específicos atendendo a dinâmica capitalista contemporânea. Muitos desses processos se evidenciam através da paisagem que permite, portanto, penetrar e apreender o sentido das transformações na cidade atual, suas características, desempenhando um papel relevante na teia de significados urbanos.

Logo, há uma relação entre o modo como as formas se apresentam visualmente e a finalidade com que as mesmas são concebidas, desencadeando significados diversos que são estabelecidos a partir das múltiplas maneiras de se apropriar do espaço em que

“[...] os significados são, em realidade, o complemento às categorias processo e forma”, como Côrrea (2011b, p.15) destaca. Desse modo, os projetos urbanos que se superpõem na concretude do tecido urbano subordinam-se a uma lógica específica que está atrelada a construção da “imagem da cidade”.

A relação estabelecida entre a “cidade real”, a sua materialidade, bem como as relações existentes, e a “cidade imaginária”, ou seja, a percepção que é feita da mesma pelos cidadãos, transmutadas por processos de intencionalidades, constitui a “imagem da cidade”, compreendida como o conjunto dos elementos naturais e construídos que fazem parte do marco visual dos cidadãos em inter-relação com os usos e costumes dos seus habitantes. A criação da imagem da cidade se dá não somente a partir do que o cidadão vê, mas também de como ele interpreta e organiza mentalmente o visível, tendo como pressupostos o caminhar e o integra-se à cidade, razão pela qual se tem imagens diferentes entre si com a mesma realidade exterior (LYNCH, 1982).

Ferrara (2000, p. 129-157) explica que a imagem da cidade é construída sobre a dualidade forma/função que se expressa por meio de uma série de objetos relacionais e se apresenta com um objetivo utilitariamente fixado. Nesse sentido, ao tentar compreender a natureza urbana, somos levados ao entendimento apenas do caráter formal presente nessas configurações, identificando-a como marca do poder político institucionalmente reconhecido em que “[...] não raro, a imagem urbana é um pretexto para a união entre a competência técnica e o poder público a fim de criarem a tessitura de um só discurso autoritário”, processo que se ratifica através das práticas de reestruturação.

A imagem da cidade, ou seja, a sua configuração visual e mental apreendida por meio da paisagem, é resultante desse conjunto de intencionalidades que se evidenciam nos campos político, econômico e social e são responsáveis não somente pela estruturação da morfologia urbana, mas também pelo cotidiano dos cidadãos, relacionando-se não apenas ao que a cidade é, ao “visível”, mas vinculando-se também ao que não é, ao que poderia ou deveria ser, ao “imaginário”. Souza (2011) explica que o imaginário, “fundamento do próprio Social”, remete à criação de significações e é com base nisto que se dá a produção de sentido. Consequentemente, é através da reprodução de significações por meio de discursos mais ou menos coerentes, que se articulam identidades, justificam-se escolhas e ações.

Souza (2011, p.160) ressalta ainda que essas significações imaginárias

[...] – participam dos processos de organização simbólico-discursiva da realidade social (ou melhor, sócio-espacial); elas nos envolvem, influenciam nossas reações no cotidiano e modelam o senso comum, ao mesmo tempo em que se acham imersas no cotidiano e no senso comum. As representações são um campo de disputa simbólica, e as “significações imaginárias sociais que, tão amiúde, nelas se acham reificadas ou diluídas, são, simultaneamente, também as “armas” simbólico-discursivas dessas contendidas”.

Portanto, na medida em que o imaginário necessita de uma realidade concreta de referência, o espaço passa a fazer parte desse imaginário, uma vez que ele é capaz de acrescentar ou modificar significados, estruturando as ações que se aí se desenvolvem. Nesse sentido, a relação entre o imaginário e a formação de paisagens se dá quando de uma apropriação seletiva de determinados espaços pelos agentes produtores do espaço, seleção esta realizada a partir de critérios que atendam a objetivos específicos.

Em vista disto, o estudo dos processos existentes nas cidades, perpassa por uma compreensão acerca dos fundamentos imaginários da sociedade, tendo em conta que os valores simbólicos e estéticos são um produto social e supõem, portanto, diferentes interesses e escolhas políticas que se projetam no espaço. Nesse contexto, Pesavento (2012, p. 32) salienta que “as cidades são percebidas, utilizadas e avaliadas através de conceitos imaginários” e que

Para além do tempo material, que deixa marcas concretas no espaço construído e na vida social, a cidade é uma construção temporal sensível, repleta de símbolos e de significações que regulam o nosso comportamento e a nossa apreciação, que guiam o nosso olhar. A cidade na qual vivemos, também em suas dimensões materiais e sociais, é construída pelo imaginário.

Consequentemente, refletir sobre a lógica de realização das intervenções urbanísticas exige também uma incursão acerca da apropriação desses processos pelo poder público no sentido de perpetuar-se na cidade enquanto forma de poder, mesmo que no campo simbólico, e pressupõe entendê-las inseridas em um contexto mais amplo, o da produção do espaço urbano, da construção da imagem da cidade e do imaginário em torno desses processos. Supõe entender também que a cidade não é dada ou posta, mas que se produz e se transforma à medida que é pensada e vivenciada, tornando-se um espaço onde múltiplos significados se entrecruzam.

Nessa conjuntura, a paisagem torna-se um suporte institucional, por meio da qual é possível demonstrar a eficiência e a permanência do poder público e em que o observador, no caso o usuário da cidade, vai assimilando e reproduzindo mediante o discurso as intenções que estão por trás das ações. Nas palavras de Ferrara (2000, p.28)

Institucionalizada, a imagem corresponde à assinatura do poder público sobre a cidade e, coletiva, garante a estabilidade desse poder que se acredita eficiente porque permanece. A imagem da cidade garante a permanência e, nela, a eficiência. Nesse sentido, a imagem é o retrato daquele imaginário do poder que usa a cidade como resposta do seu devaneio. A ideologia da imagem urbana está na assinatura dos poderes público e técnico e é apreendida à medida que se circunscrevem seus limites e justificativas.

Sendo assim, a construção de monumentos, prédios, obeliscos, *shoppings* ou demais símbolos no espaço urbano, bem como as reestruturações ou “requalificações” dos espaços públicos e dos locais considerados como “patrimônios”, representam muito mais do que a inserção de um novo elemento no tecido urbano ou a adequação de um já existente, apresentando um caráter funcional ou trazendo consigo “ares de modernidade”, relacionados à elaboração da imagem da cidade, significam a tentativa de permanência de estruturas de poder ou grupos políticos na memória coletiva e no imaginário da cidade, atendendo a intencionalidades específicas que são trazidas à tona por meio de elementos da paisagem.

Vários exemplos seguindo essa lógica de associações entre estruturas de poder e monumentalidades ou reestruturações que se reproduzem no campo do discurso podem ser vistas em Campina Grande. Assim é comum escutar expressões como “a feira de Veneziano” ou “o viaduto de Cássio”, contribuindo para a permanência mesmo que simbólica de determinados grupos políticos no imaginário urbano a partir de elementos concretos da paisagem urbana.

Portanto, como afirma Côrrea (2007, p.13) “[...] mais do que uma estátua ou memorial, um prédio apresenta uma flexibilidade que permite uma refuncionalização simbólica. Um prédio pode, assim, tornar-se um meio útil para uma política de significados” e aqui estendemos essa concepção não somente aos prédios no sentido denotativo da palavra, mas a todos os tipos de intervenções que são efetivadas no âmbito da cidade.

Logo, pela percepção coletiva da imagem que é produzida na/da cidade, tendo como pressupostos a introdução de elementos na paisagem urbana, a exemplo das

produções arquitetônicas resultantes das intervenções, ensina-se a identificar o poder que organiza a cidade e dela se utiliza para perpetuar-se. Sendo assim, os projetos urbanísticos tornam-se elementos de ressignificação da cidade e apresentam muito mais do que um sentido meramente “raso”, “visual”, “funcional” ou “superficial”, são expressões de relações de poder e de ideologias específicas. Corrêa (2007, p. 14) chama a atenção ainda para o fato de que

O futuro constitui-se em objeto de profunda preocupação por parte daqueles que detêm poder, interessados em reproduzir aquelas condições que garantam a continuidade do poder que desfrutam, e daqueles que se empenham em construir um futuro diferente do presente. O futuro é, assim, marcado por uma tensão entre permanência e mudança.

Diante deste cenário, a produção institucional de significantes urbanos através dos processos de reestruturação, ou seja, a criação de simbologias de identificação, com a elaboração de projetos arquitetônicos, mesmo sem funcionalidade para os usuários da cidade ou dos espaços alterados, mas que façam menção a estruturas de poder em seu *design* ou que se perpetuem no espaço, dando projeção e “eternizando”, sobretudo no imaginário urbano, tais estruturas de poder, tem sido um recurso bastante utilizado pelo poder público nas intervenções urbanísticas e que tem sua materialidade associada à imagem da cidade, como salienta Ferrara (2000, p.129) “[...] a percepção da imagem urbana supõe uma concreta base material sobre a qual é gerada a tensão/produção de aspectos imateriais, talvez ilusórios, mas cada vez mais representativos da cidade”.

Nessa conjuntura, destacamos que a feira é um espaço propício à criação de signos e significados devido ao grande fluxo de pessoas que constantemente circulam nesse espaço e pela relevância que possuem em muitas localidades. Deste modo, observamos que a reestruturação da Feira da Prata também está inserida nos processos acima descritos, apresentando-se se como um recurso utilizado pelo poder público para legitimar o seu poder no espaço e tornando-se argumento para uma política que se diz “eficiente” porque se “concretiza” espacialmente no campo visual dos cidadãos, despertando nestes a sensação de que ações foram “feitas” e “realizadas”, buscando permanecer no imaginário urbano mesmo que de forma simbólica. Com isso, a forma tanto no sentido material quanto de execução é pensada e elaborada não com a finalidade de atender a uma função, mas no sentido de produzir significados.

Tal fato fora evidenciado nas falas dos feirantes ao abordar a questão, por exemplo, da cobertura metálica que foi colocada na feira para atender a necessidade de

proteção dos feirantes. Esta devido ao seu *design* não cumpre com a finalidade pretendida pelos feirantes, na medida em que não protege todo o espaço da feira, deixando “brechas” que, sobretudo nos dias de chuva, provocam inconvenientes aos feirantes e consumidores, como pode ser visto na figura 43, mas corresponde, no entanto, ao objetivo do grupo político responsável pelo projeto que através dessa reestruturação tornou “legítima” e “concreta” o papel de gestor do espaço que cabe ao Estado, afirmando determinadas relações de poder, fato já discutido anteriormente.

**Figura 43:** Simbologias na Feira da Prata



Fonte: [www.clickpb.com.br](http://www.clickpb.com.br) (Acesso em 29.04.2015)

Nesse sentido, algumas transformações no espaço da feira poderiam passar despercebidas por um olhar “desatento” que, dentre tantas hipóteses, julgaria que a forma com que a cobertura e as colunas de sustentação inseridas na feira foram concebidas, por exemplo, estão lá desprovidas de qualquer significado para além do estrutural, sendo parte integrante do projeto inicial. Todavia, percebem-se nestas as marcas deixadas pela gestão pública, como a simbologia do “V” em referência ao lema<sup>95</sup> do então prefeito que governava a cidade nesse momento e que foi responsável pela consecução da obra, como pode ser visto na figura 44, demonstrando o poder também no campo simbólico que tais projetos representam. Ferrara (1988, p. 42)

<sup>95</sup> O *slogan* de campanha utilizado pelo prefeito da época, Veneziano Vital, era “agora eu quero ver um V em cada esquina, V de Veneziano para prefeito de Campina”.

evidencia que “o discurso urbano se dispersa na morfologia urbana: na paisagem, nos edifícios, nas ruas e praças e no próprio usuário como agenciador do ambiente enquanto sistema de comunicação”.

**Figura 44:** Vista aérea da Feira da Prata



**Fonte:** Google Earth (2015)  
Adaptado por Jéssica Camêlo de Lima

Dessa forma, através da construção de projetos arquitetônicos<sup>96</sup> que se materializam no espaço e são resultantes dos processos de intervenção, os quais vêm se tornando cada vez mais evidentes nas cidades, as reestruturações transformam-se em veículos de transmissão e (re)afirmação de determinadas estruturas de poder, conforme já evidenciamos. Isso significa dizer que tais processos configuram-se em “vitrines” de atuação do poder público ao mesmo tempo em que garantem a sua permanência no imaginário urbano, constituindo-se em uma forma de “poder simbólico”, entendido como o “poder invisível que pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não

---

<sup>96</sup>Ferrara (2000, p. 155) explica que há uma diferenciação entre a utilização dos termos “arquitetura” da cidade e “projetos arquitetônicos”, empregados algumas vezes de maneira indistinta. Desse modo, o primeiro compreende a forma de pensar e projetar a “organização” do espaço, ou seja, é a linguagem. Já os projetos arquitetônicos são a representação espacial da arquitetura, articulam-se no espaço bidimensional, tendo o seu signo como desenho. São ideologicamente marcados no tempo e estão associados a estruturas de poder, valores culturais e modos de pensar e conceber a cidade.

querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2006, p.8).

Bourdieu (2006, p. 14-15) define “o poder simbólico em um sentido de relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, [...] isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença” e ainda afirma que este poder é uma forma transformada, ou seja, legitimada, de outras formas de poder, portanto, os símbolos funcionam como instrumentos de integração social e enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação eles tornam possível a compreensão do mundo social, além de contribuir muitas vezes para a reprodução da própria ordem social. Nesse sentido, a produção simbólica, sobretudo no que diz respeito à cidade, está associada à legitimação de estruturas de poder.

Posto isto, Bourdieu (2011) explica que os sistemas simbólicos possuem uma organização própria e ao mesmo tempo sofrem determinações por parte das condições de existência política e econômica, contribuindo de forma singular para a reprodução e a transformação da estrutura social. O referido autor ressalta ainda que a função social desempenhada pelos sistemas simbólicos tende a se transformar também em função política, uma vez que está fundada na lógica de ordenação do mundo que pressupõe a legitimação de diferenças e tem como substrato o espaço.

Observamos que o espaço além de suas formações meramente concretas é construído por meio de “referentes ideológicos”, compreendidos de acordo com Berdoulay (2012, p. 113-114) como

[...] reservatório de ideias fundamentais, um conjunto de representações (crenças, valores, pressuposições, atitudes, sensibilidades) que o indivíduo utiliza para justificar ou guiar suas condutas, especialmente diante de situações particulares. [Ou seja] os referentes ideológicos entram na composição de sistemas de significação e ação que se manifestam na dinâmica da paisagem.

Depreendemos, com isso, que a produção de símbolos possui uma dupla função: política e ideológica. Política na medida em que é construída dentro de uma conjuntura específica estando submetidos invariavelmente a motivações e ações humanas particulares e que representam os interesses de uma classe hegemônica; e ideológica, uma vez que estão carregados de intencionalidades que tornam possível a espacialização de uma determinada forma de pensar a cidade, resultantes de uma lógica pautada nas intenções daqueles que a conceberam e que se expressam no âmbito do “concebido”, ou

seja, a cidade, assim como a sua imagem, é construída sobre a tensão entre o simbólico e o funcional.

Souza (2006, p. 515) explica que uma vez sendo realizados e idealizados por pessoas, o planejamento do espaço, nas suas mais diversas faces, incluindo-se os projetos de intervenções urbanísticas, assim como a gestão do espaço, possuem uma dimensão intencional, representando os interesses de grupos específicos que almejam não somente alterar o “espaço”, mas também todo o conteúdo nele existente.

[...] o planejamento e a gestão do espaço são realizados por parte de homens almejando alterar não só o “espaço” em si, como todo o conteúdo nele carregado, interferindo também nas relações sociais que sobre esse mesmo espaço se estabelecem – o que se dá através das intervenções no espaço, seja por meio da alteração do substrato, das malhas territoriais ou das imagens de lugares. Idealizado e realizado por e a partir de pessoas, um projeto nunca é vazio de intencionalidades.

Desse modo, a apropriação que é feita da imagem da cidade pelos cidadãos ocorre no plano da experiência concreta e cotidiana da vida, relaciona-se ao espaço “vivido”, campo em que se chocam relações de forças geradas por significações e simbolismos, permeadas, conseqüentemente, por estratégias que visam à manutenção da ordem estabelecida e que são produzidas no âmbito do “concebido”. Logo, “passar ao largo desse conflito e superá-lo exige o conhecimento dos princípios que sustentam a eficácia própria dos símbolos e destarte lhes conferem um poder externo, quer dizer, político” (BOURDIEU, 2011, p. 11).

Observamos ainda que a apropriação da paisagem pelo poder público, transformando-a em suporte para a materialização de suas ações com o objetivo de promover a sua legitimação e perpetuação no espaço, assim como ocorreu com a reestruturação da Feira da Prata, faz parte da elaboração do que Leib (2002 *apud* CÔRREA, 2007, p.11) denominou de uma “Iconografia política da paisagem”, onde as construções, monumentos e intervenções urbanísticas constituem os elementos centrais dessa produção iconográfica, as quais refletem por meio de representações as contradições e conflitos imanentes à sociedade.

Essa produção iconográfica se materializa através da construção de “formas simbólicas”. Côrrea (2011b, p. 7-14) explica que os “processos” e “formas” estão imersos em significações que são criadas pelos homens com o intuito de dar sentido às diversas esferas da vida. Em decorrência disto, é possível denominar os símbolos

espaciais e os locais envoltos por significações de “formas simbólicas”, as quais se constituem em

[...] representações da realidade, resultantes do complexo processo pelo qual os significados são produzidos e comunicados entre pessoas de um mesmo grupo cultural [...]. As formas simbólicas, materiais ou não, constituem signos construídos a partir da relação entre formas, os significantes, e os conceitos, os significados<sup>97</sup>. As formas simbólicas, no entanto, são sujeitas a interpretações distintas, caracterizando-se por uma instabilidade de significados, por uma polivocalidade.

As “formas simbólicas” são representações resultantes de uma conexão entre significados e linguagem. Os significados, contudo, são construídos e reconstruídos pelos diversos grupos sociais e não construídos direta e imediatamente. (CÔRREA, 2011b, p. 15) Enquanto representações da realidade, podendo resultar de uma intervenção ou surgir espontaneamente, tais formas adquirem uma grande significação paisagística, tornando-se, muitas vezes, essenciais para a decodificação de lugares, territórios, espaços e processos no âmbito da cidade, na medida em que “a cidade não é um dado, mas um processo contextual onde tudo é signo” (FERRARA, 1986, p. 120). Ferrara (1988, p.45) complementa afirmando que

O ambiente urbano é um complexo de signos: os *formais* (a própria forma do objeto construído), os *linguísticos* (nome das ruas), os de *propaganda* (cartazes), os *indicadores de direção*, os *estéticos* (os materiais empregados, as características estilísticas de fachadas, jardins, iluminação etc.), os *contextuais* (a situação urbana em que se localiza), e os *signos usuários* (a especificidade dos comportamentos humanos tomados com signo) [...]. Por esta razão, não se pode falar em um signo arquitetônico ou urbano, mas apenas nomear um sistema de signos arquitetônico ou urbano que se caracteriza pelas relações objetivas simbólicas que explicam a concepção institucionalizada para qualquer espaço arquitetônico ou urbano (Grifos do autor).

As “formas simbólicas” representam concepções institucionalizadas e são socialmente produzidas estando imersas na vida política em suas múltiplas escalas, configurando-se em um “importante veículo por meio do qual o futuro pode ter a sua concepção comunicada, aprovada ou contestada” e estabelecendo-se enquanto “mecanismos regulatórios de informações que controlam significados” (CÔRREA,

<sup>97</sup> O *signo* designa todo meio de representação mental de um objeto, ideia ou desejo a fim de torná-los transmissíveis sob a forma de mensagem. Constitui-se na relação entre o significado e o significante, em que o *significante* é a representação sonora do objeto, a palavra que o define e o *significado* a representação mental, ou seja, a imagem que é construída mentalmente com base no significante, os quais em conjunto produzem uma *significância*, um sentido que é formulado mediante os valores culturais e particulares de cada sociedade.

2011b, p.14). Nesse sentido, as “formas simbólicas” constituem-se em representações sociais, sendo portadoras de um sentido político e fazendo parte da “iconografia política da paisagem” (LEIB, 2002 *apud* CÔRREA, 2007).

Côrrea (2011b) ressalta ainda que as “formas simbólicas” são constituídas por elementos *fixos* e *fluxos*, atributos que lhe conferem uma espacialidade e as tornam, portanto, elementos geográficos. O autor evidencia ainda que as relações entre essas formas e o espaço são complexas, configurando-se em uma via de mão dupla, uma vez que estas se realizam enquanto tais ao incorporar elementos já conferidos aos lugares e concomitantemente os lugares beneficiam-se da presença dessas formas. Em vista disso, as “formas simbólicas” são dotadas de uma localização absoluta, relativa e relacional. Dessa forma, Côrrea (2011b, p.9) explica que

Uma forma simbólica tem uma **localização absoluta**, um sítio onde ocorreu um dado evento considerado significativo ou que se deseja transformar em local de celebração, contestação ou memorialização, por apresentar um potencial positivo para este fim. As formas simbólicas, por outro lado, têm uma **localização relativa**, associada à visibilidade, mas, sobretudo, à acessibilidade face a toda a cidade ou espaço regional ou nacional. Esta acessibilidade é um dos meios mais importantes para que as formas simbólicas possam transmitir as mensagens que delas se espera. Finalmente, as formas simbólicas apresentam uma **localização relacional**, isto é, são localizadas em relação a outras formas simbólicas que denotam interesses divergentes: a localização delas enfatiza um conjunto de valores que é referenciado a um dado espaço, ao qual opõe-se outro espaço. (Grifos nossos).

Com base nisto, entendemos que a reestruturação da Feira da Prata insere-se também nesse campo de elaboração de uma “Iconografia política da cidade”, assim como se constitui atualmente enquanto “forma simbólica” concebida politicamente, estando associada à ideia de poder e possuindo os atributos acima descritos. Dessa forma, caracteriza-se após a reestruturação como um local de memorialização de estruturas de poder e até mesmo de demonstração de superioridade de determinado grupo político em relação a outros no que diz respeito à execução de políticas públicas; apresenta acessibilidade e visibilidade se constituindo como um importante veículo de transmissão de ideologias, além de configurar-se como uma construção social tendo, conseqüentemente, uma nítida conotação política, fato já discutido ao longo do texto.

Acrescido à Feira da Prata, podemos destacar como elementos da “Iconografia política da paisagem” de Campina Grande, o “Parque do Povo”, inaugurado em 14 de

maio de 1986 na gestão do então prefeito Ronaldo Cunha Lima; O “terminal de integração”, inaugurado em 2008 também na gestão do prefeito Veneziano Vital do Rêgo, localizado no largo do Açude Novo; e o “viaduto Elpídio de Almeida”, inaugurado no ano de 2007, na gestão do então governador Cássio Cunha Lima. Nesse sentido, além de serem elementos representativos dessa apropriação da paisagem pelo poder público no sentido de se perpetuarem no imaginário urbano, essas intervenções tornam-se exemplos emblemáticos dos jogos políticos que permeiam a cidade, uma vez que resultam de políticas efetivadas pelos dois principais grupos políticos adversários existentes na cidade, em que de uma lado se situa Cássio Cunha Lima (PSDB) e do outro Veneziano Vital do Rêgo (PMDB).

Côrrea (2011b) chama a atenção para o fato de que as “formas simbólicas” que fazem parte dessa “Iconografia Política” são concebidas segundo os seus idealizadores para atender uma das seguintes finalidades:

- I - Glorificar o passado, evidenciando determinados aspectos julgados como relevantes para o presente e que devem ser perpetuados no futuro;
- II- Reconstruir o passado, atribuindo-lhe novas significações;
- III- Perpassar valores específicos de um grupo como se fossem de todos. Neste caso, estão envolvidas fortes relações de poder;
- IV- Afirmar a identidade de grupos religiosos, étnicos, raciais ou sociais;
- V- Imprimir na paisagem “ares de modernidade”, anunciando que o futuro já chegou;
- VI- Criar “lugares de memória”.

Diante disto, entendemos que as “formas simbólicas” enquanto expressões espaciais possuem uma dupla conotação. Em primeiro lugar, a carga simbólica desses locais pode ser determinada por instâncias dominantes de poder, de modo que o seu sentido se orienta a partir de um referencial político-ideológico e, em segundo lugar, o significado simbólico de um determinado espaço pode ser socialmente elaborado pela própria sociedade, sendo o resultado de uma construção social que opera entre aqueles que utilizam e se relacionam com este espaço. Assim, Côrrea (2011b, p.11) salienta que

As formas simbólicas espaciais constituem importantes elementos no processo de criação e manutenção da identidade, seja étnica, racial, social, religiosa ou nacional, seja ainda a identidade de um lugar. Constituem elas geo-símbolos, marcas identitárias que individualizam uma certa porção do espaço ou um grupo humano.

Tais formas geográficas são reveladoras, portanto, da espacialidade existente nas organizações sócio-políticas, articulando-se a uma finalidade específica e apresentando-se como materializações de processos históricos e sociais. São produtos da interação de múltiplas variáveis estando imbuídas de uma finalidade-conteúdo, relacionadas diretamente ao movimento de transformação da sociedade e da realização da vida, reforçando interesses políticos e econômicos. Nessa perspectiva, Moraes (1996, p. 16) ressalta que

[...] por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores e interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias.

Diante do exposto, observamos que as feiras livres para além da sua função enquanto locais de compra e venda, tem se constituído como espaços de conflitos e objeto de interesse entre os diferentes agentes responsáveis pela produção do espaço urbano atualmente. Nesse sentido, as políticas de reestruturação dirigidas pelo Estado com o objetivo de “resguardar” estes locais tornam-se evidências do complexo embate de interesses e valores que permeia o espaço geográfico sob o comando do sistema capitalista. Sendo assim, de um lado podemos perceber os feirantes que buscam através dessas políticas soluções para os problemas infraestruturais que muitas vezes inviabilizam a consecução de suas tarefas cotidianas e do outro, o poder público, que se apropria dessas políticas para manter-se no imaginário urbano a partir da ressignificação destes locais e da sua transformação em “formas simbólicas” materializadas na paisagem urbana.

Assim, apesar da aparente simplicidade que pode ser atribuída aos processos de reestruturação urbanística, entendendo-os apenas como meras políticas de modernização da cidade ou atribuição de novas formas e funções a espaços até então “degradados” ou “esquecidos” dotados de alguma significação para a sociedade, ressaltamos que estas intervenções apresentam um caráter extremamente complexo, uma vez que não podem ser compreendidas como políticas isoladas desprovidas de intencionalidades políticas e econômicas, devendo ser analisadas à luz dos contextos em que estão situadas e sendo notável o caráter também simbólico e político existente nesses processos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feiras livres e mercados configuram-se como fenômenos presentes no mundo inteiro, assumindo funções e características diferenciadas em conformidade com as necessidades da população dos locais onde estão situadas. Por essa razão têm se constituído como objeto de interesse e curiosidade de muitos pesquisadores vinculados aos mais diversos campos do saber, Sociologia, Antropologia, História, Geografia, entre outros. Mediante isto, os estudos produzidos geralmente enfatizam os aspectos culturais existentes nas feiras livres, como a figura dos cordelistas, repentistas e artesãos, as táticas de venda, as formas de publicidade, os produtos “inusitados” que são comercializados, ou seja, todas as “artes de fazer” (CERTEAU, 2009) que permeiam o cotidiano dos feirantes e que tornam estes espaços únicos em relação aos outros locais de consumo existentes na cidade moderna.

Além disso, observamos ainda que os trabalhos realizados a partir da feira enquanto objeto de estudo buscam versar sobre a relação destas com a estruturação das cidades e do comércio local, o papel desempenhado por estes espaços no circuito da produção agrícola regional, como também sua relevância na economia e na geração de empregos em muitos municípios, sobretudo no interior Nordeste. Ademais analisam a inserção das feiras ao meio técnico-científico-informacional, as práticas de sociabilidade estabelecidas entre aqueles que circulam na feira, quer seja feirantes ou consumidores, assim como as permanências e mudanças que são incorporadas à feira livre na contemporaneidade.

A parte de todas essas características que fazem parte das feiras e que se ratificam no cotidiano dos feirantes, percebemos atualmente a emergência de políticas públicas e outras ações do Estado, efetivadas em muitos municípios<sup>98</sup>, e direcionadas ao espaço das feiras que tem como escopo a necessidade de reestruturação desses locais que são consideradas no imaginário coletivo, geralmente, como ambientes de “desordem”, “tumulto”, falta de “higiene”, “pobreza”, dentre outras concepções, em oposição ao seu caráter “singular”, “tradicional”, “histórico” e “representativo” que às tornam um fenômeno expressivo e resistente no espaço urbano.

---

<sup>98</sup> Podemos destacar como exemplos mais expressivos as reestruturações da feira de São Cristovão, no Rio de Janeiro (RJ) e da Feira de Caruaru, em Caruaru (PE), além de outras mais, não somente no Brasil, como também em outros países.

Assim, para o poder público municipal a informalidade presente na feira afeta à saúde, o tráfego de pessoas e automóveis nos “dias de feira”, evoca a violência e a marginalidade, bem como perturba a “paz” e a “tranquilidade” dos moradores dos bairros em que estão localizadas, uma vez que impõem uma racionalidade “incomum” ao uso da rua e dos espaços públicos periodicamente. Mas, para o feirante, a feira é liberdade, afetividade, conciliação, meio de vida, coletividade e festa.

Somado a isso, a feira é entendida, muitas vezes, como uma reminiscência de “atraso” no tecido urbano, frente ao progresso vislumbrado por várias cidades, destoando das paisagens tecnificadas, artificializadas e verticalizadas que estão cada vez mais presentes nos centros urbanos, e contrastando, portanto, com o modo de vida apregoadado e difundido na sociedade moderna que, conduzido pelo grande capital, leva as pessoas a consumirem em redes de supermercados, concorrente direto das feiras livres.

Nesse contexto, nossa pesquisa pautou-se na análise sobre a reestruturação espacial realizada na Feira da Prata no período que compreende os anos 2005 a 2015, tendo como objetivo compreender as implicações socioeconômicas e socioespaciais decorrentes desse processo no cotidiano dos feirantes e dos usuários da feira, atentando para as intencionalidades inerentes às ações que são desenvolvidas pelo poder público e que estão presentes também nas políticas direcionadas à manutenção, preservação ou patrimonialização das feiras livres.

Para tanto, partimos primeiramente de uma análise sobre o Bairro da Prata, objetivando contextualizar a nossa pesquisa e perceber como a Feira da Prata está incorporada ao bairro. Nesse sentido, destacamos alguns dos seus “lugares de memória”, ou seja, aqueles locais que possuem uma representação e uma significação histórica dentro do bairro e na cidade, sendo fundamentais no processo de consolidação da Prata, a exemplo do Colégio Estadual da Prata e da Igreja do Rosário, e aqui inserimos também a Feira da Prata como um “lugar de memória” no Bairro da Prata. Além disso, abordamos as transformações do bairro, caracterizado inicialmente como local de moradia da elite campinense e hoje considerado como uma “área de coesão” especializada no setor médico-hospitalar voltado, sobretudo, para uma população de alto poder aquisitivo e, diante disto, traçamos um panorama sobre os principais fatores que corroboraram para tal fato.

Com base nisso, percebemos que a Feira da Prata possui uma relação de complementaridade com as clínicas e centros médicos localizados no Bairro da Prata, uma vez que funciona como centro fornecedor de alimentação e demais produtos, tanto para os funcionários quanto para os clientes das clínicas médicas, devido à sua proximidade com esses estabelecimentos e fácil acessibilidade, o que contribui, portanto, para uma boa relação de convivência entre os feirantes e as clínicas que não se sentem prejudicadas com a movimentação ou a existência de uma feira no bairro, sendo clientes e feirantes, mutuamente beneficiados.

Já no segundo capítulo, direcionamos o nosso olhar ao espaço pretérito da Feira da Prata, trazendo à tona às problemáticas existentes no “Mercado Velho” que se constituíam em pauta de reivindicação dos feirantes para com o poder público no sentido de melhorar as suas condições de trabalho e, sobretudo, agradar aos seus fregueses. Inferimos que, em geral, as reformas e melhorias que eram reivindicadas, partiam não somente do interesse ou do incômodo pessoal dos feirantes com os problemas vivenciados, mas sim da reclamação por parte dos fregueses que se sentiam insatisfeitos com as condições estruturais da feira, o que se deve em grande parte à falta de compreensão sobre a organização da feira e, portanto, despertavam nos feirantes o desejo de melhor atendê-los.

No terceiro capítulo tratamos especificamente da reestruturação da Feira da Prata e da tentativa de construção de uma “Nova Feira”, entendendo que esse processo foi efetivado de forma antidemocrática e eivado de autoritarismo. A partir de nossas investigações observamos que as concepções que alicerçaram o projeto de reestruturação basearam-se numa postura técnico-científica, racionalista e funcionalista inerente aos arquitetos e planejadores urbanistas no que diz respeito à sua forma de conceber a cidade e as intervenções urbanísticas, deixando de lado as características típicas da feira e do cotidiano dos feirantes que orienta a sua morfologia.

Dessa forma, entendemos que a produção de um “espaço concebido”, caracterizado pelas transformações estruturais da feira, como a substituição das tradicionais bancas pelos *boxes*, a inserção de uma cobertura metálica sobre a feira, o estabelecimento de um estacionamento para os clientes, a impermeabilização do solo, a construção de sanitários, dentre outras intervenções, e pelas transformações de caráter organizacional, como a setorização dos tipos de produtos comercializados e as alterações nas práticas de higiene não correspondem ao “espaço vivido” dos feirantes, desencadeando a emergência de conflitos, “táticas” e territorialidades que se

contrapõem ao projeto original e que promoveram um retorno à forma de organização anterior à reestruturação.

Além disso, destacamos também que a reestruturação da Feira da Prata, assim como outros projetos de intervenção urbanística estão vinculados à criação de uma “Iconografia Política” da cidade (LEIB, 2002), ou seja, a necessidade de perpetuação de determinados grupos políticos no imaginário social e na paisagem urbana a partir da construção de projetos arquitetônicos, os quais funcionam como “vitrines” de atuação do poder público. Nesse sentido, observamos que grande parte dos projetos arquitetônicos são perpassados por simbolismos que se remetem a específicos grupos de poder. Isso significa dizer que o poder público utiliza esses projetos acima de tudo como artifício para se promover político e socialmente.

É notável, portanto, que essas reformas ou reestruturações urbanísticas são desenvolvidas em meio a uma conflituosa relação de forças, atributo inerente ao modo de produção capitalista, em que de um lado situam-se os detentores do poder e do outro os grupos submetidos aos “poderosos”, no caso da Feira da Prata, poder público *versus* feirantes. Porém, a intensidade desse conflito é ampliada no espaço da feira, na medida em que nessa realidade tem-se um agravante, para muitas famílias a feira configura-se como o único “ganho pão” e qualquer intervenção pode significar uma diminuição nos lucros e evidentemente na renda da família. No entanto, mesmo diante da tentativa de imposição de outra racionalidade, observamos uma resistência por parte dos feirantes a determinadas imposições e que o principal elemento utilizado por estes para se adequarem ao novo espaço foi a sua capacidade de “criatividade”.

Assim, mesmo com a grande concorrência provocada e incentivada pelo modo capitalista de produção, cuja prioridade são as tecnologias e o grande conhecimento científico, as feiras ainda continuam persistindo em muitas cidades e, sobretudo, no interior nordestino, com a sua aparente simplicidade, mesmo que tenham passado por projetos de reestruturação. Apesar de todas as transformações que estas vêm sofrendo, na tentativa de torná-las adequadas ao padrão atual de consumo, ainda continuam sendo lugares de reprodução da “tradição”, de “expressões”, da “transmissão de valores” e dos mais diversos aprendizados, porém, sem perder de foco o seu objetivo principal, a compra e venda de mercadorias.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicolau. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABREU, Mauricio de Almeida. A apropriação do território no Brasil Colonial. In: Fridman F. e Haesbaert R. (Org.). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo, Contexto, 2011.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2. ed. João Pessoa: EDUEPB, 1978.

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

APOLINÁRIO, Otávia Karla dos Santos. **Urbanização e mudanças na paisagem do bairro da prata na cidade de campina grande-PB**: Uma análise de sua forma, função e estrutura. 2009. 43f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região**: Tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925). 2001. 468f. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. Seduções do moderno na parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. 2. ed. João Pessoa: Idéia, 2005, p. 79-132.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização**: Um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007). 2011. 698f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Minho, Lisboa e Universidade Federal da Bahia, Salvador.

AZEVEDO, André Nunes de. **A reforma pereira passos**: uma tentativa de integração urbana. Rio de Janeiro: Revista RJ, 2003.

BARROS, José de Assunção. **Cidade e História**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In: DEL BRENNA; ROSSO, G. (Org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**: Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985, p.599-611.

BERDOULAY, Vincent. *Sujeto y acción en la geografía cultural: el cambio sin concluir*. In: **Boletín de la A.G.E.** Num. 34, 2002, p. 51-61. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/des carga/articulo/660032.pdf>. Acesso em: 12.06.2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII - O jogo das trocas**. vol. 2. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história**. Campina Grande: UFCG, 2009.

CÂMARA, Epaminondas. **Alicerces de Campina Grande**. 2. ed. Campina Grande: Edições Caravelas, 1999.

CAPISTRANO, Daniele Leite; Germano, P. M. L; Germano, M. I. S. Feiras livres do município de São Paulo sob o ponto de vista legislativo e sanitário. In: **Revista Higiene Alimentar**. São Paulo, n.116/117, jan./fev., 2004.

CARDOSO, C.A.A; MAIA, D. S. **A feira de campina grande: Onde se encontra o moderno e o tradicional**. In: Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, julho de 2010.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Campina Grande e sua função como capital regional. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 4, ano xxv, p.03-09, out./dez., 1963.

CASARIL, Carlos Casseiro. **Meio século de verticalização urbana em Londrina-PR e sua distribuição espacial: 1950-2000**. 2008. 266f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CAVALCANTI, Silêde L. O. Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros: a passagem de Campina Patriarcal a Campina Burguesa. In: GURJÃO E. de Q. (Org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: SEC, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. **História Cultural - Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Gilvando Rodrigues. **Análise socioeconômica e cultural da feira livre do município de Remígio-PB**. 2011. 105f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, Campina Grande.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. In: **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro, v.9, n. 17, p.07-11, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

\_\_\_\_\_. Organização do Espaço: dimensões, processo, forma e significado. In: **Revista Geografia**. Rio Claro, v.36, p.07-16, jan., 2011b (Número Especial).

COSTA, Antônio Albuquerque da. **Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional: A feira de Campina Grande na interface desse processo**. 2003. 245f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

COSTA, Leonardo Barboza da. **Estruturação da cidade de Campina Grande: as estratégias e intencionalidades do mercado imobiliário**. 2013. 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

CUNHA, Maria da Conceição F. da. **Rua Maciel Pinheiro: Cenário de sonhos, utopias, desejos e realidades**. Campina Grande: PMCG, 1994.

DANTAS, Geovany P. G. Feiras no Nordeste. In: **Mercator - Revista de Geografia da UFC**. Ceará, v. 7, n.13, p.87-101, 2008.

DEL RIO, Vicente. **Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro**. 1991. (Tese de doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo.

DUNCAN, J. A Paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004, p.91-132.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 17-20.

FERRARA, Lucrécia D' Aléssio. **A estratégia dos signos: Linguagem, espaço e ambiente urbano**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

\_\_\_\_\_. **Ver a cidade: Cidade, imagem e leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os significados urbanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2000.

FERRETTI, Mundicarmo. Feiras Nordestinas - Estudos e Problemas. In: \_\_\_\_\_. **Reeducando o olhar: Estudos sobre feiras e mercados**. São Luiz: Edições UFMA, 2000, p. 35-66.

FERREIRA, V. M.; Lucas, J; GATO, M. Requalificação Urbana ou Reconversão Urbanística?. In: CASTRO, Alexandra; FERREIRA; Vitor Matias. **A cidade da expo 98-uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?**, 1999. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs\\_revista\\_16/07\\_JF.pdf](http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/07_JF.pdf)>. Acesso em: 27.05.2015.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **Da academia ao bar: Círculos intelectuais, cultura impressa e repercussões do modernismo em Campina Grande - PB (1913- 1953)**. 2012. 268f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, José V. L; MAGALHÃES, Raul F. Max Weber e a racionalidade: Religião, Política e Ciência. In: **Revista Teoria e Cultura**. Juiz de Fora, v.3, n.2, p.79-92, jan./dez., 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: SEC, 2000.

HIERNAUX, Daniel. Os imaginários e os lugares na reconquista do centro histórico da Cidade do México. In: D'ARC, Hélène Rivière; MEMOLI, Maurizio (Orgs.). **Intervenções urbanas na América Latina: Viver no centro das cidades**. São Paulo: Editora SENAC, 2012, p.55-68.

**Jornal da Paraíba**. Campina Grande; 19. fevereiro.1988.

JOSGRILBERG, Fábio B. **Cotidiano e invenção: Os espaços de Michel de Certeau**. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

LACERDA JÚNIOR, J.A; LIRA, A.N.C. **Retratos de Campina Grande: um século em imagens urbanas**. Campina Grande: UFCG, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Tradução grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Édition Anthropos, 2000).

\_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Lito-Fisan, Jeume Piquet, 1978.

LIMA, Eliany Dionizio. **A Feira Livre na mediação cidade-campo**. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1982.

MAIA, Doralice Satyro. **Tempos lentos na cidade**: Permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa – PB. 2000. 363f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_.; CARDOSO, C.A.A; ALONSO, S.F; BEZERRA, R.S. Campina Grande: Dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e transformações. In: ELIAS, D; SPOSITO, M.E.B; SOARES, B.R (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Campina Grande e Londrina. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 29-187.

MASCARENHAS, Gilmar. **O lugar da feira livre na grande cidade capitalista**: conflito, mudança e persistência (Rio de Janeiro 1964-1989). 1991. 97f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Negociando os usos e sentidos da rua: trajetória e representações da feira livre carioca. In: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (Orgs.). **Cidade e comércio**: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

MELO, Antonio Sergio Tavares de. **Paraíba**: Desenvolvimento Econômico e a Questão Ambiental, João Pessoa: Grafset, 2004.

MINNAERT, Ana Cláudia de Sá Teles; FREITAS, Maria do Carmo Soares. Práticas de higiene em uma feira livre da cidade de Salvador (BA). In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.15, p.1607-1614, jun., 2010. (Suplemento 1 - Saúde, Doenças e Políticas de Formação e Atenção).

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MOREIRA, Maria da Graça dos Santos Antunes. Requalificação Urbana: Alguns conceitos básicos. In: **Revista ARTITEXTOS**. Lisboa, n.5, p.117-129, dez., 2007.

MOTT, Luiz. Feira e mercados: Pistas para a pesquisa de campo. In: FERRETTI, Sergio. **Reeducando o olhar**: Estudos sobre feiras e mercados. São Luiz: Edições UFMA, 2000, p. 13-35.

MUMFORD, L. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, p.07-28, jul./dez., 1993.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: A diversidade cultural no Brasil- nação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

PAZERA JÚNIOR, Eduardo. **A Feira de Itabaiana - PB: Permanência e Mudança**. 2003. 223f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre o patrimônio urbano no Brasil. In: D'ARC, Hélène Rivière; MEMOLI, Maurizio (Orgs). **Intervenções urbanas na América Latina: viver no centro das cidades**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2012, p. 23-37.

\_\_\_\_\_. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** - Paris, Rio de Janeiro. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PINTAUDI, S. M. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. In: **Revista Cidades**. São Paulo, v.3, n.5, p.81-100, 2006.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. O século 20 e a constituição de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) 1930-1950. In: **Revista CPC**. São Paulo, nº. 11, p.103-135, nov.2010/abr.2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

**Requalificação da feira da prata: A dignidade dos feirantes da Prata mora aqui**. In: Informativo da Feira da Prata, ano 1, Nov/2007, Campina Grande-PB.

RODRIGUES, Daniel Marchiori Silva. **Perfil higiênico-sanitário de Feiras Livres do Distrito Federal e avaliação da satisfação dos usuários**. 2004. 64f. Monografia (Especialização em Turismo) - Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da USP, 2008.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

SATO, Leny. Processos cotidianos de organização do trabalho na Feira Livre. In: **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, v. 19, p. 95-102, 2007 (Edição Especial 1).

SALGUEIRO, Teresa Barata. **A cidade em Portugal**. Porto: Editora Afrontamento, 1992.

SCARLATO, Francisco Capuano; COSTA, Everaldo Batista da. Geografia e patrimônio urbano: Questão metodológica. In: **Revista Espaço e Geografia**. Brasília, v.16, n.2, p.369-387, 2013 (Dossiê: Geografia e Patrimônio).

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole**. 2003. Tese de Livre Docência - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, Ideologia e Representação Social. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Santa Catarina, v.4, n.52, p.02-13, dez., 2003.

SILVA, Ligia Betânia Wanderley. **A feira livre em Pedras de Fogo-PB**. 2006. 54f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945**. 2001. 378f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUZA, M. J. L. de. O bairro contemporâneo: ensaio e abordagem política. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.51, n.2, p.139-172, abr./jun. 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: A “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. In: **Revista Cidades**, São Paulo, v. 4, n.6, p.101-114, 2007.

\_\_\_\_\_. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 147-166.

SOUZA, Fernanda. Médicos preferem o bairro da Prata, em CG, **Jornal Correio da Paraíba**. Campina Grande; 13 julho. 2003. Caderno Cidades, p. 9.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. In: **Scripta Nova - Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona, v.11, n.245, ago., 2007.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e máscaras: A busca da Identidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

TABOSA, Val. **Na Feira, dá poesia**. Folheto de Cordel. Caruaru: IPHAN, 2007.

TEJO, William. Campina Grande e o ciclo do algodão IV, **Jornal Gazeta do Sertão**. Campina Grande; 23 setembro. 1984. Gazetta Ilustrada, s/p.

\_\_\_\_\_. **Fragmentos Históricos**. 21 de fevereiro de 1988, Campina Grande.

VALENTIM, Luís S. O. **Requalificação urbana, contaminação do solo e riscos à saúde**: Um caso na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

VARGAS, Heliana C. **O lugar do comércio e serviços na arquitetura e urbanismo**. São Carlos, n.9, 2013. Disponível em: <[www.nomads.usp.br/virus/virus09](http://www.nomads.usp.br/virus/virus09)>. Acesso em: 17.07.2015.

VIEIRA, Mariana Dias. Achados tempos perdidos. Feira da Prata em Campina Grande, Paraíba. In: **Minha Cidade**. Campina Grande, ano 5, ago., 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

## **APÊNDICES**

**Apêndice 1:** Roteiro de entrevista de História Oral aplicado com a família de Raimundo Viana

- 1) Conte um pouco sobre a história de vida de Raimundo Viana.
- 2) Qual a importância de Raimundo Viana para Campina Grande? E para o Bairro da Prata? E para a Feira da Prata?
- 3) A família de Raimundo Viana sempre residiu no Bairro da Prata? Como era o Bairro da Prata na infância e juventude de vocês? E a feira, já existia? Como era?
- 4) Quais as mudanças que vocês observam no Bairro da Prata atualmente?
- 5) Como surgiu a Feira da Prata? De quem partiu a ideia?
- 6) Quais os motivos que vocês acreditam que levaram os feirantes a se estabelecer no Bairro da Prata?
- 7) Qual a relação de vocês com a Feira da Prata?
- 8) Como era a relação de vocês com os feirantes que trabalham na Feira da Prata? Como funcionava a feira, uma vez que era particular?
- 9) De quem partiu o interesse em vender o terreno da Feira da Prata? Como aconteceu a venda do terreno para a PMCG? Em que ano começaram as negociações? Como ocorreram?
- 10) Após a reforma da feira, a PMCG cumpriu com aquilo que foi acertado inicialmente? O que estava posto no contrato foi cumprido?
- 11) O que vocês acharam da reforma da Feira da Prata? Quais as mudanças que vocês observaram?

## Apêndice 2: Roteiro de entrevista com os feirantes

- INFORMAÇÕES PESSOAIS:

a) Nome: \_\_\_\_\_

b) Idade:

( ) Menos de 18 ( ) Entre 18 e 35 ( ) Entre 36 e 50 ( ) Acima de 50

c) Nível de escolaridade:

( ) Fundamental Completo ( ) Fundamental Incompleto ( ) Ensino Médio Completo

( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Superior ( ) Nunca Estudou

d) Naturalidade: \_\_\_\_\_

e) Bairro onde reside: \_\_\_\_\_

- INFORMAÇÕES SOBRE O TRABALHO NA FEIRA

a) Tempo de exercício na função e especificamente na Feira da Prata

b) Tipo e origem dos produtos comercializados na feira:

| TIPO DO PRODUTO     |  | ORIGEM DOS PRODUTOS |
|---------------------|--|---------------------|
| Frutas              |  |                     |
| Verduras            |  |                     |
| Aves                |  |                     |
| Carne               |  |                     |
| Peixes              |  |                     |
| Queijo              |  |                     |
| Manteiga            |  |                     |
| Ovos                |  |                     |
| Tempero             |  |                     |
| Cereais e Estivas   |  |                     |
| Ervas/Raízes        |  |                     |
| Confecção           |  |                     |
| Calçados            |  |                     |
| Bijuterias          |  |                     |
| Produtos de Limpeza |  |                     |

|                     |  |  |
|---------------------|--|--|
| Lanches             |  |  |
| Alimentação Pronta  |  |  |
| Bar                 |  |  |
| Bebidas             |  |  |
| Utensílio Doméstico |  |  |
| Produtos Usados     |  |  |
| Outros: _____       |  |  |

c) Tipo de Estabelecimento:

( ) Box ( ) Barraca Fixa ( ) Barraca Desmontável ( ) Lona no chão ( ) Outro:

\_\_\_\_\_

d) Trabalha somente na Feira da Prata ou também em outras Feiras? Se sim, quais?

e) Trabalha na Feira da Prata todos os dias? Se não, porque?

f) Renda média familiar com o trabalho na feira

Com o trabalho na feira: ( ) Até 2 salários ( ) 3 a 6 salários ( ) Mais de 6 salários

Sem o trabalho na feira: ( ) Até 2 salários ( ) 3 a 6 salários ( ) Mais de 6 salários

( ) Não tem renda sem o trabalho na feira

#### • QUESTIONAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO

1) Como você iniciou o seu trabalho na Feira da Prata?

2) Você acha que a Feira da Prata têm alguma importância para a cidade de Campina Grande? Qual?

3) Qual o perfil dos seus clientes? Os clientes que você atende são somente da Feira da Prata ou também de outros bairros? Modificou após a reforma? Houve alguma mudança no tipo de produto comercializado?

4) Como você descreveria a feira antes da reforma? Quais os problemas que você destacaria? As principais necessidades?

5) O que você achou da reforma da Feira da Prata? Quais os principais benefícios e problemas que você observa após a reforma?

6) Como aconteceu a reforma? Houve reuniões com a prefeitura? Vocês foram consultados sobre as necessidades? O projeto foi apresentado aos feirantes?

7) Você participou do projeto e reforma da feira? De que forma?

- 8) Você acha que a reforma atendeu todas as necessidades apontadas pelos feirantes? Se não, por que?
- 9) Como foi feita a distribuição dos *boxes*? Vocês participaram dessa distribuição?
- 10) Os locais que vocês comercializavam antes foi mantido? Se não foi, o que modificou?
- 11) Como você define a sua profissão?

**Apêndice 3: Roteiro de entrevista com os consumidores**

- INFORMAÇÕES PESSOAIS:

a) **Nome:** \_\_\_\_\_

b) **Idade:**

( ) Menos de 18 ( ) Entre 18 e 35 ( ) Entre 36 e 50 ( ) Acima de 50

c) **Nível de Escolaridade:**

( ) Fundamental Completo ( ) Fundamental Incompleto ( ) Ensino Médio Completo

( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Superior

d) **Naturalidade:** \_\_\_\_\_

e) **Local de residência:** \_\_\_\_\_

f) **Profissão:** \_\_\_\_\_

- QUESTIONAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO

1) Há quanto tempo você frequenta a Feira da Prata?

2) Quais os motivos que lhe atraem na Feira da Prata?

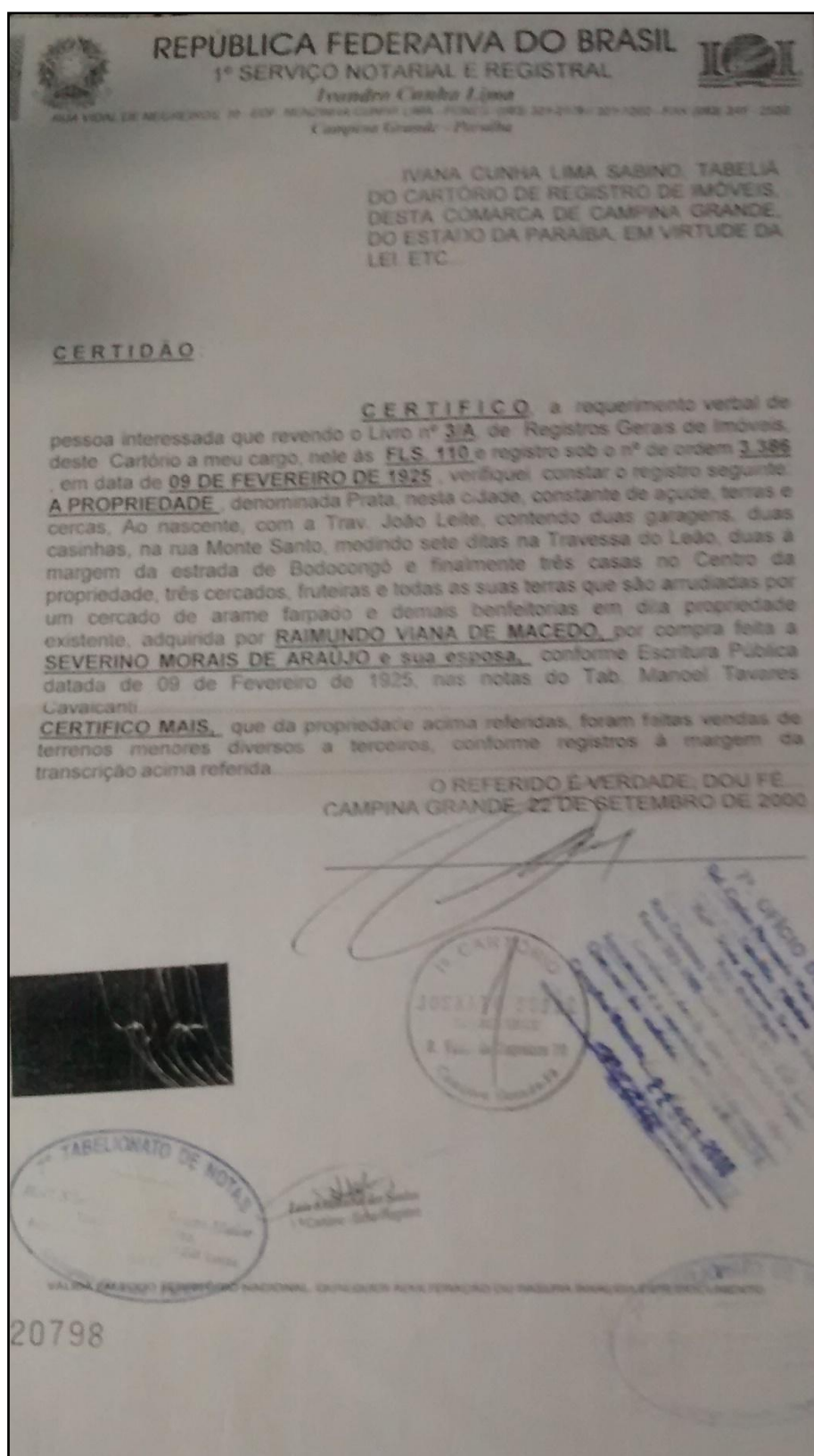
3) Quais os tipos de produtos que você costuma comprar na feira? Compra sempre com os mesmos feirantes? Por que?

3) Você frequenta outras feiras da cidade? Quais? Por que?

4) O que você achou da reforma da feira?

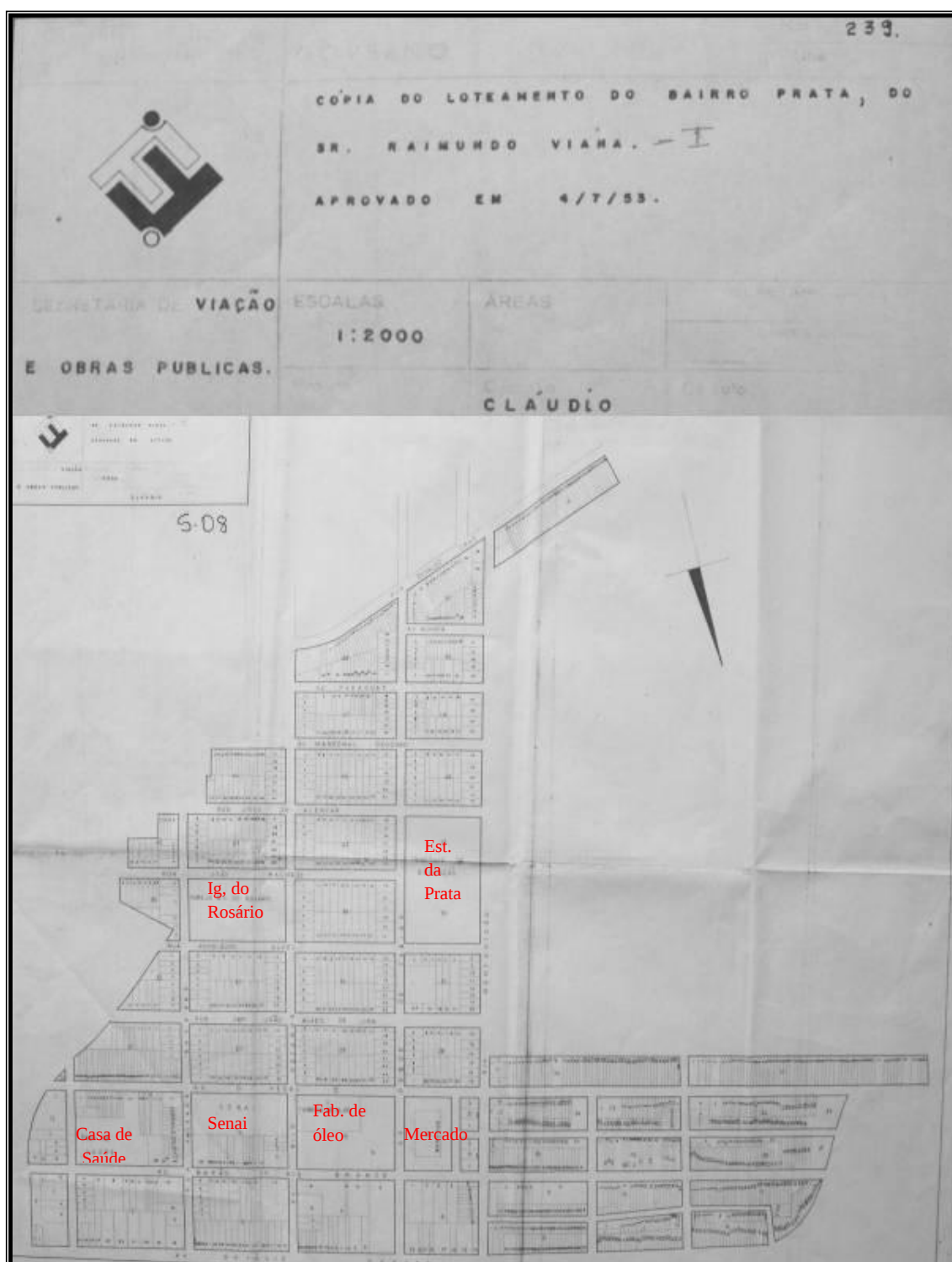
## **ANEXOS**

**Anexo 1:** Cópia do Registro de Propriedade dos terrenos da Prata no Cartório



**Fonte:** Acervo Família Viana de Macedo  
Pesquisa de Campo (2015)

**Anexo 2:** Cópia do loteamento do Bairro da Prata em 1953.



**Fonte:** SEPLAM, Secretaria de Planejamento Urbano  
Apolinário (2009)

**Anexo 3:** Quantificação das atividades de serviços e comércio existentes no Bairro da Prata no ano de 2009

| CATEGORIAS E QUANTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E COMÉRCIOS DO BAIRRO DA PRATA                                                               |   |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|-------------|
| Categorias                                                                                                                           |   | Quantidades |
| 1 Associações, cooperativas, conselhos, sindicato, corporações, concessionárias                                                      |   | 12          |
| 2 Material de construção                                                                                                             |   | 6           |
| 3 Escritórios e Agências, Empresas privadas                                                                                          |   | 28          |
| 4 Farmácias                                                                                                                          |   | 4           |
| 5 Feira                                                                                                                              |   | 1           |
| 6 Gráfica, serigrafia e tipografia                                                                                                   |   | 8           |
| 7 Instituição de Ensino Público e Privado                                                                                            |   | 21          |
| 8 Instituições Religiosas                                                                                                            |   | 11          |
| 9 Loja de material escolar, material de pintura e copiadora (Xerox)                                                                  |   | 7           |
| 10 Lojas de móveis                                                                                                                   |   | 6           |
| 11 Loja de roupas (Ateliês, lojas de roupa e aluguel, artigos infantis e malharias)                                                  |   | 16          |
| 12 Estética e beleza                                                                                                                 |   | 23          |
| 13 Serviços de alimentação e degustação (Mercados, padarias, pizzarias, lanchonetes, bares, restaurantes, granja)                    |   | 44          |
| 14 Serviços de internet e informática                                                                                                |   | 10          |
| 15 Serviços de marcenaria, carpintaria, serralharia, tapeçaria e serv. de artesanato,                                                |   | 17          |
| 16 Serviços destinados a animais (Pet shop, consultório veterinário, comércio de ração, loja de aquário)                             |   | 7           |
| 17 Serviços destinados a carros (Lojas de autopeças, concessionárias, lava jatos, postos de gasolina, oficina mecânica, borracharia) |   | 34          |
| 18 Serviços em assistência técnica                                                                                                   |   | 12          |
| 19 Serviços médico-hospitalar e laboratoriais                                                                                        |   | 182         |
| 20 Serviços públicos Federal, Estadual e Municipal                                                                                   |   | 11          |
| 21 Depósitos                                                                                                                         |   | 7           |
| 22 Fábricas                                                                                                                          |   | 3           |
| 23 Locadora de DVD                                                                                                                   |   | 2           |
| 24 Lojas de presentes                                                                                                                |   | 6           |
| 25 Comércio de sucatas                                                                                                               |   | 5           |
| 26 Loja de material hospitalar                                                                                                       |   | 4           |
| 27 Outros serviços                                                                                                                   |   | 10          |
| Casa de jogo.....                                                                                                                    | 1 |             |
| Cartório .....                                                                                                                       | 1 |             |
| Hotel .....                                                                                                                          | 1 |             |
| Chaveiro.....                                                                                                                        | 2 |             |
| Casa de show .....                                                                                                                   | 1 |             |
| Alojamento estudantil .....                                                                                                          | 1 |             |
| Ótica.....                                                                                                                           | 1 |             |
| Casa lotérica.....                                                                                                                   | 1 |             |
| LBV .....                                                                                                                            | 1 |             |

**Fonte:** Apolinário (2009)

**Anexo 4:** Capa do informativo produzido pela ASFFEP no período da reestruturação



**Fonte:** Associação dos feirantes da Feira da Prata - ASFFEP.  
Pesquisa de Campo (2014)

**Anexo 5: Decreto de desapropriação do Mercado da Prata em 2006**

Separata do Semanário Oficial Nº 1.941 – Campina Grande, 24 a 28 de Abril de 2006.
**Pág. 1**

## SEPARATA DO SEMANÁRIO OFICIAL



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**Lei Municipal nº. 04 de 29 de dezembro de 1955**  
Composto e Impresso no Departamento de Tecnologia da Informação - SAD

**Administração: Veneziano Vital do Rêgo**



Prefeitura Municipal

**REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 3.195

De 24 de abril de 2006.

DECLARA DE UTILIDADE  
PÚBLICA PARA EFEITO DE  
DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL  
QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 5º, letra "I", e 6º do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, combinado com as disposições contidas na Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

**DECRETA**

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel a seguir discriminado, para a execução do Projeto de Revitalização da Feirinha da Prata, no bairro da Prata, nesta cidade:

01. Um imóvel com área total de 12.800,00 m² e com área de construção da Benfeitoria medindo 1.551,93 m², localizado entre as ruas Dom Pedro II, Av. Rio Branco, Duque de Caxias e Montevideu, lugar denominado Feirinha da Prata, limitando-se: Ao Norte - com a Av. Rio Branco - 128,00 m; Ao Sul - com a rua Dom Pedro II, - 128,00 m; Ao Leste - com a rua Duque de Caxias - 100,00; Fundos - com a rua Montevideu - 100,00 m, avaliado em R\$ 1.206.105,20 (Um milhão duzentos e seis mil e cento e cinco reais e vinte centavos), pertencente ao espólio de **RAIMUNDO VIANA DE MACEDO**, conforme Escritura Pública registrada sob o nº 3.386 Livro nº 2/A, fls nº 125, datada de 05 de fevereiro de 1925.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Art. 2º - É de natureza urgente a desapropriação de que trata este Decreto, para efeito de imediata imissão na posse do imóvel descrito e desapropriado, de acordo com o disposto no art. 15, do citado Decreto-Lei 3.365/41.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



**VENEZIANO VITAL DO RÉGO SEGUNDO NETO**  
Prefeito



**VANDERLEI MEDEIROS DE OLIVEIRA**  
Secretário de Finanças



**ALEXANDRE COSTA DE ALMEIDA**  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**Fonte: Acervo Família Viana de Macedo**  
**Pesquisa de Campo (2015)**